



SERVIÇOS DE CONSULTORIA
E COMÉRCIO DE PRODUTOS REGIONAIS,
UNIPessoal, LDA.



Proposta de Operações Integradas de Gestão da Paisagem

AI GP Ermida e Figueiredo (Sertão)

Junho, 2024

ÍNDICE

Introdução.....	11
A. Proposta Preliminar de Transformação e valorização da paisagem	13
A.1 Projeto da Paisagem futura	14
a. Planta de Ocupação do Solo Atual (POSA)	14
b. Planta de Ocupação do Solo Proposta (UOSP).....	16
c. Matriz de Transformação da Paisagem	20
A. 2 Fundamentação das Soluções adotadas na proposta	30
A2.1 Situação atual do território	30
a. Localização e Enquadramento	30
b. Caraterização Biofísica e Edafoclimática	31
c. Ocupação do Solo incluído cartograma	49
d. Áreas Edificadas e Infraestruturas	52
e. Elementos patrimoniais e culturais	53
f. Fogos Rurais	55
g. Outros Riscos e Vulnerabilidades	76
h. Estrutura Fundiária	78
i. Socioeconomia relevante para a valorização e revitalização territorial	78
j. Estrutura Organizativa	80
k. Projetos em curso aprovados	81
A2.2 Demonstração dos efeitos da proposta.....	83
a. Adequação dos usos às características biofísicas e edafoclimáticas e à aptidão do Solo	83
b. Valorização da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas	86
c. Conetividade ecológica.....	86
d. Equilíbrio do ciclo hidrológico e de maior eficiência no uso da água.....	87
e. Redução da vulnerabilidade aos fogos rurais	88

f.	Minimização de outras vulnerabilidades e riscos existentes e potenciais.....	94
g.	Salvaguarda dos valores patrimoniais, paisagísticos e outros culturais e identitários existentes e potenciais	96
h.	Promoção de povoamentos florestais ordenados, biodiversos, multifuncionais e resilientes.....	97
i.	Fomento da agricultura, da silvo pastorícia e da cinegética, enquanto atividades económicas e com função de mosaico e diversificação da paisagem	97
j.	Desenvolvimento do potencial das atividades económicas rural de proximidade promovendo e/ou reforçando a geração de valor	98
A2.3	Articulação com o quadro legal.....	99
a.	Instrumentos de Gestão Territorial.....	99
b.	Instrumentos de Gestão Integrada de fogos rurais	109
c.	Servidões e restrições de utilidade pública	111
d.	Planos de Gestão Florestal	121
A2.4	Ações de divulgação e de acompanhamento junto dos atores locais e proprietários	121
B.	Programação da execução	123
B.1	Unidades de Intervenção.....	123
a.	Mapeamento das Unidades de intervenção.....	123
b.	Quadro das unidades de intervenção	124
B.2	Modelo de Exploração florestal.....	133
B.3	Modelo de Intervenção em Áreas Agrícolas.....	168
C.	Investimento e Financiamento.....	172
C.1	Ações de Reconversão e Valorização da Paisagem.....	172
a.	Investimento estimado em ações de reconversão e valorização da paisagem	172
b.	Investimento global estimado para a reconversão e valorização da paisagem	172
C.2	Sistemas culturais elegíveis para a remuneração dos Serviços dos ecossistemas	172
a.	Sistemas culturais elegíveis para a remuneração dos Serviços dos ecossistemas....	172
D.	Gestão e Contratualização	172

D.1	Levantamento cadastral e da situação da adesão.....	172
D.2	Modelo de Gestão e Contratualização.....	174
a.	Modelo de organização e funcionamento da entidade gestora	174
b.	Modelo de acesso a execução dos Financiamentos.....	175
c.	Modelo de contratualização de compromissos	175
d.	Modelo de Intervenção para áreas sem dono conhecido e para áreas de arrendamento forçado.....	176
e.	Modalidades de adesão.....	176
E.	Monitorização e Avaliação	176
F.	ANEXOS.....	179

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Planta de ocupação do solo atual (POSA)	15
Figura 2 – Planta de ocupação do solo proposta (POSP)	19
Figura 3 – Planta da Estrutura Ecológica	26
Figura 4 – Planta da Estrutura de Resiliência	28
Figura 5 – Elementos Estruturais	30
Figura 6 – Localização e Enquadramento da AIGP Ermida e Figueiredo.....	31
Figura 7 – Valores Mensais da Temperatura Média, Média das Máximas e Valores Máximos no concelho de Sertã (1981-2010). Fonte: PMDFCI Sertã.....	32
Figura 8 – Valores Médios da Precipitação Mensal e Máxima Diária (mm) no Concelho de Sertã (1981-2010). Fonte: PMDFCI Sertã.	33
Figura 9 – Valores Médios Mensais de Humidade Relativa (%) no concelho de Sertã (1981-2010). Fonte: PMDFCI Sertã	33
Figura 10 – Mapa de Classes de Declive.....	34
Figura 11 – Mapa de Exposições.....	35
Figura 12 – Mapa hipsométrico.....	37
Figura 13 – Litologia dos Solos.....	38
Figura 14 – Tipo de Solos.....	39
Figura 15 – Mapa da rede hidrografia	40
Figura 16 – Análise espacial da evolução temporal do uso e ocupação florestal entre 1995, 2007 e 2018	50
Figura 17 – Área ocupada por classe entre 1995, 2007 e 2018	51
Figura 18 – Variação de área ocupada por classe entre 1995 e 2018	52
Figura 19 – Áreas edificadas 2018 (Fonte: DGT).....	53
Figura 20 – Faixas de Gestão de Combustível (Fonte: PMDFCI da Sertã)	59
Figura 21 – Rede de Pontos de Água	60
Figura 22 – Rede Viária Florestal	61
Figura 23 – Área ardida por ano no período 2000-2022.....	62

Figura 24 – Área (ha) ardida por ano na AIGP.....	63
Figura 25 – Pontos prováveis de início e causas	65
Figura 26 – Perigosidade de incêndio rural.....	66
Figura 27 – Pontos de abertura de incêndios.....	68
Figura 28 – Interfaces diretas das áreas edificadas com espaços florestais 2022	69
Figura 29 – Distribuição do número de ocorrências e área ardida (ha) por classe de FWI no período 2011-2021	76
Figura 30 - Projetos de investimento e compromissos agroambientais por tipo de cultura assumidos pelos proprietários (Fonte: IFAP 2023)	82
Figura 31 – Distribuição espacial das classes de Intensidade da frente de fogo KW/m, traduzido nas classes de perigo de incêndio, para a ocupação do solo atual (POSA)	93
Figura 32 – Distribuição espacial das classes de Intensidade da frente de fogo KW/m, traduzido nas classes de perigo de incêndio, para a ocupação do solo proposta (POSP)	94
Figura 33 – Mapa da matriz de transição para o Concelho de Sertã (Fonte: PRGP-PIS).....	101
Figura 34 – Sub-Regiões Homogéneas do PROF-CL.....	104
Figura 35 – Corredor Ecológico do PROF-CL.....	108
Figura 36 – Mapa da Reserva Ecológica Nacional.....	112
Figura 37 – Mapa da Reserva Agrícola Nacional	115
Figura 38 – Vértices Geodésicos e marcas de nivelamento.....	118
Figura 39 – Zonas de caça municipal e associativa	119
Figura 40 – Concessões de pesca desportiva.....	120
Figura 41 – Cartaz de divulgação das AIGP Ermida e Figueiredo.....	122
Figura 42 – Planta das Unidades de Intervenção (UI).....	123
Figura 43 – Dashbord RGG na AIGP Ermida e Figueiredo, acedido a 05/04/2024 (Fonte: BUPi) .	173

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Dados de referência para localização e identificação dos técnicos responsáveis da OIGP	13
Tabela 2 – Área da ocupação do solo atual (classificação nível 4)	14
Tabela 3 – Área da ocupação do solo proposta (classificação nível 4)	17
Tabela 4 – Matriz de Transformação da Paisagem	20
Tabela 5 – Área por nome do objeto da Estrutura Ecológica	26
Tabela 6 – Área por nome do objeto da Estrutura de Resiliência	29
Tabela 7 – Orientação das vertentes (%)	35
Tabela 8 – Dimensão das classes hipsométricas	36
Tabela 9 – Principais espécies protegidas (aves e mamíferos)	42
Tabela 10 – Principais espécies cinegéticas (aves e mamíferos)	43
Tabela 11 – Principais espécies piscícolas	44
Tabela 12 – Principais espécies arbustivas e arbóreas	45
Tabela 13 – Metodologias de controlo de espécies invasoras	47
Tabela 14 – Análise quantitativa da evolução temporal da área (ha) do uso e ocupação florestal entre 1995-2018	50
Tabela 15 – Áreas correspondentes a cada tipologia de área residencial	53
Tabela 16 – Percorso pedestre da Pequena Rota	54
Tabela 17 – Descrição das Faixas de Gestão de Combustível da Rede Secundária	56
Tabela 18 – Área das Faixas de Gestão de Combustível (Fonte: PMDFCI da Sertã)	59
Tabela 19 – Comprimento (km) da RVF por categoria de via	62
Tabela 20 – Área ardida por ano no período 2000-2020	63
Tabela 21 – Número total de incêndios por causas na freguesia período 2011 a 2021 (Fonte: ICNF, 2023)	64
Tabela 22 – Área das classes de perigosidade de incêndio rural	66
Tabela 23 – Comprimento (m) por tipo de interface e as suas % relativas do perímetro total das áreas edificadas	70

Tabela 24 – Classes do Índice Meteorológico de Incêndio FWI (Fire Weather Index) do IPMA.	71
Tabela 25 – Número de dias por classe de FWI e desvio-padrão (Fonte: SGIF).....	71
Tabela 26 – Áreas e percentagens por tipologia da REN.....	77
Tabela 27 – Projetos de investimento e compromissos agroambientais por tipo de cultura assumidos pelos proprietários (Fonte: IFAP 2023)	81
Tabela 28 – Tabela de correspondência ocupação do solo com os códigos associados a ocupação para utilização do simulador de comportamento de fogo.	90
Tabela 29 – Macro Regiões de caracterização da meteorologia para a Beira Baixa e para a Beira Serra que foram os utilizados como referência no simulador.	91
Tabela 30 – Classe da intensidade da frente de fogo - Adaptado de “Interpretação dos índices do Sistema Canadano de Indexação do Perigo de Incêndio Florestal”, Paulo Fernandes e Pedro Palheiro, 2015.....	92
Tabela 31 – Matriz de transformação obtida para as várias classes de perigo de incêndio rural	92
Tabela 32 – Matriz de transição para o Concelho de Sertã (Fonte: adaptada do PRGP-PIS)	102
Tabela 33 – Funções das Sub-Regiões Homogéneas do PROF-CL.....	104
Tabela 34 – Área por tipologia da Reserva Ecológica Nacional	112
Tabela 35 – Zonas de caça na AIGP Ermida e Figueiredo.....	119
Tabela 36 – Quadro das Unidades de Intervenção	124
Tabela 37 – Densidades de plantação por espécie.....	129
Tabela 38 – Quadro do Modelo de Exploração Florestal (parcelas).....	133
Tabela 39 - Quadro do Modelo de Exploração Florestal (operações)	136
Tabela 40 – Resumo do ponto de situação da adesão	173

LISTA DE ACRÓNIMOS

Siglas	Descrição
AIGP	Áreas Integradas de Gestão da Paisagem
AEMGC	Áreas Estratégicas de Mosaicos de Gestão de Combustíveis
BUPI	Balcão Único do Prédio
CA	Condomínio de aldeia
CAOF	Comissão de Acompanhamento para as Operações Florestais
CL	Centro Litoral
DAP	Diâmetro à altura do peito
DGT	Direção Geral do Território
DRCNF	Departamento Regional de Conservação da Natureza e das Florestas
EG	Entidade Gestora
EP	Estrutura e Paisagem
FGC	Faixas de Gestão de Combustíveis
FIC	Faixa de Interrupção de Combustíveis
FRC	Faixa de Redução de Combustíveis
GIFR	Gestão Integrada de Fogos Rurais
ICNF	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.
IFAP	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.
MPGC	Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível
OIGP	Operações Integradas de Gestão da Paisagem
OT	Orientação Técnica
PAP	Perímetro à Altura do Peito
PDM	Plano Diretor Municipal
PGF	Plano de Gestão Florestal
PIR	Perigosidade de Incêndio Rural
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PME	Programa Municipal de Execução de gestão integrada de fogos rurais
POSA	Planta de Ocupação do Solo Atual
POSP	Planta de Ocupação do Solo Proposta
PRA	Programa Regional de Ação de gestão integrada de fogos rurais
PRGP-PIS	Programa de Reordenamento de Gestão da Paisagem do Pinhal Interior Sul
PSA	Programa Sub-Regional de Ação de gestão integrada de fogos rurais

PROF	Programa Regional de Ordenamento Florestal
RGG	Representação Gráfica Georreferenciada
RGPD	Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados
RVF	Rede Viária Florestal
SNAC	Sistema Nacional de Áreas Classificadas
SRH	Sub-Região Homogénea
UI	Unidade de Intervenção
UOSP	Unidade de Ocupação do Solo Proposta

INTRODUÇÃO

O concelho de Sertã está integrado na Região Centro e Sub-Região da Beira Baixa (Unidade Territorial NUT III), está inserido na denominada Região do Pinhal Interior, onde predomina uma vasta mancha florestal, com sistemas florestais desordenados e monofuncionais (pinhais e eucaliptais), ciclicamente dizimados por incêndios florestais de grandes dimensões com consequências ao nível da biodiversidade e da capacidade produtiva dos solos, e no desencadear de processos de erosão e desertificação física dos solos, a que acrescem perdas sociais e prejuízos económicos e sociais avultados.

O êxodo da população rural, mais intenso a partir da década de 70, e consequente abandono das atividades agrícolas e silvo pastoris, aliado às características físicas (solos pobres e declivosos) e propriedades rústicas (pequena dimensão e fragmentação das propriedades) e, por isso, de baixa rentabilidade, conduziram a uma expansão desordenada de áreas de matos e florestas, a sua maioria não geridas que, em presença de condições atmosféricas adversas tem conduzido, ano após ano, a incêndios cada vez mais violentos e de complexidade crescente. Os anos de 2003 e 2020 foram exemplos desta realidade.

Urge, por isso, desenvolverem-se ações de reordenamento da paisagem, por forma a obter uma floresta mais ordenada, bio diversa e resiliente em termos ambientais, económicos e sociais. Atendendo à extrema fragmentação das propriedades, ao despovoamento e envelhecimento da população, a que a acresce a desmotivação dos proprietários para investir decorrente das baixas rentabilidades, impõe-se, para garantir este desiderato a uma escala que permita a redução da frequência de grandes incêndios, promover a gestão e exploração comum e coletiva dos espaços agroflorestais.

O novo instrumento jurídico das Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP), ao ser dirigido para territórios de minifúndio e de elevado risco de incêndio, de garantir remunerações a médio prazo, e depender do envolvimento dos interlocutores locais, como as autarquias, apresenta-se como uma resposta credível para convencer os proprietários a aderirem a modelos de gestão conjunta. Assim, para as áreas fustigadas pelos incêndios, há agora a oportunidade de se redefinir o seu mosaico cultural relativamente à situação pré-fogo atento ao PROF (Programa Regional de Ordenamento Florestal), cuja visão e objetivos estratégicos consagram uma floresta orientada para a economia verde e para o aumento do valor natural. A implementação de florestas, futuramente, vitais, produtivas e multifuncionais, que contribuam efetivamente para o desenvolvimento sustentável, por via da promoção e incremento dos bens e serviços providos pelos ecossistemas, assegurando bem-estar humano, um ambiente saudável e o desenvolvimento económico é urgente e imprescindível

A criação das Áreas Integradas de Gestão da Paisagem surge, deste modo, como um meio para concretizar os fins acima propostos. Para tal, o planeamento e orientação das ações a implementar deverá assentar em três pilares fundamentais:

- 1) Aumento da resiliência do território – reestruturação da paisagem com a criação de diferentes mosaicos/ocupações de solo que possam constituir barreiras à progressão dos incêndios rurais;
- 2) Aumento da produtividade agroflorestal e da rendibilidade dos proprietários florestais – aplicação de novos modelos de gestão coletiva e planeamento a médio/longo prazo que permitam uma gestão mais ativa e uma maior rentabilidade para o proprietário florestal, bem como o desenvolvimento/captação de novos mercados que garantam a sua sustentabilidade económica;
- 3) Cadastro – a inexistência de cadastro predial é uma séria dificuldade à implementação de um modelo de ordenamento, gestão e investimento agroflorestal, pois sem o conhecimento dos titulares dos prédios que integram a área sobre a qual se pretende atuar e sem se identificar cabalmente os seus limites físicos, mais difícil será o envolvimento destes atores no processo de mudança da paisagem, envolvendo esse essencial para o sucesso do projeto.

Definem-se, assim, como objetivos específicos da AIGP Ermida e Figueiredo e da respetiva OIGP os seguintes:

- 1) Promover o investimento e aumentar a produtividade agroflorestal do seu território, aumentando a rendibilidade dos seus proprietários;
- 2) Transformar a paisagem atualmente existente, promovendo a sua diversificação;
- 3) Aumentar a sua resiliência contra incêndios.

A AIGP Ermida e Figueiredo pretende-se representativa dos constrangimentos, mas também das oportunidades que se deparam ao concelho no contexto da alteração da paisagem com vista ao aumento da resiliência e rentabilidade dos territórios rurais.

A entidade responsável pela elaboração e posterior execução da OIGP Ermida e Figueiredo é a Pinhal Natural – Serviços de Consultadoria Comercio de Produtos Regionais, Unipessoal, Lda., na qualidade de entidade gestora, em estreita colaboração com Município de Sertã, e com a União de Freguesias de Ermida e Figueiredo, enquanto entidade promotora, bem como os proprietários abrangidos pela AIGP. Menciona-se o quadro de referência para a localização e identificação do técnico responsável da OIGP Ermida e Figueiredo.

Tabela 1 – Dados de referência para localização e identificação dos técnicos responsáveis da OIGP

Designação da OIGP	OIGP - AIGP Ermida e Figueiredo
Entidade Gestora	Pinhal Natural
Técnico responsável pela elaboração da componente florestal e silvopastoril e outros recursos associados	Raquel Alves Teresa Cardoso
DICOFRE	050917

Identificam-se ainda os cinco conteúdos fundamentais a apresentar no âmbito de uma OIGP: desenho da transformação e valorização da paisagem, respetiva matriz de transformação, e os fundamentos que sustentam as opções, incluindo a caracterização do regime de fogo, sua causalidade e análise de risco, antes e após proposta de paisagem futura; a programação da execução, incluindo modelo de exploração; os investimento e financiamento, incluindo fontes de apoios disponíveis; os modelos de gestão da OIGP e de contratualização das ações a realizar com os proprietários; e o programa de monitorização da execução das ações e de avaliação dos resultados.

A OIGP observa as orientações previstas no Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem, nos Programas Especiais das Áreas Protegidas, nos Programas Regionais de Ordenamento Florestal, nos Planos Territoriais Intermunicipais e Municipais e nos programas de ação que resultam do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, que lhe forem concretamente aplicáveis.

A OIGP observa ainda as orientações previstas no “Quadro de Referência de Apoio à Elaboração das Propostas” e na OT N° 3/C08-i01.01/2022 “Operações Integradas de Gestão da Paisagem”.

A. PROPOSTA PRELIMINAR DE TRANSFORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM

O principal objetivo desta OIGP, é criar uma paisagem ordenada e regenerada, mais valorizada e mais resiliente a riscos, servindo enquanto piloto, de modelo de intervenção e lançamento de futuras intervenções. A implementação destas intervenções pretende promover o ordenamento e a gestão agroflorestal, reduzindo a carga de combustíveis acumuladas na paisagem e recuperando o potencial produtivo das áreas ardidas promovendo desta forma a rentabilidade e a sustentabilidade do território e reduzir as condições de propagação de incêndios.

De forma a garantir que as intervenções de valorização e transformação da paisagem tornem este território mais resiliente e sustentável em termos ambientais, económicos e sociais, importa criar zonas de compartimentação. A pastorícia, as culturas agrícolas, a apicultura, a cinegética e até as atividades turísticas serão fundamentais para a sustentabilidade e sucesso de todo o processo.

A.1 Projeto da Paisagem futura

a. Planta de Ocupação do Solo Atual (POSA)

A ocupação do solo constitui um instrumento privilegiado para a monitorização da dinâmica do território, designadamente no que respeita à evolução dos espaços florestais e agrícolas. A informação relativa à ocupação do solo é, portanto, uma das principais bases de partida para qualquer processo de planeamento e ordenamento do território.

A componente de ocupação do solo foi determinada com base em ortofotomapas disponíveis, constituindo assim um importante suporte para o planeamento das propostas de intervenção a realizar futuramente. Apresenta-se de seguida a ocupação atual do solo.

Tabela 2 – Área da ocupação do solo atual (classificação nível 4)

Ocupação do solo atual		Atual	
POSAn4c	POSAn4l	Área (ha)	%
1.1.1.2	Tecido edificado contínuo predominantemente horizontal	31,99	0,75
1.1.2.2	Tecido edificado descontínuo esparso	2,46	0,06
1.4.1.1	Rede viária e espaços associados	79,88	1,87
2.1.1.1	Culturas temporárias de sequeiro e regadio	3,55	0,08
2.2.2.1	Pomares	2,23	0,05
2.2.3.1	Olivais	45,08	1,05
2.3.1.3	Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	23,93	0,56
2.3.2.1	Mosaicos culturais e parcelares complexos	234,55	5,49
2.3.3.1	Agricultura com espaços naturais e seminaturais	51,61	1,21
3.1.2.1	Pastagens espontâneas	3,32	0,08
5.1.1.4	Florestas de castanheiro	4,04	0,09
5.1.1.5	Florestas de eucalipto	1035,44	24,23
5.1.1.7	Florestas de outras folhosas	42,41	0,99
5.1.2.1	Florestas de pinheiro bravo	2142,78	50,13
6.1.1.1	Matos	557,39	13,04
9.1.1.1	Cursos de água naturais	13,54	0,32
Total Geral		4274,22	100,00

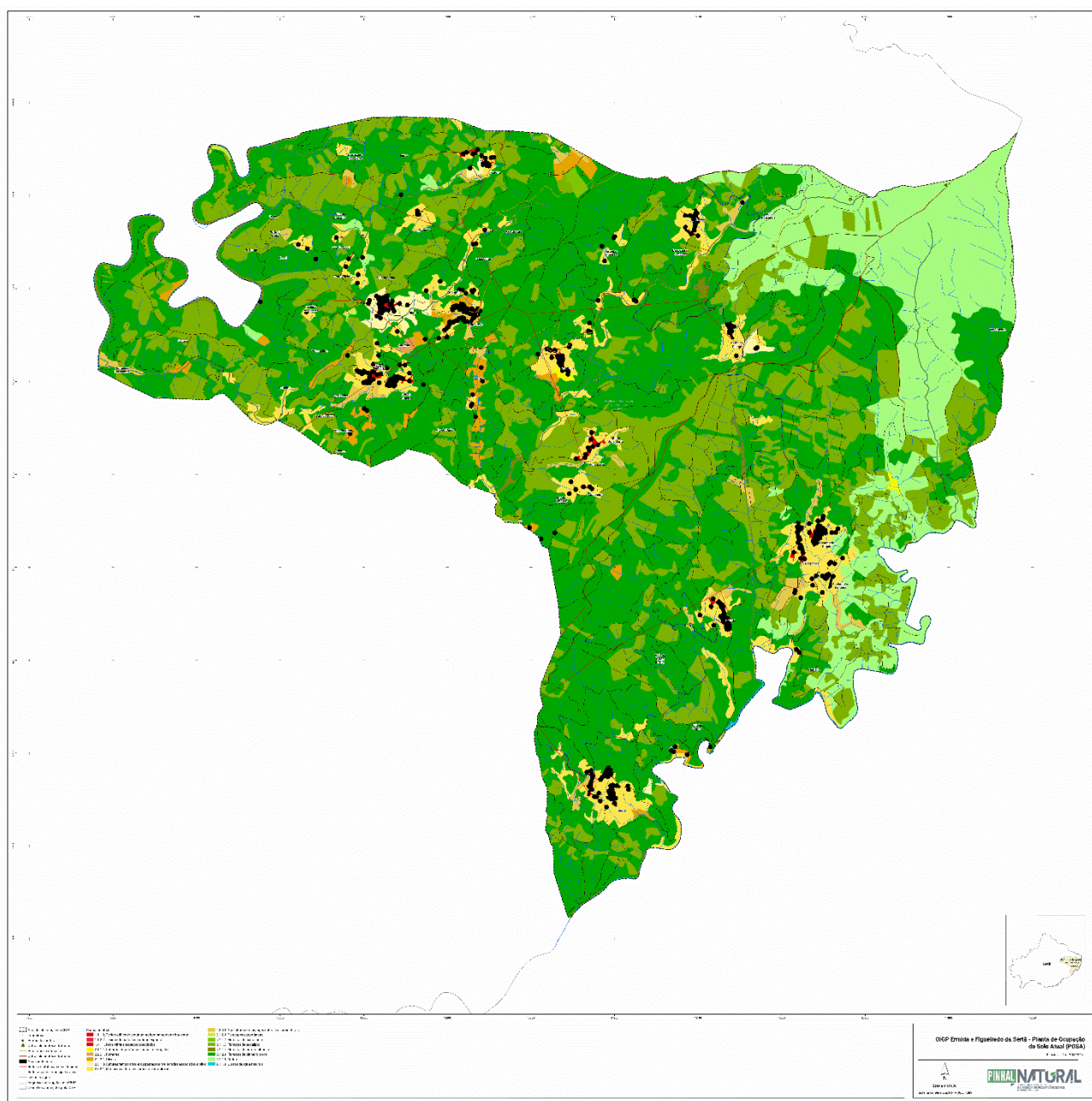


Figura 1 – Planta de ocupação do solo atual (POSA)

Da análise do território alvo de AIGP, constata-se que estamos perante uma área eminentemente florestal, onde o Pinheiro-bravo tem maior expressão.

No capítulo do Pinheiro-bravo, os povoamentos existentes são maioritariamente de regeneração natural pós-incêndio. Os anos de incêndios mais representativos foram 2003 e 2020 pelo que esta regeneração apresenta presentemente 20 a anos de idade ou 4 anos de idade. Em algumas das áreas ardidas em 2020 a regeneração apresenta fraco vigor vegetativo. Apresentam, de maneira geral, estrutura irregular e sem intervenção e condução, apresentando densidades excessivas,

balizando-se entre 3000-7000 árv./ha, e contribuindo para uma carga combustível propícia à propagação de incêndios. Face aos consequentes incêndios e ao grau de degradação dos espaços florestais abandonados, a área ocupada por matos (constituídos principalmente por esteva, tojo e urzes) é igualmente considerável. Existe ainda pinhal adulto que apesar de se verificar terem sido sujeitos a gestão inicial, atualmente estão abandonados carecendo de intervenções de controlo de matos, desramações e desbastes. Apresentam um bom estado vegetativo, sendo raramente visível sintomas associados a pragas ou doenças. Estas áreas constituem um potencial para a produção silvícola que não está a ser aproveitado.

Relativamente às áreas de eucalipto, os povoamentos são maioritariamente povoamentos puros regulares. Apresentam níveis de gestão diferenciados verificando-se uma reduzida percentagem de povoamentos com um nível de gestão e ordenamento efetivos. A maioria são povoamentos afetados por incêndios, sem gestão ativa e com ausência de quaisquer operações de condução após o incêndio, acarretaram a ocorrência de excessiva densidade (n.º elevado de varas por toija e exemplares de origem seminal).

As áreas de ocupação agrícola constituem produções sobretudo para autoconsumo das populações locais das aldeias e situam-se essencialmente na proximidade imediata das povoações e em algumas margens dos cursos de água, não sendo possível aplicar novos modelos de gestão agrícola em grande escala, atendendo à dimensão das propriedades, nestes territórios. Estas áreas constituem de forma clara uma zona-tampão à entrada de incêndios nas aldeias e maioritariamente encontram-se a ser geridas. Algumas das áreas agrícolas existentes nas margens dos cursos de água, ocupadas maioritariamente por oliveiras, estão visivelmente abandonadas.

De acordo com a POSA, aproximadamente 75,4% do território desta AIGP apresenta uso florestal, encontra-se ocupado florestas de pinheiro bravo (2142,78ha), florestas de eucaliptos (1035,44ha), florestas de outras folhosas (42,41ha). De salientar, que 13,1% deste território é ocupado por matos (557,4ha) e pastagens espontâneas (3,32ha). A área ocupada por usos agrícolas, o corresponde a 8,4% da área da AIGP.

b. Planta de Ocupação do Solo Proposta (UOSP)

A proposta de ocupação de solo resultou da análise da combinação das características edafo-climáticas com a ocupação atual do solo e da sua integração com as estruturas de resiliência e ecológica. Essa análise permitiu a elaboração de uma proposta de ocupação, que cumprirá as opções de transformação da paisagem no sentido do incremento da sua resiliência ao fogo, da obtenção de rentabilidade e da sustentabilidade económica das produções agroflorestais, promovendo e incentivando a fixação de população no setor de atividade agroflorestal e,

consequentemente, fixando população no território. A proposta apresentada promove a biodiversidade, a valorização da paisagem e a multifuncionalidade dos espaços agroflorestais.

A UOSP mostra alteração da distribuição do coberto florestal, no essencial, reduz-se em 31,4% a área do pinheiro-bravo, ficando nos 18,8% e a área de matos de 13,0% passa para 0,6%, aumenta-se a área das outras folhosas (*Arbutus unedo*, *Quercus suber* e espécies folhosas ripícolas autóctones) de 1% para 19,9%, a área de outras resinosas (*Cupressus lusitânica*, *Pinus sylvestris* e *Pseudotsuga menziesii*) de 0% para aproximadamente 9,9%, a área dos outros carvalhos (*Quercus robur* e *Quercus pyrenaica*) de 0% para 14,1%, e a área de pinheiro manso de 0% para 4,3%, representando um aumento da área ocupada por florestas de outras folhosas (+806,67ha), florestas de outras resinosas (+423,12ha), florestas de outros carvalhos (+604,27ha), florestas de pinheiro manso (181,4ha), olivais (+127,39ha) e vegetação esparsa (+15,16ha). A percentagem proposta para os espaços florestais é de cerca de 86,4%.

Ao nível da ocupação agrícola contempla o incremento de 1,2% no que se refere aos usos do solo na dimensão agrícola. Na OIGP está proposta a plantação de 137,2ha oliveiras, 466,5ha de medronheiro coassociado com o sobreiro (421,9ha) e também com o pinheiro bravo (44,6ha) que estão classificados como florestas de outras folhosas. Estas áreas devem ser observadas como áreas onde poderá futuramente adquirir uma classificação agrícola (pomares de medronheiro) ou agroflorestal (SAF de outras espécies). Ao longo da execução da OIGP e em função da evolução da gestão no território será ponderada a promoção da multifuncionalidade de sistemas agroflorestais com a introdução da silvo pastorícia em articulação com o Sistema de Gestão de Fogos Rurais, nomeadamente no que respeita aos usos compatíveis para as redes de defesa, rede primária e secundária.

Tabela 3 – Área da ocupação do solo proposta (classificação nível 4)

Ocupação do solo proposta		Proposta	
UOSPc	UOSPI	Área (ha)	%
1.1.1.2	Tecido edificado contínuo predominantemente horizontal	31,99	0,75
1.1.2.2	Tecido edificado descontínuo esparsos	2,46	0,06
1.4.1.1	Rede viária e espaços associados	79,88	1,87
2.1.1.1	Culturas temporárias de sequeiro e regadio	2,74	0,06
2.2.2.1	Pomares	1,95	0,05
2.2.3.1	Olivais	172,47	4,04
2.3.1.3	Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	18,71	0,44

2.3.2.1	Mosaicos culturais e parcelares complexos	182,49	4,27
2.3.3.1	Agricultura com espaços naturais e seminaturais	36,77	0,86
5.1.1.3	Florestas de outros carvalhos	604,27	14,09
5.1.1.4	Florestas de castanheiro	4,04	0,09
5.1.1.5	Florestas de eucalipto	827,56	19,36
5.1.1.7	Florestas de outras folhosas	849,08	19,91
5.1.2.1	Florestas de pinheiro bravo	802,23	18,77
5.1.2.2	Florestas de pinheiro manso	181,48	4,25
5.1.2.3	Florestas de outras resinosas	423,12	9,90
6.1.1.1	Matos	24,28	0,57
7.1.3.1	Vegetação esparsa	15,16	0,35
9.1.1.1	Cursos de água naturais	13,54	0,32
Total Geral		4274,22	100

A UOSP mostra alterações da distribuição do coberto florestal, no essencial reduz-se em 31,4% a área do pinheiro-bravo, ficando próximo de 19% (18,77%), a área de eucalipto reduz-se em aproximadamente 25% da área inicial da POSA, ficando nos 19,4%, e a área de matos diminui de 13% para 0,6%, em compensação aumenta-se a área das outras folhosas de 1% para aproximadamente 20%, e a área de outros carvalhos, outras resinosas, e pinheiro manso sem expressão atual na paisagem, cresce para 14% e 10% e 4%, respetivamente.

A percentagem proposta para os espaços florestais é de cerca de 83,4%.

Ao nível da ocupação agrícola contempla o incremento de 1,3% no que se refere aos usos do solo na dimensão agrícola.

Deverá ainda ser destacado a presença, embora reduzida atualmente, de espécies ripícolas ao longo de alguns troços dos cursos de água principais com capacidade de regeneração. Neste aspeto há ainda a referir que embora não conste na Carta de Ocupação do Solo de 2018 que serviu de base à elaboração da planta de ocupação atual do solo existe a presença de manchas dispersas de invasoras lenhosas (particularmente exemplares de acácia mimosa) que se distribuem de forma fragmentada ao longo das margens linhas de água (121,41ha), mas cujo controlo é essencial para evitar a sua dispersão. Neste sentido, e atendendo à dificuldade da delimitação destas manchas, a proposta apresenta para as áreas de beneficiação e coincidentes com as margens do domínio hídrico público, sejam estas ocupadas por agricultura onde existe vegetação ripícola autóctone associada ou com folhosas autóctones, o aproveitamento da regeneração natural com adensamento em 10%

da área com espécies ripícolas autóctones e o controlo de invasoras lenhosas em 50% da área. Nas áreas pertencentes igualmente ao domínio hídrico público onde está prevista a reconversão, com proposta de plantação de espécies ripícolas autóctones, não está previsto o investimento de controlo de invasoras lenhosas, mas se verificar a presença destas, as áreas serão tratadas tendo em conta a presença de invasoras e será realizado o seu controlo tendo em conta a espécie identificada.

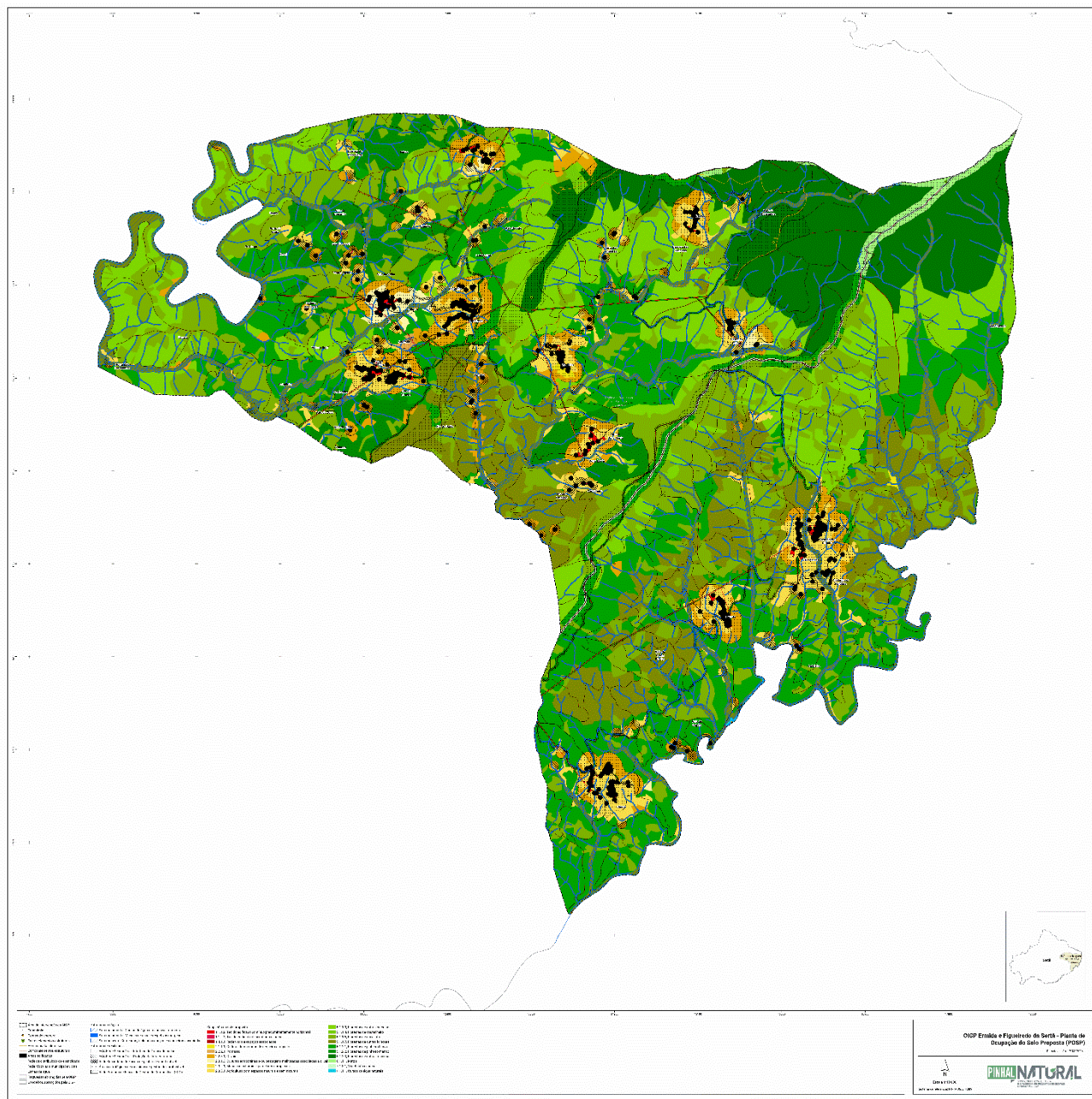


Figura 2 – Planta de ocupação do solo proposta (POSP)

Dentro da AIGP aqui proposta, para além das faixas de rede primária e secundária de gestão de combustíveis, em que a execução está a cargo de várias entidades públicas, existem vários

aglomerados populacionais onde se prevê a instalação de diversos mosaicos de paisagem com uma ocupação de solo que permitam garantir uma maior resiliência ao fogo e proteção de pessoas e bens.

A proposta de ordenamento em matéria de espaços agrícolas visa a preservação da capacidade produtiva do solo, perspetivando não só a rentabilidade económica da produção, mas também as pequenas produções associadas à subsistência e agricultura tradicional. Pretende-se assim a defesa e a estabilização dos espaços agrícolas ou de uso múltiplo ao mesmo tempo que se articula com a possibilidade de construção de infraestruturas de apoio.

Nas áreas com aptidão agrícola, serão priorizados projetos agrícolas, potenciando as economias locais, além de contribuir para a diversificação da paisagem.

A atividade florestal deverá assentar na reconversão dos povoamentos florestais existentes em povoamentos florestais produtivos de acordo com o potencial produtivo da região e preferencialmente com predomínio de espécies autóctones.

c. Matriz de Transformação da Paisagem

Tabela 4 – Matriz de Transformação da Paisagem

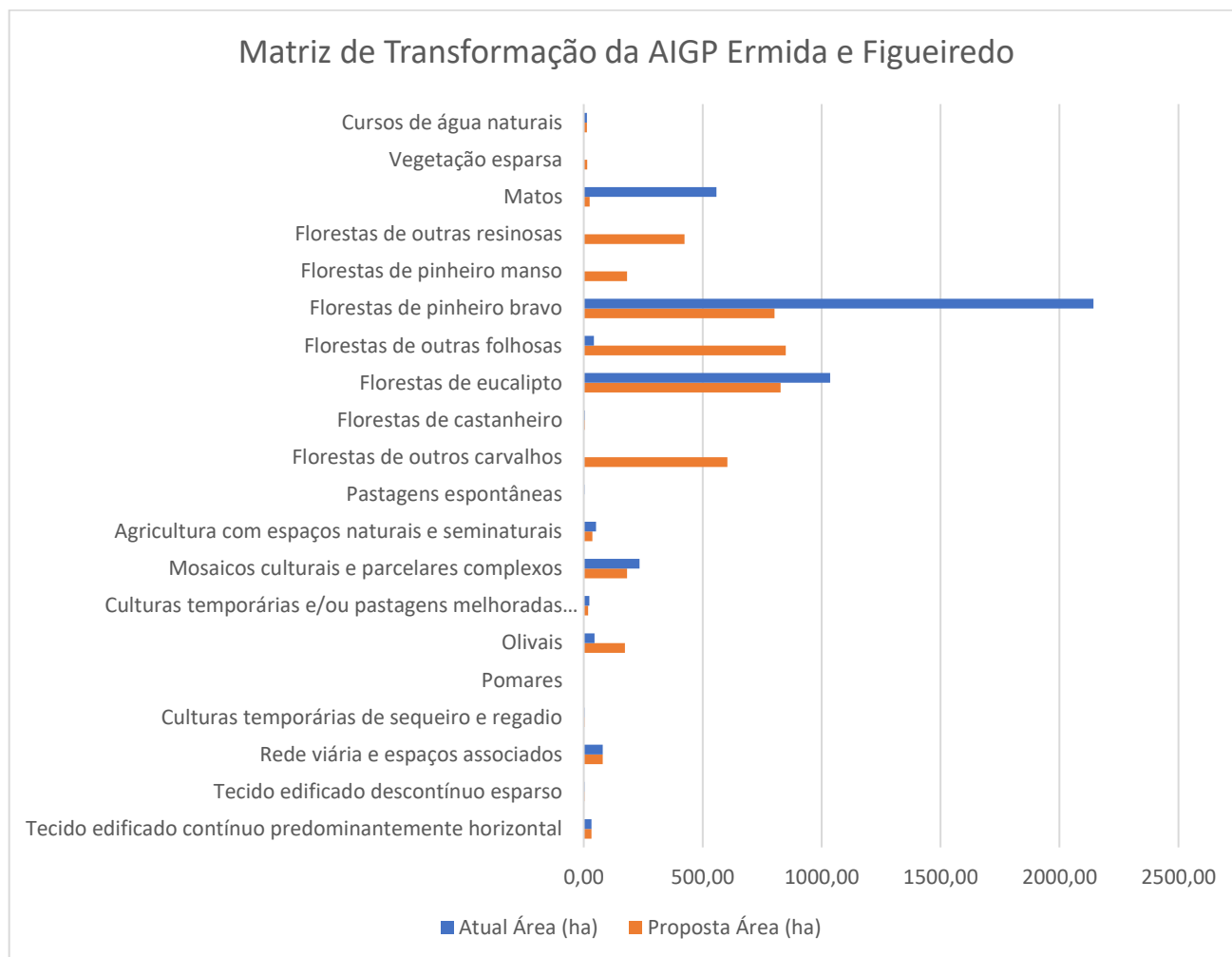
Matriz de transformação		Atual		Proposta		Variação
		Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)
1.1.1.2	Tecido edificado contínuo predominantemente horizontal	31,99	0,75	31,99	0,75	0,00
1.1.2.2	Tecido edificado descontínuo esparso	2,46	0,06	2,46	0,06	0,00
1.4.1.1	Rede viária e espaços associados	79,88	1,87	79,88	1,87	0,00
2.1.1.1	Culturas temporárias de sequeiro e regadio	3,55	0,08	2,74	0,06	-0,82
2.2.2.1	Pomares	2,23	0,05	1,95	0,05	-0,28
2.2.3.1	Olivais	45,08	1,05	172,47	4,04	127,39
2.3.1.3	Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	23,93	0,56	18,71	0,44	-5,22
2.3.2.1	Mosaicos culturais e parcelares complexos	234,55	5,49	182,49	4,27	-52,07
2.3.3.1	Agricultura com espaços naturais e seminaturais	51,61	1,21	36,77	0,86	-14,83

3.1.2.1	Pastagens espontâneas	3,32	0,08	0,00	0,00	-3,32
5.1.1.3	Florestas de outros carvalhos	0,00	0,00	604,27	14,09	602,34
5.1.1.4	Florestas de castanheiro	4,04	0,09	4,04	0,09	0,00
5.1.1.5	Florestas de eucalipto	1035,44	24,23	827,56	19,36	-207,88
5.1.1.7	Florestas de outras folhosas	42,41	0,99	849,08	19,91	808,60
5.1.2.1	Florestas de pinheiro bravo	2142,78	50,13	802,23	18,77	-1340,55
5.1.2.2	Florestas de pinheiro manso	0,00	0,00	181,48	4,25	181,48
5.1.2.3	Florestas de outras resinosas	0,00	0,00	423,12	9,90	423,12
6.1.1.1	Matos	557,39	13,04	24,28	0,57	-533,11
7.1.3.1	Vegetação esparsa	0,00	0,00	15,16	0,35	15,16
9.1.1.1	Cursos de água naturais	13,54	0,32	13,54	0,32	0,00
Total Geral		4274,22	100	4274,22	100	

De acordo com a proposta apresentada e através das unidades de intervenção, prevê-se que aproximadamente 89% (3 802,95ha) da área seja objeto de Transformação:

- 51% da área da AIGP será objeto de ações de Reconversão (2159,91ha).
- 38% da área da AIGP será objeto de ações de Valorização (1643,04ha).

11% da área não terá intervenção ou as operações estão cometidas a outras entidades (471,27ha).



Em linhas gerais, e de acordo com a informação constante na UOSP para a AIGP, a proposta prevê:

- A reconversão de 1431,01ha de Florestas de pinheiro bravo para Florestas de outras folhosas (520,91), Florestas de outras resinosas (127,68), Florestas de outros carvalhos (524,59ha), Florestas de pinheiro manso (140,59ha), Olivais (109,57ha) e Vegetação esparsa (7,67ha);
- A reconversão de 533,11ha de Matos para Florestas de outras folhosas (126,07ha), Florestas de outras resinosas (250,75ha) Florestas de outros carvalhos (57,42ha), Florestas de pinheiro bravo (89,17ha), Florestas de pinheiro manso (2,05ha), Olivais (4ha) e Vegetação esparsa (3,6ha);
- A reconversão de 207,88ha de Florestas de eucalipto para Florestas de outras folhosas (76,42ha), Florestas de outras resinosas (44,69ha), Florestas de outros carvalhos (20,33ha), Florestas de pinheiro bravo (1,29ha), Florestas de pinheiro manso (38,83ha), Olivais (22,49ha) e Vegetação esparsa (3,83ha);
- A reconversão 83,01ha de áreas de agricultura para Florestas de outras folhosas;

- A reconversão de 3,32ha de Pastagens espontâneas para Florestas de outras folhosas (2,19ha) e Olivais (1,13ha);
- A valorização e/ou manutenção de 1886,08ha, correspondendo 277,94ha a áreas de agricultura, 1583,86ha a áreas florestais e 24,28ha a áreas de matos.

Os grandes objetivos da transformação são:

- Criação de compartimentação, através da reconversão das espécies florestais existentes e espaços agrícolas nas margens dos cursos de água, para espécies de folhosas ripícolas autóctones (Sistema Húmido) por forma a criar descontinuidades na paisagem e a controlar os pontos de abertura de incêndios;
- Preservação e manutenção das áreas agrícolas existentes na AIGP por forma a criar descontinuidades;
- Conservação e proteção do material genético de Pinheiro-bravo;
- Arborização das áreas ocupadas por matos com espécies florestais, preferencialmente autóctones, promovendo mosaicos de ocupação e biodiversidade;
- Reconversão das FGC associadas às áreas edificadas para espécies mais resilientes ao fogo ou para culturas agrícolas para uma melhor proteção das localidades e de zonas tampão, reconvertendo as áreas de interface direta ou indireta com floresta de pinheiro-bravo e eucalipto para espécies mais resilientes ao fogo e/ou para agricultura, conferindo assim uma melhor proteção face ao fogo na envolvente;
- Introdução de novas espécies florestais adaptadas à região de forma a diversificar a paisagem e a criar uma paisagem mais diversificada (ao invés dos atuais sistemas monofuncionais de pinheiro-bravo e eucalipto) e com diminuição da carga combustível, o que se traduz no potencial para reduzir a taxa de propagação de incêndios, a intensidade das frentes de fogo e o comprimento da chama, propiciando um comportamento menos violento dos incêndios e uma maior possibilidade de controlo;

A criação de povoamentos com composição mais diversa, e a opção por outras espécies com pouca expressão na ocupação do solo atual, mas bem-adaptadas ao território, permitirá não só promover a biodiversidade como diversificar os serviços dos ecossistemas, especialmente aqueles ligados à valorização paisagística, proteção de solo e do regime hidrológico, sequestro de carbono e serviços de lazer e recreio nos espaços agroflorestais.

Pretende-se obter um espaço agroflorestal biodiverso, conduzido numa perspetiva holística integrando as variáveis de produção agroflorestal, mas igualmente aquelas ligadas às funções de proteção e conservação, promovendo o equilíbrio entre as diferentes produções e serviços gerados

pelos ecossistemas e as suas bases de sustentação primordiais – solo e água. Salvaguarda-se a proteção do solo contra os fenómenos erosivos, evitando perda de solo e promovendo a infiltração hídrica. Relevante também no que respeita à proteção do regime hidrológico é a recuperação das galerias ripícolas.

Estas estruturas são também elementos fundamentais também para estabelecimento de vias ecológicas, constituindo fatores de ligação entre populações animais, permitindo a mobilidade territorial. As espécies dispõem assim de áreas privilegiadas de alimento e abeberamento, refúgio e proteção face aos predadores e espaços para a reprodução e criação.

A nova paisagem a alcançar com a presente proposta terá diferentes tipologias de ocupação compartimentadas em mosaicos de ocupação, localizados de forma a quebrar continuidades de povoamentos muito específicos e equívocos.

A aplicação de boas práticas não só contribuirá para maior proteção contra o fogo como também é fundamental para o bom estado vegetativo e fitossanitário dos povoamentos, prevenindo o surgimento de pragas e doenças. A ação destes agentes não só afeta o equilíbrio ecológico dos sistemas como acarreta graves prejuízos económicos quer pela afetação da produção florestal (ou agroflorestal) quer pelos recursos avultados a alocar ao controlo e erradicação do agente.

A diversificação das ocupações com base na presente proposta permitirá, consequentemente, aumentar o leque de rendimentos diretos e indiretos provenientes dos espaços agroflorestais. A implementação do modelo conferirá, não só por via da maior diversidade de espécies e sistemas, mas também pelas práticas a aplicar na sua gestão e condução, um carácter multifuncional aos espaços florestais. As atividades associadas a estes espaços como a apicultura, recolha de cogumelos e frutos silvestres, turismo de natureza, aportarão rendimentos complementares às produções diretas, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e económica da AIGP.

Estrutura Ecológica

A estrutura ecológica assegura o funcionamento ecológico da paisagem e a conservação dos recursos naturais. Nesta estrutura incluem-se: sistema húmido, constituído por cursos de água permanentes e temporários; e sistema seco, constituído por cumeadas com cabeços e cabeceiras associadas. A delimitação dos fundos de vale integra as margens dos cursos de água com maior expressão na paisagem. Os objetivos subjacentes desta delimitação são: transformar as margens dos cursos de água, sendo estes corredores importantes na ótica da redução dos caudais de escoamento, redução da erosão, e com condicionantes ao nível da alteração do solo e implementar uma intervenção diferenciada tendo em vista a criação de descontinuidades à progressão do fogo ou de reforço a conectividade ecológica. A estrutura ecológica inclui também as áreas da Reserva Ecológica Nacional (REN) associadas ao ciclo hidrológico, leitos e margens dos cursos de água e cabeceiras das linhas água, onde é apresentada proposta diferenciada de ocupação do solo, através recuperação das áreas agrícolas existentes, recuperação e instalação de espécies ripícolas e instalação de florestas de outras folhosas, bem como florestas de outras resinosas, atendendo à sua função relevante em termos de conectividade ecológica, descontinuidade e de resiliência aos fogos rurais.

Face ao exposto, e sendo a fase de planeamento, considerou-se o desenho da estrutura ecológica, conforme a definição do quadro de referência de apoio à elaboração das propostas.

Não são conhecidas áreas de vegetação natural de especial relevância para a conservação da natureza na AIGP Ermida e Figueiredo.

Para efeitos da contabilização dos serviços dos ecossistemas relativamente ao planeamento da Estrutura de Ecológica, parte integrante da Estrutura de Paisagem, considerou-se a área total, sem sobreposição de troços, de 1 553,1ha, que corresponde a 36,4% da área que integra a Estrutura Ecológica, sendo que: 10,6% da área está integrada na Sistema húmido (452,1ha); e 25,8% da área está integrada na Sistema seco (1101,0ha).

Como nota final, ressalva-se que, naquelas zonas onde se verifica sobreposição da Estrutura Ecológica com troços da Estrutura de Resiliência, haverá o cuidado das ocupações propostas em Estrutura de Resiliência não colidirem com as orientações para as áreas da Estrutura de Ecológica.

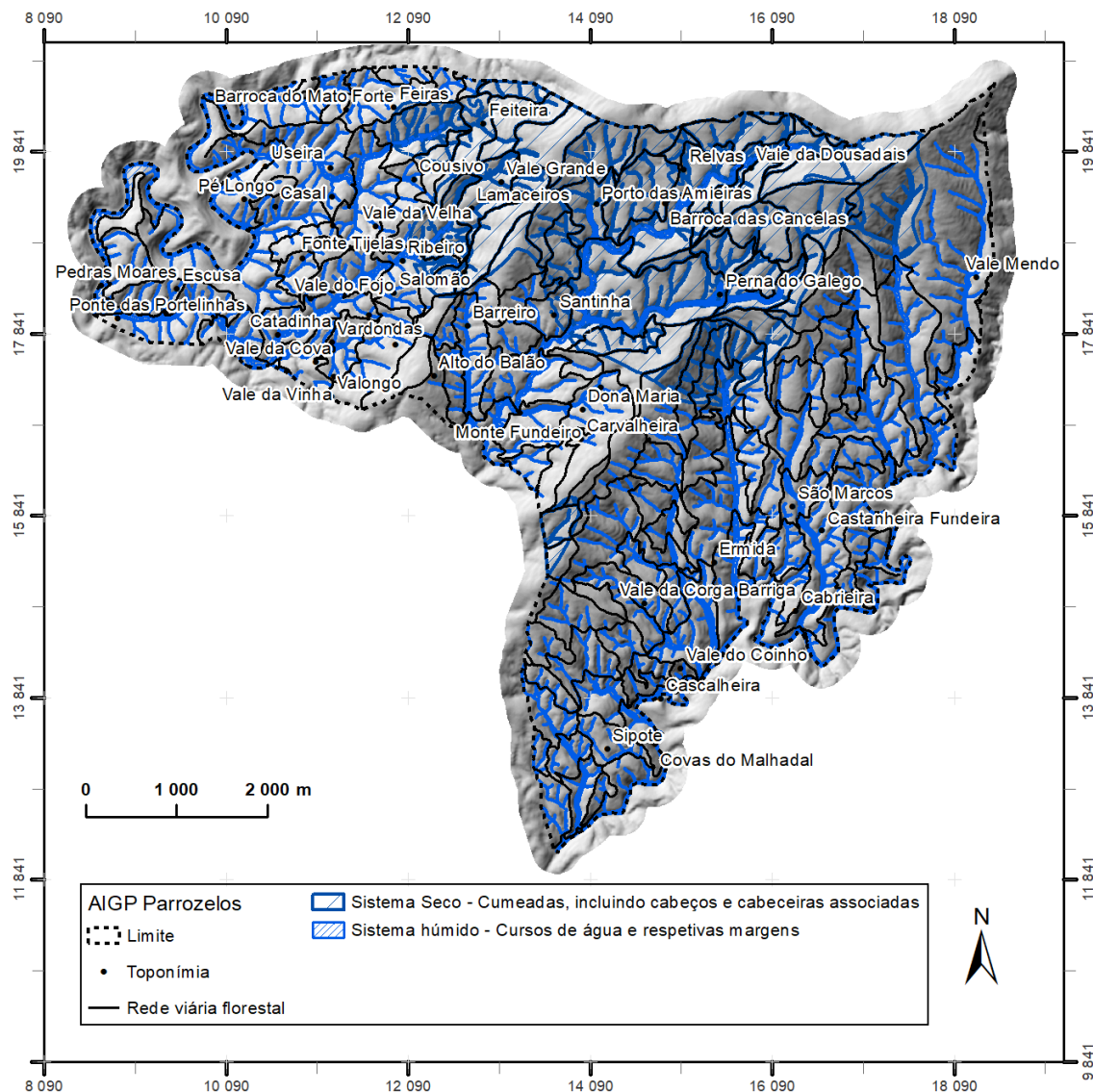


Figura 3 – Planta da Estrutura Ecológica

Tabela 5 – Área por nome do objeto da Estrutura Ecológica

Estrutura Ecológica (tipologia)	Observações	Área (ha)
Sistema húmido - Cursos de água e respetivas margens	REN – Leitões e margens dos cursos de água	110,01
Sistema húmido - Cursos de água e respetivas margens	Domínio Hídrico - Margens linhas águas permanentes (inclui fundos de vale)	201,98
Sistema húmido - Cursos de água e respetivas margens	Domínio Hídrico - Margens linhas águas temporárias (inclui fundos de vale)	42,72
Sistema húmido - Cursos de água e respetivas margens	Margens linhas águas alargadas	97,71

Sistema seco - Cumeadas, incluindo cabeços e cabeceiras associadas	REN - Cabeceiras	1100,97
--	------------------	---------

Estrutura de Resiliência

A estrutura de resiliência aos fogos rurais é aquela que garante a criação de descontinuidades na paisagem e de redução da velocidade e intensidade dos fogos, sendo, em parte, coincidente com a estrutura ecológica e, em parte, associada a faixas de gestão de combustível e a áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível.

Foram consideradas nesta estrutura:

- Rede Primária
- Faixas da Rede Secundária
- MPGC

A proposta prevê as faixas de proteção de largura de 100m em redor das áreas edificadas, e de 50 m em redor dos edifícios, conforme designação constante no decreto-lei regulamentar, tendo estas sido delimitadas pela informação que se encontra vertida no PSA. Nas referidas faixas existirá uma intervenção e ocupação diferenciada e compatível com o que se encontra definido em PSA, em detrimento da ocupação pinheiro-bravo e eucalipto.

A rede primária de faixas de gestão de combustível corresponde ao que foi já planeado com os municípios, não obstante do processo de definição e publicação da RP e das AEMGC ainda esteja a decorrer, em sede de comissão regional e sub-regional de GIFR, nomeadamente a localização e fontes de financiamento, o processo decorre em estreita articulação com o ICNF. Paralelamente decorre processo de candidatura via PDR para mosaicos de gestão de combustível (por via dos PMDFCI em vigor), também em estreita articulação do ICNF e com as várias entidades intervenientes.

Deve ter-se em atenção que a intersecção de faixas de gestão de combustível não dispensa o dever de execução, por cada entidade, dos trabalhos de gestão de combustível da sua responsabilidade, conforme estipulado no Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro. Em fase de execução, será contabilizado o trabalho efetivamente executado por cada entidade.

Não sendo a Entidade Gestora responsável pela execução e manutenção das FGC da Rede Secundária e da Rede Primária, a estruturação do território e a definição das unidades de intervenção dessas redes de FGC, devem ser planeadas posteriormente tendo em conta as ocupações propostas nesta OIGP e as ocupações compatíveis a ser definidas no PSA.

Para efeitos da contabilização dos serviços dos ecossistemas, relativamente ao planeamento da Estrutura de Resiliência, parte integrante da Estrutura de Paisagem, considerou-se a área total, sem sobreposição de troços, de 19,6% da área (837,34ha) será integrada na Estrutura de Resiliência, onde: 2,2% da área está integrada na Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível (93,92ha); 10% da área está integrada na Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível (428,45ha) dos quais, 5,8% correspondem a faixa envolvente às áreas edificadas (249,11ha); 0% da área está integrada em Condomínio de Aldeia; 0% da área está integrada na Rede Terciária de Faixas de Gestão de Combustível; e 7,4% da área está integrada em mosaicos de gestão de combustível (315,9ha).

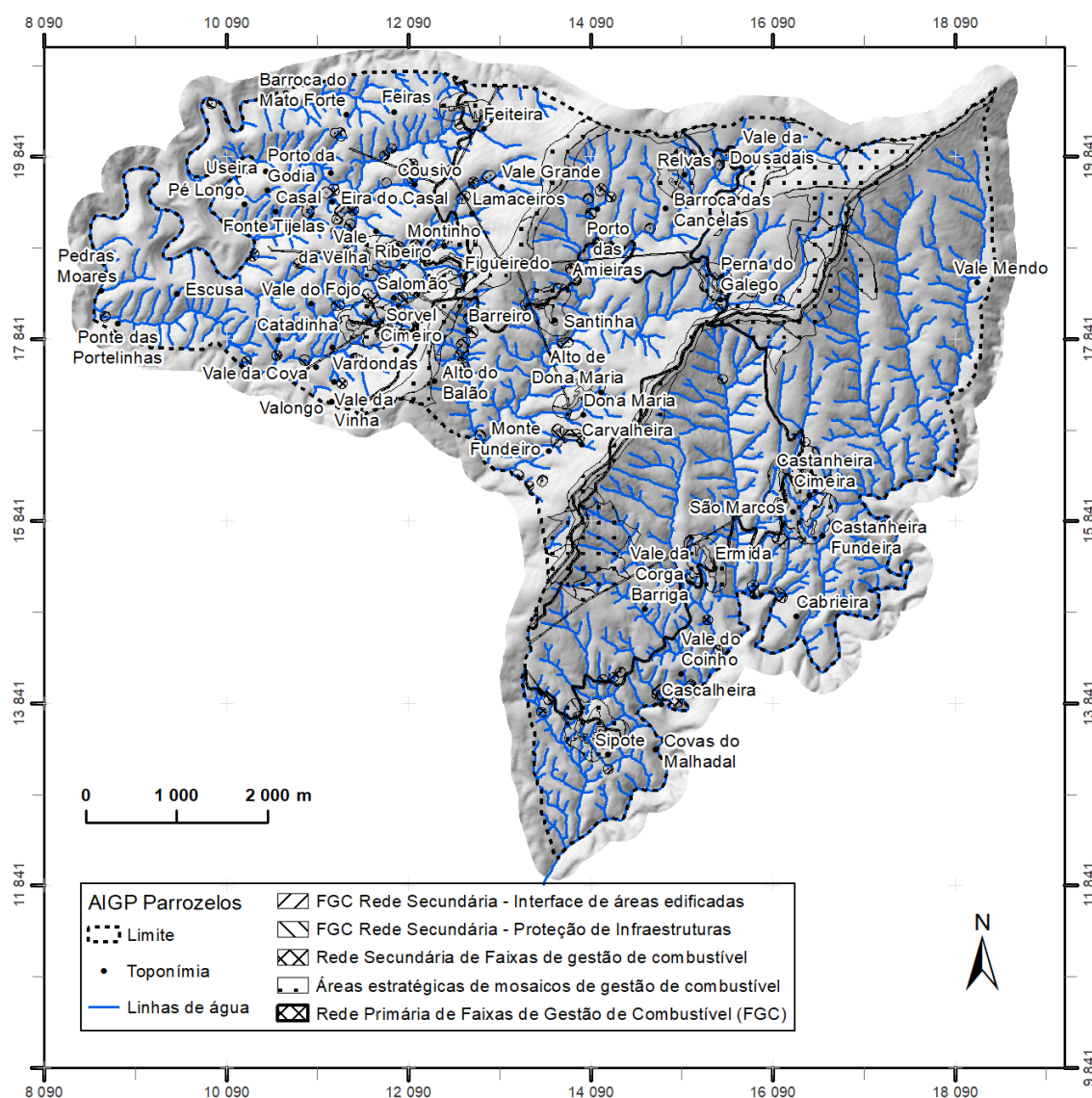


Figura 4 – Planta da Estrutura de Resiliência

Tabela 6 – Área por nome do objeto da Estrutura de Resiliência

Estrutura de Resiliência (Tipologia)	Observações	Área (ha)
Rede Secundária de Faixas de gestão de combustível	FGC (1) - Edifícios	95,56
FGC Rede Secundária - Interface de áreas edificadas	FGC (2) - Áreas edificadas	249,11
FGC Rede Secundária - Proteção de Infraestruturas	FGC (4) - Rede rodoviária	60,7
Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível (FGC)	FGC (8) - Rede Primária - FIC	13,3
Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível (FGC)	FGC (8) - Rede Primária - FRC	86,62
FGC Rede Secundária - Proteção de Infraestruturas	FGC (10) - Energia elétrica média tensão	23,08
Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível	FGC (11) - MPGC (proposta)	315,89

Para além da estrutura/rede de faixas de gestão de combustível, que estão previstas no PMDFCI de Sertã, considera-se relevante para a proposta apresentar uma faixa a ser considerada com MPGC, a ser posteriormente considerada para aprovação pela Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais onde se estabelece um conjunto de intervenções de forma a aumentar a área tratada anualmente. Esta proposta pretende criar descontinuidades verticais e horizontais, diversificar o uso/ocupação, diminuindo a suscetibilidade, aumentando assim, a área do território que, devido à gestão e intervenção, se encontra dentro dos limites da capacidade de extinção dos eventuais incêndios. Assim em MPGC, o investimento, no 1º ano, que resulta da reconversão de eucaliptais, prevendo-se a sua substituição por povoamentos de folhosas autóctones ou culturas agrícolas permanentes poderá ter um apoio unitário de 800€/ha.

Elementos Estruturais

Foram identificados vários locais de interesse histórico e outros elementos estruturais tais como património arqueológico, Vértices Geodésicos, marcas de nivelamento da Rede Gravimétrica e percursos pedestres. Estes serão preservados nas condições atuais em que se encontrarem.

Outros elementos estruturais de interesse para o projeto em apreço não foram identificados, uma vez que não se encontram georreferenciados, contudo no decorrer das ações previstas na OIGP se forem identificados muros, sebes, regadios, socacos, açudes, tanques, represas, etc., os mesmos serão preservados nas condições atuais em que se encontrarem.

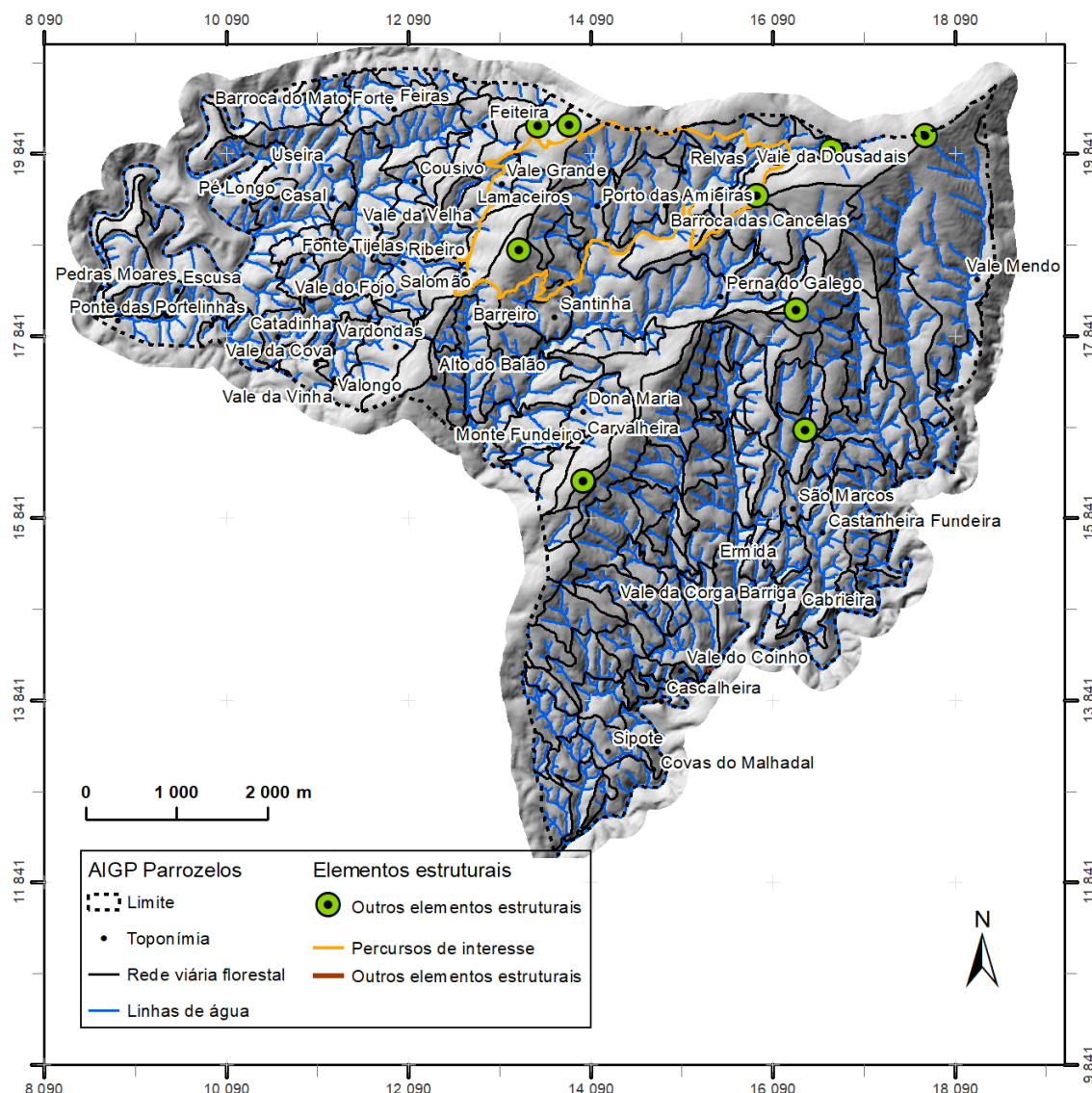


Figura 5 – Elementos Estruturais

A. 2 Fundamentação das Soluções adotadas na proposta

A2.1 Situação atual do território

a. Localização e Enquadramento

Limites administrativos

A AIGP Ermida e Figueiredo localiza-se no concelho de Sertã, que se encontra inserido na sub-região da Beira Baixa (NUTS III), na região Centro (NUTS II) e pertence ao Distrito de Castelo Branco. Abrange na sua totalidade uma área de 4 274,20 ha coincidente com a área geográfica da União de Freguesias de Ermida e Figueiredo de acordo com a Carta Administrativa Oficial de Portugal. É

delimitada a Oeste pela Ribeira da Sertã e a sul e sudeste pela Ribeira da Isna. O seu limite leste coincide com o limite do concelho da Sertã com o concelho de Proença-a-Nova.

Geograficamente situada no centro do país é constituída por cerca de 27 lugares, fazendo fronteira a Norte/Noroeste com a freguesia do Troviscal, a Nordeste com a freguesia da Isna (Oleiros), a Este/Sudeste com a União de freguesias de freguesia de Proença-a-Nova e Peral, a Sul/Sudoeste com a freguesia da Várzea dos Cavaleiros e a Oeste com a freguesia da Sertã.

Os principais aglomerados populacionais abrangidos são Figueiredo, Sorvel, Relvas, Ermida, Castanheira Cimeira, Castanheira Fundeira e Sipote.

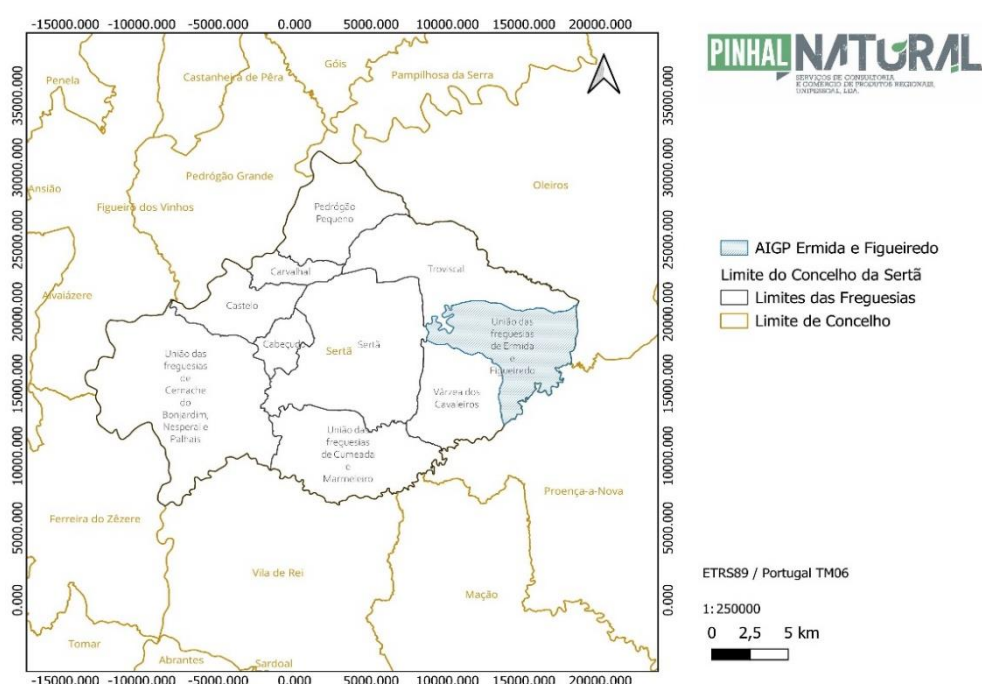


Figura 6 – Localização e Enquadramento da AIGP Ermida e Figueiredo

b. Caracterização Biofísica e Edafoclimática

Parâmetros Climáticos

Quanto à caracterização climática da AIGP Ermida e Figueiredo analisaram-se as variáveis mais influentes nesse nível, nomeadamente a temperatura e a precipitação, ao nível do concelho.

A temperatura do ar é um parâmetro decisivo que atua sobre a vegetação ao regular a sua dessecação e a temperatura interna dos tecidos, sendo o fator que mais condiciona todos os processos biológicos, e como tal, determinando a aptidão agrícola de espécies com limites de tolerância relativamente curtos.

Dos valores analisados no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Município de Sertã (PMDFCI), conclui-se que os meses de junho, julho, agosto e setembro são aqueles em que se registam os valores mais elevados. No período 1981-2010, nos meses de julho e agosto foram atingidos os valores mais altos nos parâmetros referentes à temperatura média mensal (24,9° C e 24,8° C, respetivamente) e à média das máximas 32,2° C e 31,9° C, respetivamente. O valor máximo registado, 41,6° C, ocorreu no mês de agosto.

No Concelho de Sertã, a par da região interior, a temperatura tem um comportamento favorável à ocorrência de incêndios já que os valores mais elevados correspondem aos meses mais secos.

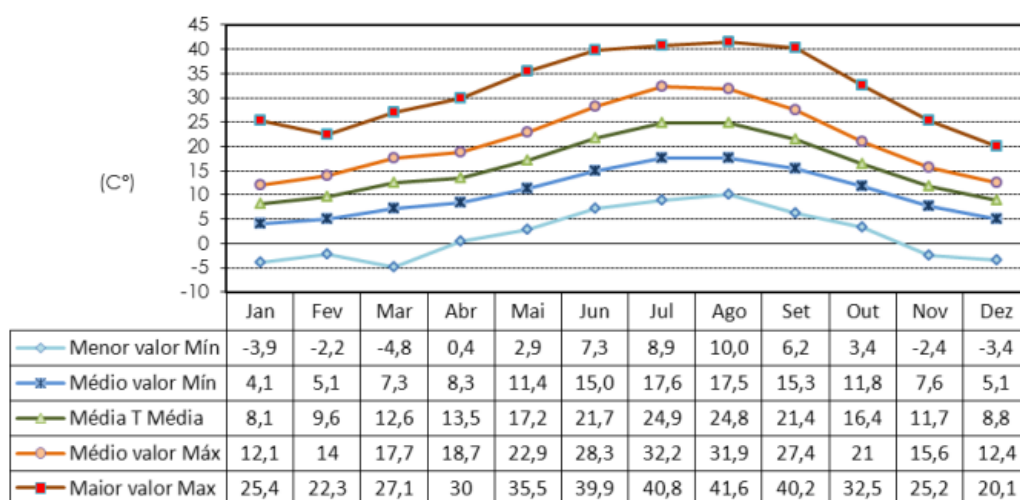


Figura 7 – Valores Mensais da Temperatura Média, Média das Máximas e Valores Máximos no concelho de Sertã (1981-2010). Fonte: PMDFCI Sertã.

A precipitação também tem um papel decisivo sobre os processos biológicos, pois altera significativamente o teor de humidade do solo e dos tecidos da vegetação.

No concelho de Sertã, tendo como referência o período de 1981 a 2010, segundo o PMDFCI, os valores da precipitação, inversamente aos da temperatura, ocorrem nos meses de inverno. Em julho e agosto registam-se os valores mais baixos, quer em termos de precipitação total, quer em termos de máxima diária, o que provoca uma estação muito seca com todos os efeitos negativos que daí advêm, nomeadamente na agricultura e na ocorrência de fogos florestais, mas possibilitando, contudo, a instalação de algumas espécies com características mediterrânicas, como o olival.

A baixa precipitação aliada a altas temperaturas têm grande influência na distribuição dos fogos florestais e na agricultura praticada, sendo que os meses com temperaturas mais elevadas são aqueles em que as disponibilidades de água no solo são mais reduzidas.

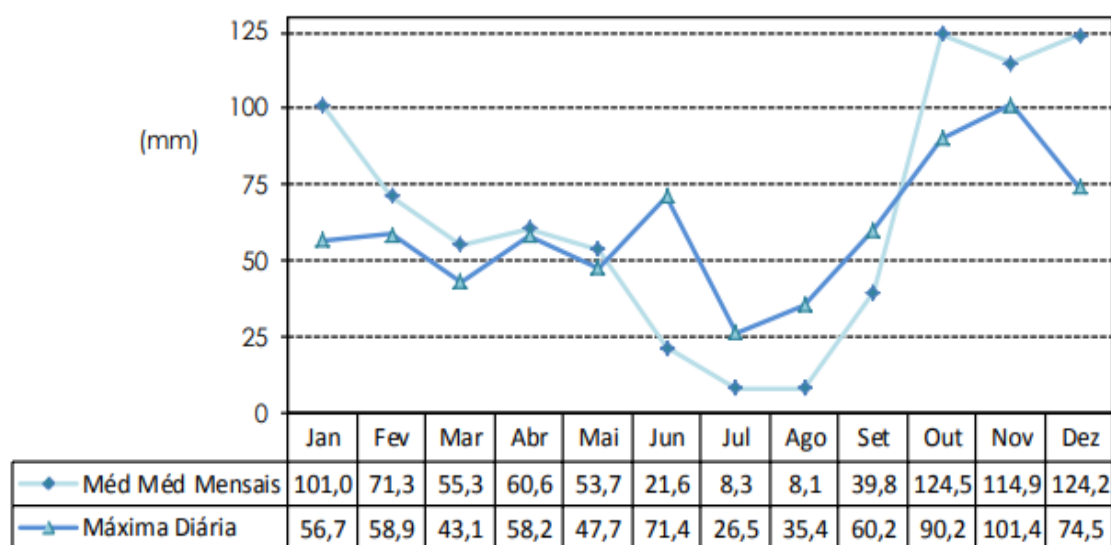


Figura 8 – Valores Médios da Precipitação Mensal e Máxima Diária (mm) no Concelho de Sertã (1981-2010). Fonte: PMDFCI Sertã.

Outra variável relevante para a caracterização climática é a humidade relativa do ar.

Relativamente a este parâmetro e tendo por base os valores médios de humidade relativa, conclui-se que o período seco corresponde aproximadamente a dois meses, mais concretamente de julho a agosto. Durante estes meses o clima é caracterizado por temperaturas elevadas e humidade relativa muito reduzida (31% e 33%, respetivamente), pelo que corresponde à época do ano em que o risco de incêndio é mais elevado. Por outro lado, o valor de humidade relativa ocorre em janeiro e novembro (74%)

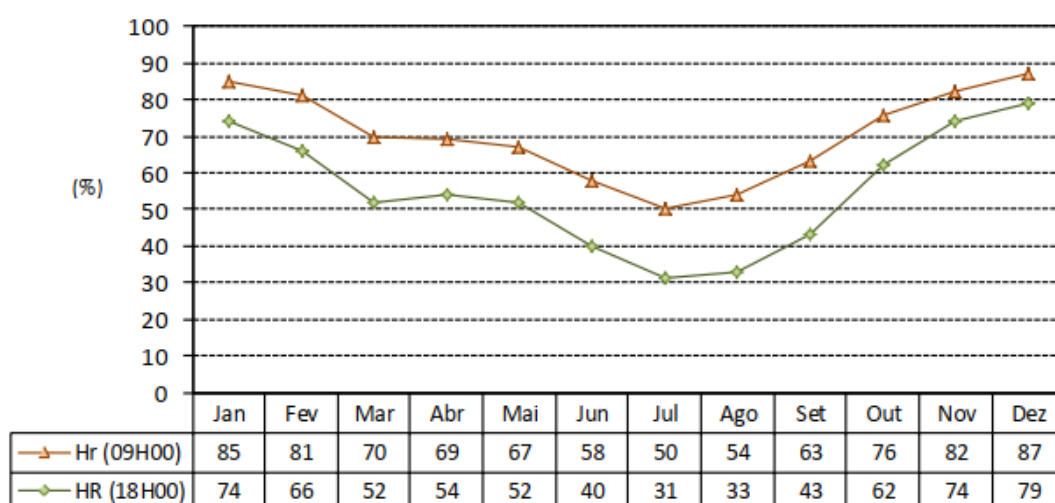


Figura 9 – Valores Médios Mensais de Humidade Relativa (%) no concelho de Sertã (1981-2010). Fonte: PMDFCI Sertã

Em relação aos ventos dominantes, de acordo com o PMDFCI da Sertã, no período correspondido entre 1986-2010, estes ocorrem no verão e são fundamentalmente de Oeste. O vento assume uma importância crucial no comportamento do fogo. O efeito do vento sobre as chamas é muito semelhante ao provocado pelo declive, uma vez que ao inclinar as chamas na frente de fogo potencia a radiação de calor.

Declive

No que toca aos declives, é uma área de relevo acidentado, recortado por vários vales de relevo pronunciado e caracterizado por uma orografia complexa onde os declives superiores é 25% (muito forte) representam 38,3% da área. A classe de declives entre 15-25% (moderado) é predominante, abrange 40,5% do território da AIGP. Já as áreas com declive inferior a 15% (fraco) representam 21,2% da área da AIGP.

Em termos de limitações à mecanização das operações de condução e gestão florestal, os declives presentes na AIGP apresentam limitações na generalidade das situações para as operações florestais de manutenção dos espaços, na medida em que os terrenos são declivosos e deverão ser tidos em consideração alguns cuidados na realização de operações mecânicas.

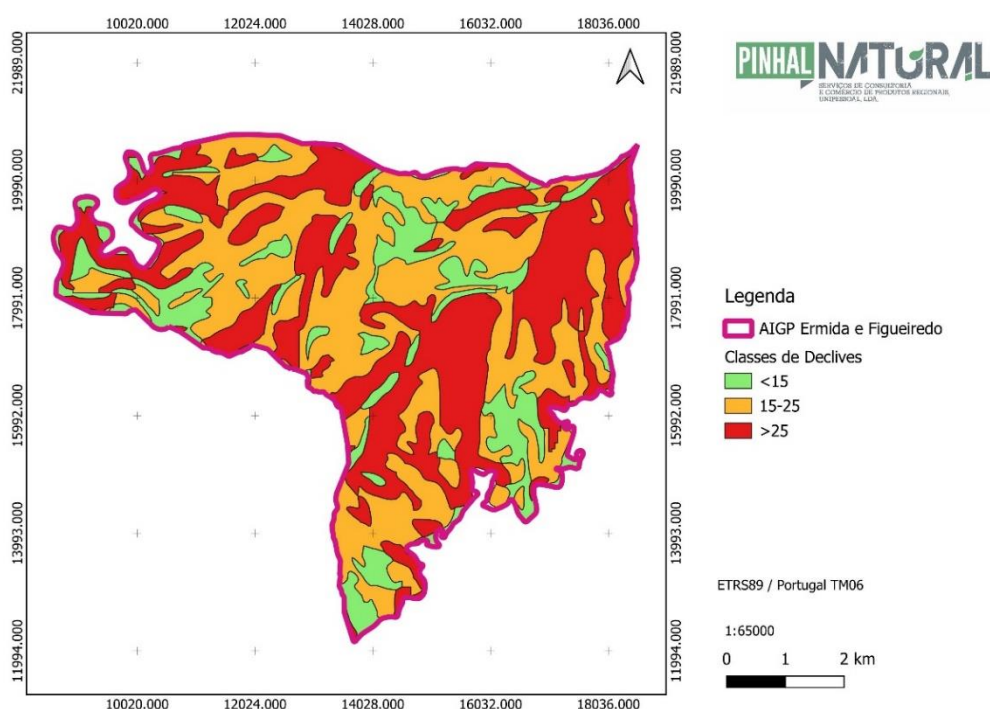


Figura 10 – Mapa de Classes de Declive

Orientação das vertentes

A distribuição percentual da área segundo as diferentes exposições é a seguinte:

Tabela 7 – Orientação das vertentes (%)

Orientação	% Área da AIGP
Este	21,26
Norte	14,29
Oeste	27,90
Sul	35,90
Zonas planas	0,65

A AIGP Ermida e Figueiredo apresenta, assim exposições em todos os quadrantes existindo uma predominância das encostas expostas a Sul (35,9 %).

Relativamente à exposição, as vertentes expostas a sul e este são mais privilegiadas relativamente à intensidade e à quantidade de radiação solar recebida. Deste modo, considera-se, no geral, que nestas exposições o coberto vegetal sofre uma maior dissecação devido à maior radiação solar a que está sujeito. Este aspeto tem particular importância nas ações silvícolas a realizar nestas áreas, uma vez que são áreas sujeitas a maior stress hídrico.

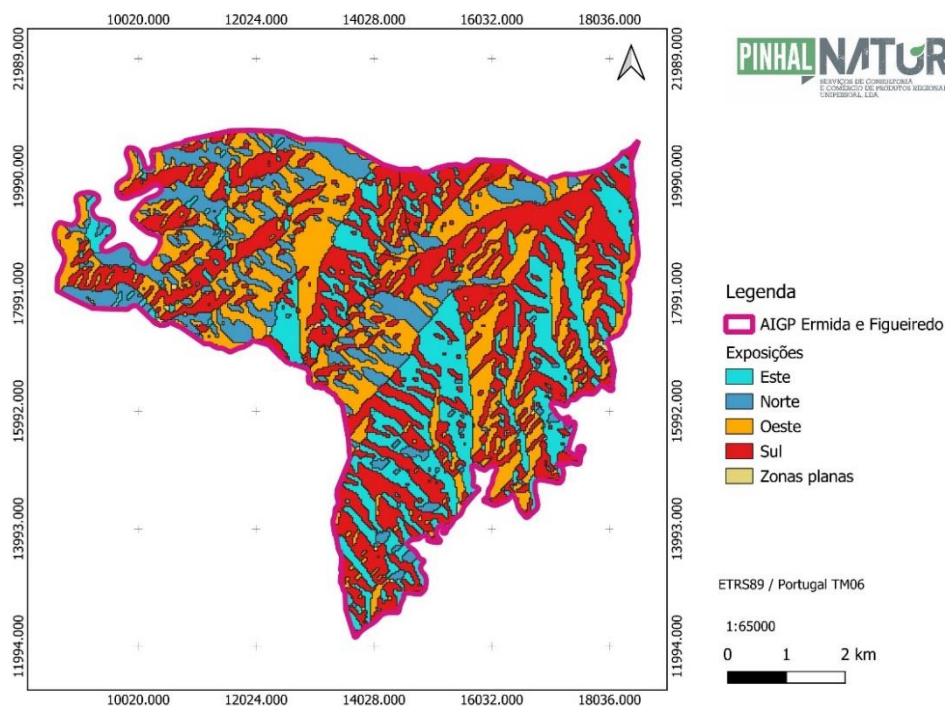


Figura 11 – Mapa de Exposições

Altitude

A altitude é um fator de extrema relevância na distribuição da vegetação, pela influência nas variáveis climáticas determinantes do desenvolvimento da vegetação. A altitude condiciona a insolação, temperatura, a humidade relativa e a quantidade de precipitação recebida. Zonas de cotas mais elevadas correspondem a áreas com maior insolação, onde se observam valores de temperaturas inferiores e maiores taxas de precipitação.

No território da AIGP Ermida e Figueiredo, as classes hipsométricas estão representadas em termos de dimensão de acordo com o seguinte:

Tabela 8 – Dimensão das classes hipsométricas

Classe de Altitude	Área (ha)	% Área da AIGP
300-400	414,13	9,70
401-500	909,83	21,30
501-600	923,00	21,61
601-700	837,39	19,60
701-800	657,71	15,40
801-900	320,59	7,51
901-1000	144,64	3,39
1001-1100	64,13	1,50

Como se pode constatar, as classes mais representativas são as de 401-500 m e 501-600m, representando no seu conjunto 42,91% da área da AIGP. As classes 601-700 m e 701-800 m correspondem a 35% do território.

As cotas mais elevadas situam-se a este e noroeste, sendo o ponto mais alto (1080m) localizado no Cabeço Rainha e a Este e a Nordeste a Serra de Alvéolos. Os valores mais baixos situam-se a oeste e a Sudeste, atingindo valores mínimos no intervalo 300-400m.

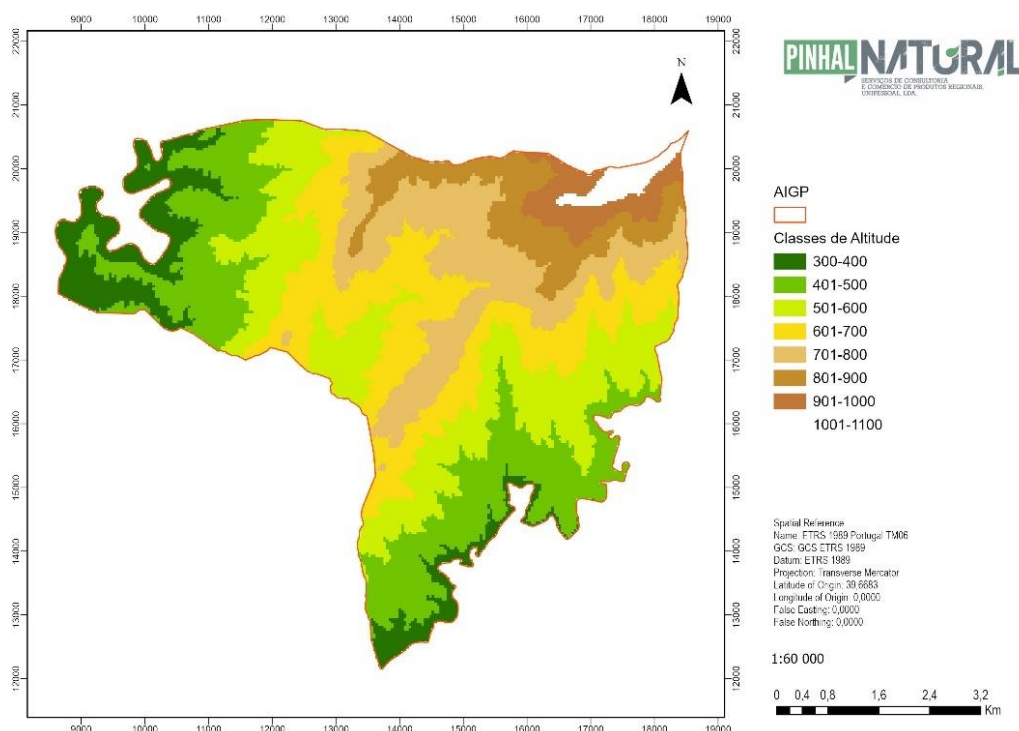


Figura 12 – Mapa hipsométrico

Solos

No que concerne à litologia dos solos da área da AIGP, é notória a predominância de xisto e dos grauvaques. Esta informação é de extrema importância para a escolha da movimentação de terras mais adequada, assim como a adoção de sistemas culturais.

O sucesso e insucesso da instalação de culturas agroflorestais está, entre outros fatores, muito associada à conveniente adequação à tipologia e morfologia de solos existentes. A “moldagem dos solos” através das ações de preparação de terreno que precedem qualquer instalação agroflorestal não asseguram por si só a viabilidade e produtividade agroflorestal. É essencial uma enorme compatibilidade entre solo, preparação de terreno, planta e outros fatores.

Em termos de solos e das suas características, no que toca à área da AIGP, estamos perante litossolos, predominantes na área da AIGP; e cambissolos, localizados apenas na zona central norte da AIGP. Os litossolos constituem unidades de fraco valor agronómico, pobres, de perfil delgado (inferior a 0,10m), ácidos (pH <4,5 - 5,5) e sem carbonatos no perfil, encontram-se associados a áreas mais declivosas sujeitas a erosão. Esta situação constitui um fator limitante a ter em conta nos modelos de silvicultura, nomeadamente nas espécies e tipologias de preparações de terreno a

implementar. A meteorização da rocha que lhes dá origem também é um processo lento e as espécies a selecionar desempenharão um papel revelante.

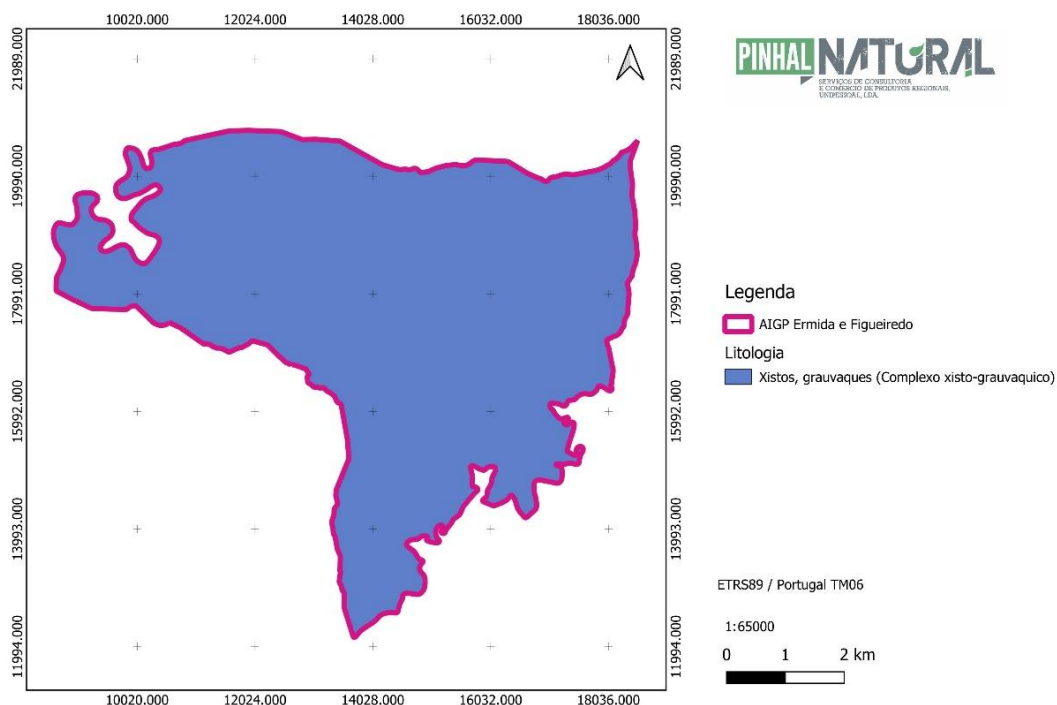


Figura 13 – Litologia dos Solos

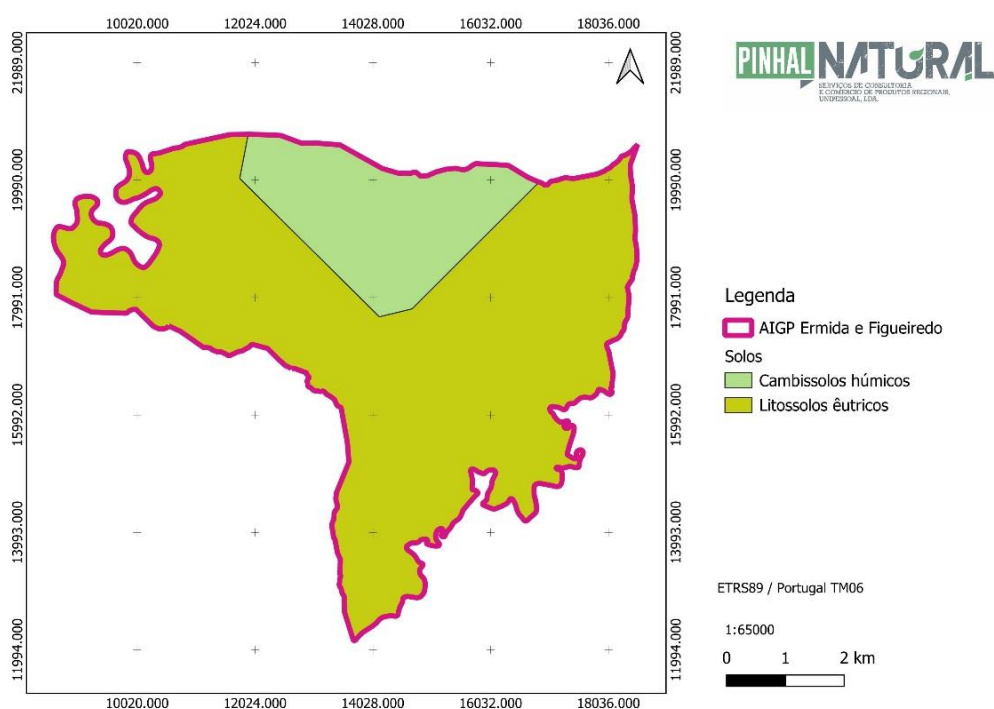


Figura 14 – Tipo de Solos

Aptidões dos solos

A informação sobre aptidão o solo está associada às características das unidades de paisagem, de utilização agrícola e florestal. No que respeita a aptidão do solo na área da AIGP, verifica-se que as áreas mais adequadas à agricultura se localizam em redor aos aglomerados populacionais e sua envolvente, correspondendo a zonas de declives reduzidos, bem como algumas zonas adjacentes a linhas de água permanentes, em vales. O restante território da AIGP apresenta aptidão florestal e agroflorestal, sendo que as áreas mais declivosas se adequarão melhor a áreas de floresta.

As espécies florestais a preservar e/ou a implementar são aquelas cuja aptidão produtiva é boa ou, no mínimo, regular de acordo com o PROF-CL. A seleção das espécies e a localização na AIGP teve como indicadores a aptidão do solo em interação com variáveis climáticas, a uma escala mais reduzida, e baseada em observação de campo, onde se avaliou também a existência de espécies afins com as mesmas necessidades edáficas.

Hidrografia

A rede hidrográfica da AIGP deriva do clima da região, o qual potencia a circulação hídrica terrestre. Esta rede está inserida na bacia hidrográfica do rio Tejo e é composta por inúmeros cursos de água.

O principal afluente é o rio Zêzere.

A hidrografia é marcada pela presença de três ribeiras, a Ribeira da Sertã, também conhecida localmente como Ribeira Grande, a Ribeira da Tamolha e a Ribeira da Isna bem como dos seus afluentes.

Quanto às linhas de água existentes na AIGP, a Ribeira da Isna tem 12,6km de extensão e nasce na Serra do Cabeço Rainho, tem como afluentes a Ribeira Vilar, a Ribeira Tamolha, a Ribeira Bostelim e a Ribeira Salgueiro, a Ribeira da Sertã, tem 9,7km de extensão, é um curso de água que nasce no concelho de Oleiros e no seu curso passa no concelho da Sertã, os seus principais afluentes são a ribeira de Amioso e a ribeira do Escaldado. A Ribeira da Tamolha tem 7,8km de extensão.

As linhas de água permanentes totalizam 75,4km, existindo ainda 213,3km de linhas de água temporárias.

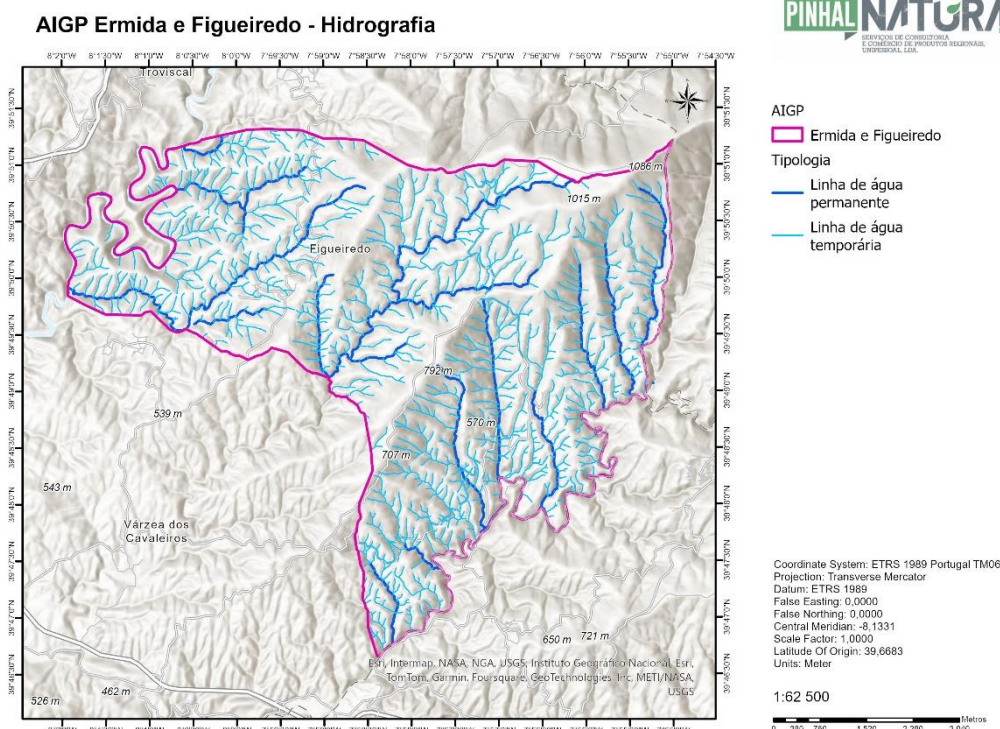


Figura 15 – Mapa da rede hidrografia

O facto de este território possuir diversos cursos de água, resulta no aumento dos teores de humidade ao longo dos respetivos percursos e logo, no desenvolvimento de massa vegetal nas suas margens. Este material traduz-se assim na formação de “corredores” vegetais que estabelecem uma continuidade vertical e horizontal de combustível, potenciando a propagação e intensidade dos incêndios (PMDFCI Sertã).

Ir-á assegurar-se a proteção das linhas de águas permanente não navegáveis e a respetiva vegetação associada, garantindo uma faixa de proteção no mínimo com 10m nas margens das linhas de água identificadas. Esta faixa irá ser arborizada com a espécies autóctones ripícolas. A proteção às linhas de água temporárias existentes, terá uma faixa de proteção no mínimo com 5m, onde se dará prioridade à manutenção e recuperação da vegetação ripícola autóctone herbácea e arbórea existente. Em ambas as faixas de proteção não se realizará a mobilização do solo mecânica, será realizada a redução de combustível e o controlo de vegetação espontânea com equipamentos moto manuais.

Flora e Fauna

O conjunto de fatores naturais, sociais e económicos existentes no Concelho, manifestam-se direta e indiretamente nas comunidades faunísticas conferindo-lhe um valor médio de riqueza e singularidade.

A região da Sertã apresenta-se hoje coberta com um enorme manto de pinheiro bravo e eucalipto. A oliveira é outra das espécies frequentes na flora local. Em alguns locais, no entanto, vêem-se ainda resquícios de uma floresta mais primitiva, composta por carvalhos, castanheiros, azinheiras e pinheiro manso. O coberto arbustivo é composto por urze, carqueja, giesta, carrasco, esteva e medronheiro, que cobre a camada esquelética do xisto.

Nos quadros seguintes encontram-se listadas as espécies mais representativas da fauna existente no concelho da Sertã.

São identificadas as espécies da fauna protegidas e espécies com interesse cinegético. Igualmente, listam-se as principais espécies piscícolas presentes no território (Fonte: Município da Sertã).

Tabela 9 – Principais espécies protegidas (aves e mamíferos)

Família	Espécie	Nome comum	Fenologia
AVES NIDIFICANTES			
Acipitridae	- <i>Buteo buteo</i> (Linnaeus)	-Águia-de-asa-redonda	- Residente; nidificação provável
	- <i>Accipiter gentiles</i> (Linnaeus)	- Açor	- Residente; nidificação provável
	- <i>Accipiter nisus</i> (Linnaeus)	- Gavião	- Residente; nidificação possível
	- <i>Milvus migrans</i> (Bodd)	- Milhafre-preto	- Residente; nidificação provável
Alaudidae	- <i>Galerida cristata</i> (Linnaeus)	- Cotovia-de-poupa	- Residente; nidificação provável
	- <i>Galerida theklae</i> (Brehm)	- Cotovia-do-monte	- Residente; nidificação possível
	- <i>Lullula arborea</i> (Linnaeus)	- Cotovia-pequena	- Residente; nidifica
Corvidae	- <i>Corvus corax</i> (Linnaeus)	- Corvo	- Residente; nidifica
	- <i>Strix scops</i> (Linnaeus)	- Coruja-do-mato	- Nidificação possível
Paridae	- <i>Parus major</i> (Linnaeus)	- Chapim-real	- Residente; nidifica
Picidae	- <i>Dendrocopus major</i> (Linnaeus)	- Pica-pau-malhado-grande	- Residente; nidificação provável
	- <i>Picus viridis</i> (Linnaeus)	- Pica-pau-verde	- Residente; nidificação possível
Upupidae	- <i>Upupa apops</i> (Linnaeus)	- Poupa	- Nidificação possível
MAMÍFEROS			
Mustelidae	- <i>Mustela nivalis</i> (Linnaeus)	- Doninha	
	- <i>Mustela putorius</i> (Linnaeus)	- Toirão	
	- <i>Meles meles</i> (Linnaeus)	- Texugo	
	- <i>Lutra lutra</i> (Linnaeus)	- Lontra	
Soricidae	- <i>Crocidura russula</i> (Hermann)	- Musaranho-de-dentes-brancos	

Tabela 10 – Principais espécies cinegéticas (aves e mamíferos)

Família	Espécie	Nome comum	Fenologia
Columbidae	- <i>Columba palumbus</i> (Linnaeus)	- Pombo-torcaz	- Nidifica
	- <i>Streptopelia turtur</i> (Linnaeus)	- Rola comum	- Estival; nidifica
Corvidae	- <i>Garrulus glandarius</i> (Linnaeus)	- Gaio	- Residente; nidifica
	- <i>Pica pica</i> (Linnaeus)	- Pega-rabuda	- Residente; nidifica
	- <i>Corvus corone</i> (Linnaeus)	- Gralha-preta	- Residente; nidifica
Phasianidae	- <i>Alectoris rufa</i> (Linnaeus)	- Perdiz-vermelha	- Residente; nidificação provável
	- <i>Coturnix coturnix</i> (Linnaeus)	- Codorniz	- Nidifica
Sturnidae	- <i>Sturnus unicolor</i> Temm.	- Estorninho-preto	- Residente; nidifica
Turdidae	- <i>Turdus merula</i> (Linnaeus)	- Melro-preto	- Residente; nidifica
	- <i>Turdus viscivorus</i> (Linnaeus)	- Tordela, tordovela	- Residente; nidifica
Canidae	- <i>Vulpes vulpes</i> (Linnaeus)	- Raposa	
Erinaceidae	- <i>Erinaceus europaeus</i> (Linnaeus)	- Ouriço-cacheiro	- Ocidental mediterrânico
Leporidae	- <i>Lepus capensis</i> (Linnaeus)	- Lebre	- Invernante
	- <i>Oryctolagus cuniculus</i> (Linnaeus)	- Coelho	
Suidae	- <i>Sus scrofa</i> (Linnaeus)	- Javali	

Tabela 11 – Principais espécies piscícolas

Família	Espécie	Nome comum
<i>Clupeidae</i>	- <i>Alosa Alosa (Linnaeus)</i>	- Sável
<i>Salmonidae</i>	- <i>Salmo gairdneri</i> - <i>Salmo trutta</i>	- Truta-arco-íris - Truta-marisca
<i>Anguillidae</i>	- <i>Anguilla anguilla</i>	- Enguia-europeia
<i>Centrarchidae</i>	- <i>Lepomis gibbosus</i> - <i>Micropterus salmoides</i>	- Perca-sol - Achigã
<i>Cyprinidae</i>	- <i>Barbus bocagel</i> - <i>Cyprinus carpio</i> - <i>Chondrostoma polylepis</i> - <i>Rutilus arcasii</i>	- Barbo-do-Norte - Carpa - Boga-de-boca-direita - Pardelha-comum

O Concelho da Sertã apresenta uma diversidade de espécies florísticas sejam no estrato arbustivo como no arbóreo.

Tabela 12 – Principais espécies arbustivas e arbóreas

ESTRATO	Família	Espécie(s)	Nome(s) comuns
ARBUSTIVO	Cistaceae	- <i>Cistus salvifolius</i> Linnaeus - <i>Cistus crispus</i> Linnaeus - <i>Cistus ladanifer</i> Linnaeus	estevinha, sanganho-mouro Roselha-pequena Esteva; roselha-branca
	Ericaceae	- <i>Erica australis</i> (Linnaeus) - <i>Erica arborea</i> (Linnaeus) - <i>Erica lusitanica</i> Rudolphi - <i>Erica scoparia</i> (Linnaeus) - <i>Arbutus unedo</i> (Linnaeus) - <i>Calluna vulgaris</i> (L.)	urze-vermelha, torga-vermelha, urgueira Queiroga, torga, urze-branca urze-de-portugal, urze-lusitana moita-alvarinha, urze-das-vassouras ervedeiro, medronheiro Leiva, rapa, torga-ordinária, urze-roxa
	Fabaceae	- <i>Pterospartum tridentatum</i> (L.) - <i>Genista triacanthos</i>	carqueja, carqueija, flor-de-carqueija tojo-molar, arranha-lobo, tojo-gatanho-menor
	Leguminosae	- <i>Cytisus striatus</i> (Hill) Rothm	Giesta-amarela, giesteira-das-serras
	Rosaceae	- <i>Crataegus monogyna</i> Jacquin	pilriteiro, espinheiro-alvar, espinheiro-branco, branca-espinha
ARBOREO	Betulaceae	- <i>Alnus glutinosa</i> (Linnaeus) Gaertner	amieiro, amieiro-vulgar, amieiro-comum
	Caprifoliaceae	- <i>Sambucus nigra</i> Linnaeus	sabugueiro, candelheiro, rosa-de-bem-fazer, sabugueiro-negro, sabugueiro-preto
	Fagaceae	- <i>Quercus rotundifolia</i> Lam. - <i>Quercus suber</i> Linnaeus - <i>Quercus pyrenaica</i> Lam. - <i>Quercus lusitanica</i> Lam. - <i>Quercus robur</i>	azinheira, carrasca sobreiro, chaparro Carvalho-negral Carvalhiça Carvalho-alvarinho, carvalho-roble
	Myrtaceae	- <i>Eucalyptus globulus</i> Labill	Eucalipto-comum, eucalipto-azul
	Oleaceae	- <i>Fraxinus angustifolia</i> Vahls - <i>Olea europea</i> L. var. <i>europea</i> - <i>Olea europea</i> L. var. <i>sylvestris</i>	Freixo-de-folha estreita Oliveira oliveira-brava, zambujo ou zambujeiro
	Pinaceae	- <i>Pinus pinaster</i> Aiton	Pinheiro-bravo
	Salicaceae	- <i>Salix alba</i> L. ssp. <i>vitelina</i> Arcangeli - <i>Populus nigra</i> (Linnaeus)	Salgueiro-branco choupo-negro, álamo-negro

Agentes Bióticos

São atualmente vários os riscos e vulnerabilidades que comprometem a boa condição fitossanitária da floresta na AIGP e que, consequentemente, ameaçam a sua sustentabilidade e o fornecimento do conjunto de benefícios de inquestionável valor ambiental, económico, social e cultural.

Os incêndios florestais são um importante agente causador de desequilíbrios na árvore, exercendo grande influência sobre o aparecimento de pragas. As áreas percorridas por incêndios florestais e as suas zonas circundantes são especialmente vulneráveis a ataques de insetos perfuradores do lenho, os quais, para além de causarem danos físicos às árvores, são também vetores de fungos responsáveis pelo aparecimento de doenças com impactes ecológicos e económicos não negligenciáveis.

A grande incidência e dimensão dos incêndios florestais que nos últimos anos têm assolado de forma generalizada esta região apresentam uma profunda alteração na dinâmica populacional de diversas pragas florestais. Tal facto é perceptível a nível florestal, em particular no Pinheiro-bravo.

As ações de beneficiação dos povoamentos florestais e de melhoria das suas condições vegetativas e fitossanitárias têm ainda como objetivo a garantia de melhores condições de desenvolvimento dos povoamentos, assim como a minimização do risco de ataque por pragas e doenças, do desenvolvimento de espécies invasoras e da ocorrência de incêndios florestais, pela minimização das condições que propiciem a acumulação de combustíveis lenhosos. Assim, importa fazer a sua identificação.

No que concerne às pragas conhecidas e que ocorrem no concelho de Sertã, têm sido detetadas pontualmente situações que requerem especial atenção: ataque de processionária-do-pinheiro processionária (*Thaumetopoea pityocampa*), que apesar de causar fortes desfoliações, na maioria dos casos não provoca a morte das árvores adultas e os ataques de diversos escolitídeos e cerambicídeos que surgem normalmente, nos povoamentos de Pinheiro-bravo, associados a árvores debilitadas por outros fatores como a processionária-do-pinheiro e os incêndios florestais.

A proliferação de espécies invasoras, que ameaçam os ecossistemas, habitats ou espécies, é uma das principais ameaças à biodiversidade, afetando negativamente os valores naturais presentes no território, assim como os serviços prestados pelos ecossistemas (Resolução de Conselho de Ministros n.º 55/2018 de 7 de maio, 2018).

De acordo com o estabelecido do Decreto-Lei n.º 92/2019, de 10 de julho, as espécies invasoras têm a capacidade de aumentar muito rapidamente as suas populações, sem intervenção direta do Homem, e acabam por ameaçar as espécies florestais nativas.

No concelho de Sertã, podem ser observada a presença de espécies invasoras de forma fragmentada nas margens dos cursos de água existentes (essencialmente a *Acacia dealbata* Link.), comprometendo o normal desenvolvimento e a normal gestão da galeria ripícola existente.

No pós-fogo, tem vindo a observar-se também e ainda que esporadicamente e pontualmente dispersas pelo território do concelho da Sertã, para além da espécie identificada anteriormente, outras espécies invasoras lenhosas, designadamente, háqueas (*Hakea spp.*), robínia (*Robinia pseudoacacia* L.), Ailanto (*Ailanthus altissima*), e penachos (*Cortaderia selloana*), sendo que o Município tem estado atento a estas ocorrências efetuando controlo conforme a natureza da espécie.

Estas espécies são responsáveis por impactes negativos a diversos níveis, nomeadamente: a nível económico, por causarem perdas avultadas na produção agrícola e/ou florestal e gastos elevados na aplicação de medidas de controlo e recuperação; a nível hidrogeológico, através da diminuição da disponibilidade de água nos lençóis freáticos; e a nível ecológico, por levarem ao desequilíbrio dos ecossistemas, com a alteração dos ciclos biogeoquímico do carbono e do azoto, com a alteração dos regimes de fogo, com a competição com espécies nativas e com a criação de efeito barreira.

O controlo de uma espécie invasora exige uma gestão bem planeada, que inclua a determinação da área invadida, identificação das causas da invasão, avaliação dos impactes, definição das prioridades de intervenção, seleção das metodologias de controlo adequadas e sua aplicação.

Listam-se as metodologias de controlo preferenciais para cada espécie invasora identificada, tendo como opção evitar que as áreas se expandam e controlar a dispersão para áreas ainda não afetadas. A escolha das metodologias teve em consideração que poderá identificar-se plantas jovens a ocorrer em áreas de pequena dimensão e dispersas.

Tabela 13 – Metodologias de controlo de espécies invasoras

Espécie invasora	Metodologia de controlo/erradicação		
<i>Acacia dealbata</i> Link.	Controlo físico	Arranque manual	Metodologia preferencial para plântulas e plantas jovens. Em substratos mais compactados, o arranque deve ser realizado na época das chuvas de forma a facilitar a remoção do sistema radicular. Deve garantir-se que não ficam raízes de maiores dimensões no solo.
		Corte com motorroçadora	Metodologia preferencial para plântulas resultantes de germinação que tenham ainda dimensões muito

			pequenas. Deve aplicar-se apenas em dias quentes desde que respeitando as condições de segurança.
	Fogo controlado		Pode ser utilizado estrategicamente com o objetivo de estimular a germinação do banco de sementes para eliminação de plantas jovens.
<i>Hakea decurrens</i> <i>R.Br.</i>	Controlo físico	Arranque manual	Metodologia preferencial para plântulas e plantas jovens. Em substratos mais compactados, o arranque deve ser realizado na época das chuvas de forma a facilitar a remoção do sistema radicular.
		Corte com recurso a equipamentos manuais e/ou mecânicos	Metodologia preferencial para plantas jovens e adultas. Corte do tronco tão rente ao solo quanto possível. Deve ser realizado antes da maturação das sementes. Após o corte, as plantas cortadas devem ser deixadas a secar por 12-18 meses até libertarem as sementes e estas começarem a germinar. De seguida, deve queimar-se a biomassa remanescente, provocando a morte das sementes restantes e das plântulas. Alternativamente, pode proceder-se ao destroçamento da biomassa.
<i>Robinia pseudoacacia</i> <i>L.</i>	Controlo físico	Arranque manual	Metodologia preferencial para plântulas e plantas jovens. Em substratos mais compactados, o arranque deve ser realizado na época das chuvas de forma a facilitar a remoção do sistema radicular. Deve garantir-se que não ficam raízes de maiores dimensões no solo.
<i>Ailanthus altissima</i> <i>(Mill.) Swingle</i>	Controlo físico	Arranque manual	Metodologia preferencial para plântulas e plantas jovens. No caso de plantas jovens, a utilização de uma forquilha, para soltar primeiro as raízes, facilita a remoção. Em substratos mais compactados, o arranque deve ser realizado na época das chuvas de forma a facilitar a remoção do sistema radicular. Nas situações em que se sente resistência não se deve arrancar para evitar que fiquem raízes. Raízes de maiores dimensões e fragmentos que fiquem no solo

			têm grande probabilidade de originar novos rebentos pelo que devem ser removidos.
<i>Cortaderia selloana</i> (Schult. & Schult.f.) Asch. & Graebn.	Controlo físico	Arranque manual	Metodologia preferencial para plântulas e plantas jovens. Em substratos mais compactados, o arranque deverá ser realizado na época das chuvas de forma a facilitar a remoção do sistema radicular. Deve garantir-se que não ficam raízes de maiores dimensões no solo e/ou rizomas arrancados em contacto com o solo, já que estes recuperam facilmente.

Em complemento deverá ocorrer, nas áreas onde forem identificadas e aplicadas as metodologias descritas anteriormente, ações de restauração do terreno recorrendo à instalação de espécies autóctones da flora, por forma a evitar a recolonização como também ações de sensibilização pública dirigidas à problemática associada à ocorrência destas espécies, nomeadamente a divulgação da proibição da sua utilização e importância da sua substituição por outras espécies sem impactes sobre o ambiente.

c. Ocupação do Solo incluído cartograma

A paisagem observada do concelho de Sertã é idêntica aos concelhos limítrofes, sendo possível notar um padrão de uniformidade. É possível concluir que existe um mosaico característico da zona em que se insere, identificando como os seus principais componentes relativamente à ocupação do solo: Territórios artificializados, Agrícola, Florestal e Matos.

Relativamente à ocupação do solo, a componente de ocupação florestal é a que se destaca nesta área.

Em Sertã o setor agrícola é pouco representativo e corresponde, maioritariamente, a culturas anuais (assente numa agricultura essencialmente para autoconsumo), a oliveiras, pomares de citrinos, cerejais e castanheiros.

Análise da evolução temporal da ocupação do uso do solo entre 1995-2018 na AIGP Ermida e Figueiredo

A evolução da ocupação do solo no período 1995-2018 foi efetuada com base nas cartas COS1995, COS2007 e COS2018. Através dos dados obtidos foi possível despistar a dinâmica de alteração dos vários usos do solo no território da AIGP, evidenciando-se as variações percentuais e absolutas das várias tipologias, quer quantitativamente quer no que respeita à sua distribuição geográfica.

Tabela 14 – Análise quantitativa da evolução temporal da área (ha) do uso e ocupação florestal entre 1995-2018

Ocupação do solo	1995		2007		2018	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Agricultura com espaços naturais e seminaturais	72,83	1,70	54,63	1,28	54,63	1,28
Culturas temporárias	4,74	0,11	29,94	0,70	29,94	0,70
Cursos de água naturais	1,36	0,03	1,36	0,03	1,36	0,03
Florestas de castanheiro	4,08	0,10	4,08	0,10	4,08	0,10
Florestas de eucalipto	485,58	11,36	879,26	20,57	966,37	22,61
Florestas de outras folhosas	24,04	0,56	25,18	0,59	25,18	0,59
Florestas de pinheiro bravo	3103,96	72,62	2362,74	55,28	2282,47	53,40
Matos	204,69	4,79	583,69	13,66	576,96	13,50
Mosaicos culturais e parcelares complexos	263,71	6,17	255,39	5,98	255,27	5,97
Olivais	78,88	1,85	47,30	1,11	47,30	1,11
Pastagens	3,72	0,09	3,75	0,09	3,75	0,09
Pomares	2,24	0,05	2,24	0,05	2,24	0,05
Territórios artificializados	24,39	0,57	24,66	0,58	24,66	0,58

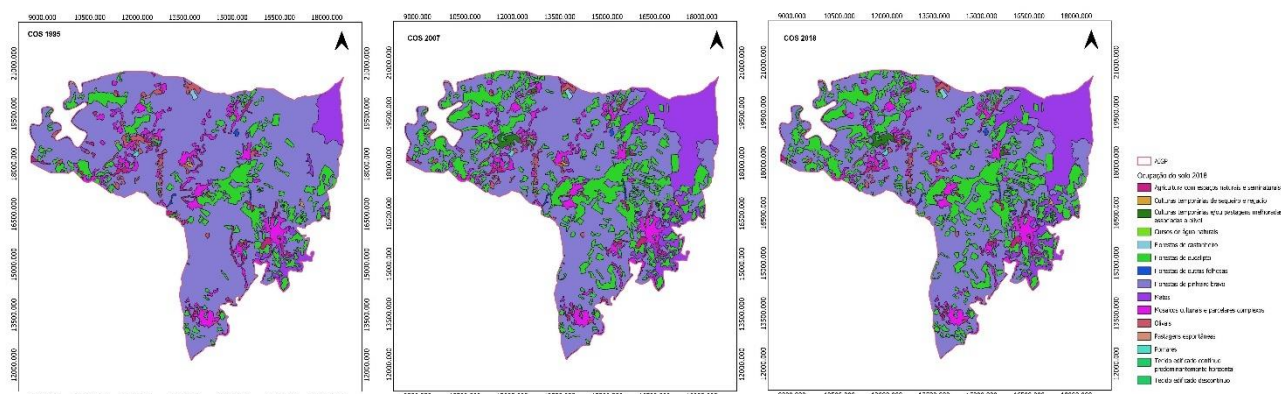


Figura 16 – Análise espacial da evolução temporal do uso e ocupação florestal entre 1995, 2007 e 2018

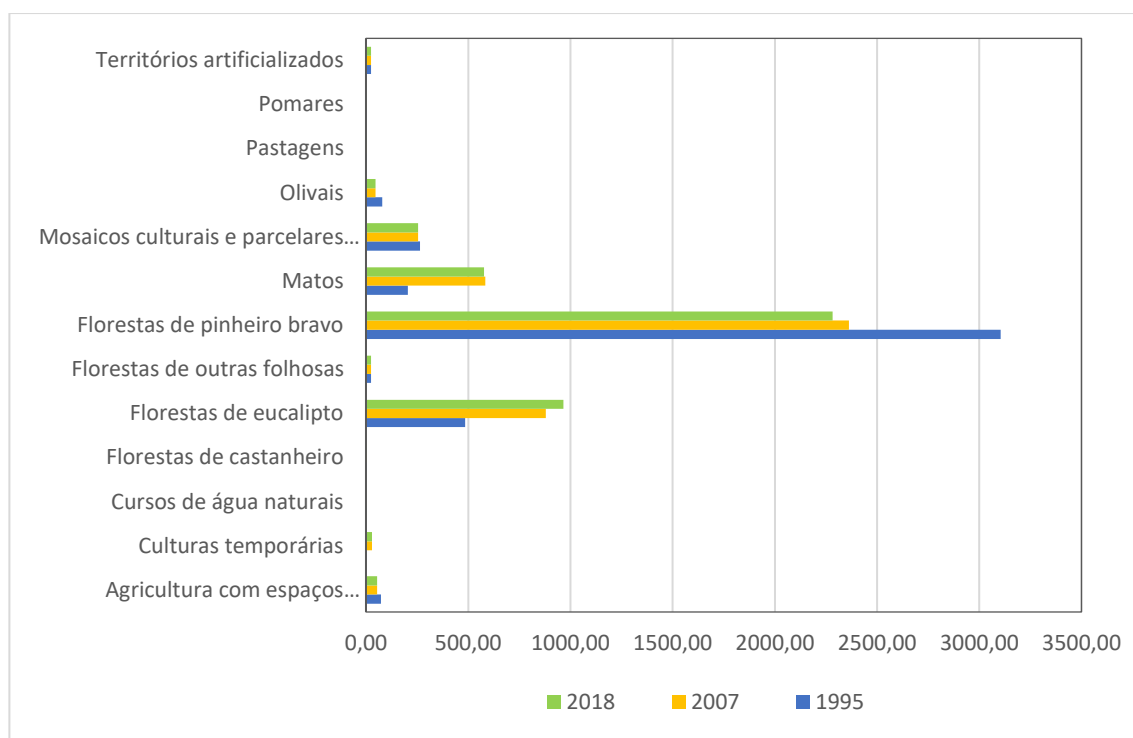


Figura 17 – Área ocupada por classe entre 1995, 2007 e 2018

Dos dados apresentados conclui-se que a espécie florestal mais abundante é o pinheiro bravo, pese embora a clara redução desta espécie entre 1995 e 2018, continua em 2018 a ser a espécie mais representada em área. Evolução inversa teve o eucalipto cuja área aumentou de 485,58 ha em 1995 para 879,26 ha em 2007, atingindo em 2018 os 966,37 ha. Outra alteração importante prende-se com a variação da área de matos, verificando-se um aumento significativo entre 1995 e 2007, de 204,69 ha para 583,69, respetivamente. Outro aspeto a considerar é a evolução da ocupação da área agrícola, no conjunto das ocupações agrícolas descritas, verificou-se uma redução da área de 422,38 ha em 1995 para 389,48 ha em 2007, já no período entre 2007 e 2018 esta tipologia de área manteve-se estável. De facto, as alterações mais significativas no território da AIGP, no período em análise, ocorreram entre 1995 e 2007 com o aumento da área de matos e eucalipto e a redução da área de pinheiro bravo. Embora essa tendência se tenha mantido entre 2007 e 2018 relativamente ao pinheiro bravo e eucalipto (em relação aos matos houve uma ligeira diminuição entre 2007 e 2018), a sua magnitude foi mais reduzida.

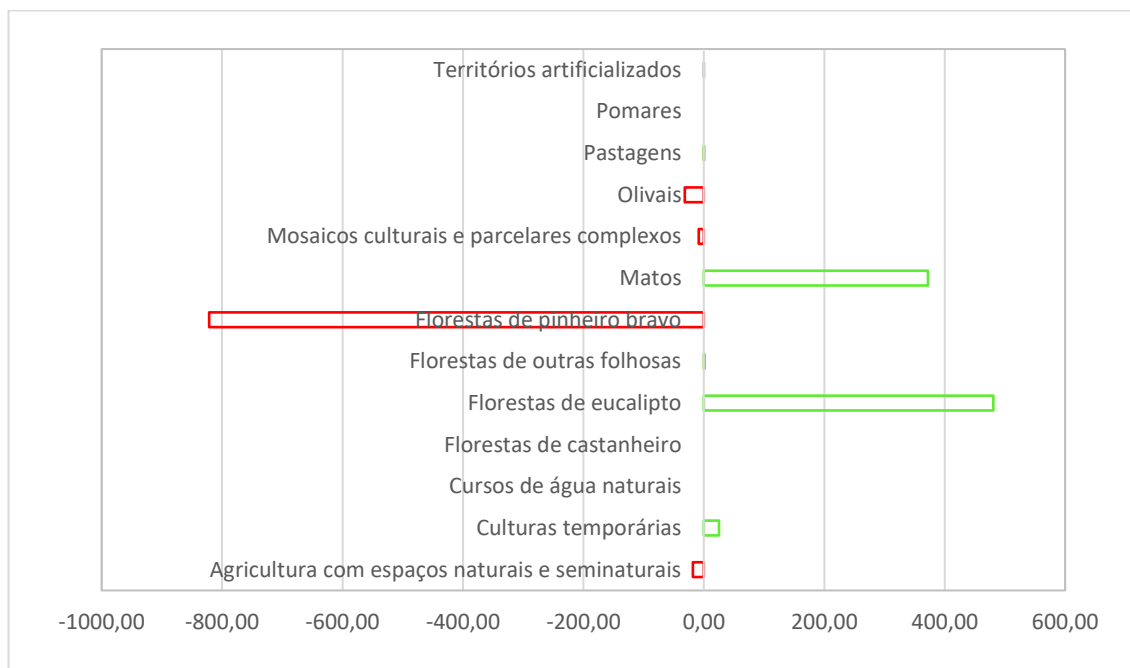


Figura 18 – Variação de área ocupada por classe entre 1995 e 2018

A figura acima explicita as variações globais ocorridas entre 1995 e 2018 sendo bem patente as principais alterações ocorridas no território: aumento da área de matos e de eucalipto e redução da área de pinheiro bravo. Infere-se destes dados que o pinheiro bravo perdeu área para as categorias de matos e eucalipto, principalmente em função dos incêndios.

Na componente agrícola, no conjunto das ocupações desta tipologia, verificou-se a redução da área, contudo as culturas temporárias sofreram um ligeiro aumento, principalmente nas localizações em redor às edificações, correspondendo a hortas e outras que a população vai instalando e mantendo perto das suas habitações.

d. Áreas Edificadas e Infraestruturas

Esta AIGP integra os seguintes aglomerados populacionais: Ribeiro, Sorvel, Feiteira, Montinho, Figueiredo, Santinha, Monte Fundeiro, Relvas, Perna do Galego, Sipote, Ermida, Castanheira Fundeira e Castanheira Cimeira.

De acordo com a classificação da DGT são consideradas áreas do tipo residencial com mais de 10 edifícios residenciais, as localidades de Ribeiro, Sorvel, Figueiredo, Santinha, Relvas, Sipote, Ermida e Castanheira Cimeira.

Feiteira, Montinho, Monte Fundeiro, Perna do Galego, Monte Fundeiro e Castanheira Fundeira são consideradas do tipo residencial disperso/isolado por integrarem de 1 - 9 edifícios residenciais.

Tabela 15 – Áreas correspondentes a cada tipologia de área residencial

Tipologia	Área (ha)
1 a 9 edifícios residenciais	30,15
>= 10 edifícios residenciais	26,34
Total	56,49

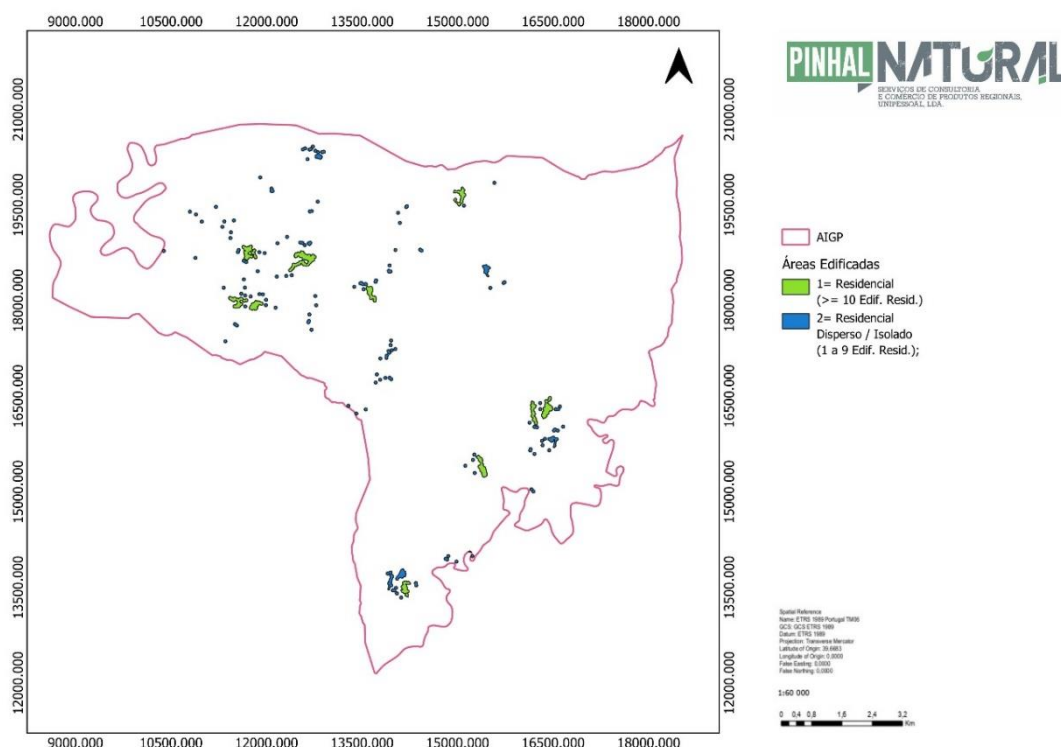


Figura 19 – Áreas edificadas 2018 (Fonte: DGT)

e. Elementos patrimoniais e culturais

Os elementos que correspondem ao Património Natural e Paisagístico são:

- Percursos Pedestres

Os Percursos pedestres correspondem ao percurso de Pequena Rota – PR5 (percursos homologados pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal).

Os percursos de Pequena Rota correspondem a circuitos de valorização da paisagem privilegiando “o desporto dos que andam a pé”. Os PR são intervencionadas todos os anos no sentido de proporcionar aos pedestrianistas as melhores condições para o usufruto dos mesmos.

Na área da AIGP Ermida e Figueiredo está inserido o seguinte percurso pedestre da Pequena Rota:

Tabela 16 – Percurso pedestre da Pequena Rota

PR5 - Rota dos Pastores e da Lajeira	Tipologia - Circular Distância - 13,5 Km Desnível - 703m Duração - 5h00 Dificuldade Técnica - Nível 4 (Difícil)
--------------------------------------	--

- Sítios de Interesse Público (SIP)

Os Sítios com Interesse, correspondem a áreas naturais e paisagísticas onde se verifica uma associação equilibrada entre obras do homem e da natureza, cujo valor cultural, natural ou social, muitas vezes atribuído empiricamente lhes confere uma considerável relevância patrimonial que importa salvaguardar.

Encontram-se classificadas como sítio de interesse público:

1. A Estação de Arte Rupestre da Lageira, conforme Portaria n.º 654/2014, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 152, de 8 de agosto. Localiza-se na Serra do Cabeço Rainho, União das Freguesias de Ermida e Figueiredo, concelho da Sertã, distrito de Castelo Branco.
2. A Estação de Arte Rupestre da Fechadura, conforme Portaria n.º 652/2014, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 150, de 6 de agosto. Localiza-se na Serra do Figueiredo, União das Freguesias de Ermida e Figueiredo, concelho da Sertã, distrito de Castelo Branco

Tendo em vista a necessidade de proteger a envolvente dos sítios classificados anteriormente, foram criadas as zonas especial de proteção, que nos termos do n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.º 115/2011, de 5 de dezembro, e n.º 265/2012, de 28 de dezembro, são áreas de sensibilidade arqueológica, coincidente com a ZEP, em que:

- a) Todas as operações com impacte no solo ou subsolo devem ter acompanhamento arqueológico, presencial e sob a responsabilidade de um arqueólogo;
- b) Na sequência da eventual identificação de contextos arqueológicos que imponham a utilização de outros meios de caracterização e registo, devem ser realizados trabalhos arqueológicos complementares à ação de carácter genérico definida na alínea anterior.

f. Fogos Rurais

Faixas de Gestão de Combustível

São identificadas no PMDFCI de Sertã, Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível, Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível, Áreas Estratégicas de Mosaicos de Gestão de Combustível, Rede de Pontos de Água e Rede Viária Florestal.

Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível

Nos termos dos artigos 47.º e 48.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, a rede primária de faixas de gestão de combustível cumpre a função de diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate ao fogo e visando o estabelecimento, em locais estratégicos, de condições favoráveis ao combate, implantando-se em territórios rurais.

As faixas da rede primária possuem uma largura padrão de 126 metros e compartimentam áreas que devem, preferencialmente, possuir entre 500 e 10 000 hectares.

O planeamento, instalação e manutenção da rede primária de faixas de gestão de combustível deve ter em consideração, designadamente:

- A sua eficácia na supressão de incêndios de grande dimensão;
- A segurança das forças em operação;
- O valor socioeconómico, paisagístico e ecológico dos territórios rurais;
- As características fisiográficas e as particularidades da paisagem local;
- O histórico dos grandes incêndios na região e o seu comportamento previsível em situações de meteorologia favorável à progressão do fogo;
- As atividades que nelas se possam desenvolver e contribuir para a sua sustentabilidade técnica e financeira.

O modelo de gestão de Rede Primária (RPFGC) (UI-FGC) deverá atender ao seguinte:

O limite exterior da faixa deverá preferencialmente apresentar um espaçamento entre copas de cerca de 2 m, garantindo a descontinuidade horizontal do estrato arbóreo (FRC); segue-se uma segunda área menos densa, cujo espaçamento de cerca de 4 m (FRC).

Junto à rede viária fundamental, numa faixa de 10 m para cada lado, o coberto arbóreo e subcoberto deverá ser removido (FIC).

São de distinguir dois tipos de intervenção:

Faixa de redução de combustível (FRC) – remoção do combustível de superfície (herbáceo, subarbustivo e arbustivo), abertura de povoamentos e supressão da parte inferior das copas;

Faixa de interrupção de combustível (FIC) – remoção total dos combustíveis.

A gestão de combustível do coberto arbóreo, arbustivo e subarbustivo devem cumprir os critérios:

- Estrato arbóreo a distância mínima entre copas, como anteriormente referido deve situar-se entre os 2 e os 4m, a desramação deve ser de 50% da altura da árvore até que atinja os 8m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4m acima do solo;
- Estrato arbustivo e subarbustivo, o fitovolume total não pode exceder os 2000m³/ha, devendo simultaneamente ser cumpridas as seguintes condições:
- Garantir a descontinuidade horizontal dos combustíveis entre a infraestrutura e o limite externo da faixa de gestão de combustível;
- A altura máxima da vegetação é a seguinte, variando em função da percentagem de cobertura do solo: 100cm para % cobertura do solo (CS) <20; 40 cm para % CS entre 20 e 50; 20 cm para % CS >50

Nas faixas arborizadas a percentagem de coberto arbóreo deve preferencialmente situar-se entre os 20% e os 30%, não podendo exceder os 50%. A redução de densidades deve ser gradual no tempo.

Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível

A rede secundária de faixas de gestão de combustível cumpre as funções de redução dos efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e formações florestais e agrícolas de valor especial. Cumpre ainda a função de isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.

Nos termos dos números 4 e 5 do artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, a rede secundária, existente na OIGP, desenvolve-se na envolvente das seguintes infraestruturas:

Tabela 17 – Descrição das Faixas de Gestão de Combustível da Rede Secundária

Código	Designação
1	Faixa, com largura padrão de 50 m, em torno de edifícios (medida a partir da alvenaria exterior do edifício) que estejam a ser utilizados para habitação ou atividades económicas não previstas no n.º 5 do Artigo 49.º do DL n.º 82/2021, e excluindo edifícios anexos e obras de escassa relevância urbanística, caso esta faixa abranja territórios florestais - alínea a) do n.º 7 e n.º 8 do Artigo 49.º do DL 82/2021.

2	Faixa, com largura padrão de 100 m, na envolvente das áreas edificadas, quando confinante com territórios florestais, medida a partir da interface das áreas edificadas - n.º 6 do Artigo 49.º do DL 82/2021.
3	Faixa, com largura padrão de 100 m, na envolvente dos parques de campismo e caravanismo, das infraestruturas e parques de lazer e de recreio, dos estabelecimentos hoteleiros, das áreas de localização empresarial, dos estabelecimentos industriais, dos estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, dos postos de abastecimento de combustíveis, das plataformas de logística, das instalações de produção e armazenamento de energia elétrica ou de gás e dos aterros sanitários - n.º 5 do Artigo 49.º do DL 82/2021.
4	Faixas, com uma largura padrão de 10 m, laterais à rede rodoviária e confinantes com o limite exterior da plataforma de estrada - alínea a) do n.º 4 do Artigo 49.º do DL 82/2021.
10	Faixa, correspondente à projeção vertical dos cabos condutores exteriores, acrescidos de uma faixa de largura não inferior a 7 m para cada um dos lados das linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em média tensão - subalínea ii) da alínea c) do n.º 4 do Artigo 49.º do DL 82/2021.
12	"Faixa de proteção sem obstáculos, num raio mínimo de 30 m contabilizado a partir do limite externo dos pontos de água, com exceção dos planos de água cuja dimensão permita o abastecimento aéreo em condições de segurança, considerando-se como tais os que garantam uma área livre de obstáculos num raio de 30 metros a partir do ponto de abastecimento - alínea e) do n.º 2 do Artigo 6.º do Despacho n.º 5711/2014, de 30 de abril - Regulamento dos Pontos de Água. Não fazendo parte das tipologias de rede secundária previstas no DL 82/2021, mas existindo nos PMDFCI, mantêm-se durante o período de transição, com carácter opcional."

Modelo de gestão de Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível (RSFGC) (UI-FGC) para efeitos de gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustível aplicam-se os seguintes critérios:

- 1 - No estrato arbóreo, nos povoamentos de pinheiro bravo e eucalipto, a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 10 m, devendo estar desramadas em 50 % da sua altura até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;
- 2 - No estrato arbóreo, nas espécies não mencionadas acima, a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 4 m e a desramação deve ser de 50 % da altura da árvore até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo
- 3 - No estrato arbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 50 cm;
- 4 - No estrato subarbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 20 cm.

Áreas Estratégicas de Mosaicos de Gestão de Combustível

As áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível visam minimizar os efeitos e a dimensão dos incêndios rurais, através da sua implementação em locais estratégicos, condicionando o comportamento e a propagação do fogo na paisagem e minimizando os seus impactos. Estas áreas possuem uma dimensão variável e correspondem aos locais onde os tratamentos têm o maior efeito na redução da propagação do fogo na paisagem.

O planeamento, a instalação e a manutenção de áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível devem ter em consideração:

- O histórico e tipologia dos grandes incêndios e o seu comportamento previsível em situações de meteorologia que favorece a progressão do fogo;
- A localização de pontos críticos de abertura do fogo na paisagem;
- As características fisiográficas e as particularidades da paisagem local.

Dado que o objetivo específico é diminuir a perigosidade de incêndio e garantir a máxima resistência da vegetação à passagem do fogo deverá ser cumprido o disposto no n.º 1 e n.º 2 do art.º 44.º do DL 82/2021, que define que as medidas de silvicultura a adotar nestes locais devem garantir a descontinuidade horizontal e vertical dos combustíveis e a alternância de parcelas com distinta inflamabilidade e combustibilidade.

A rede de defesa da floresta contra incêndios do PMDFCI da Sertã em vigor é constituída pelas redes anteriormente mencionadas (ver correspondência numérica na tabela anterior).

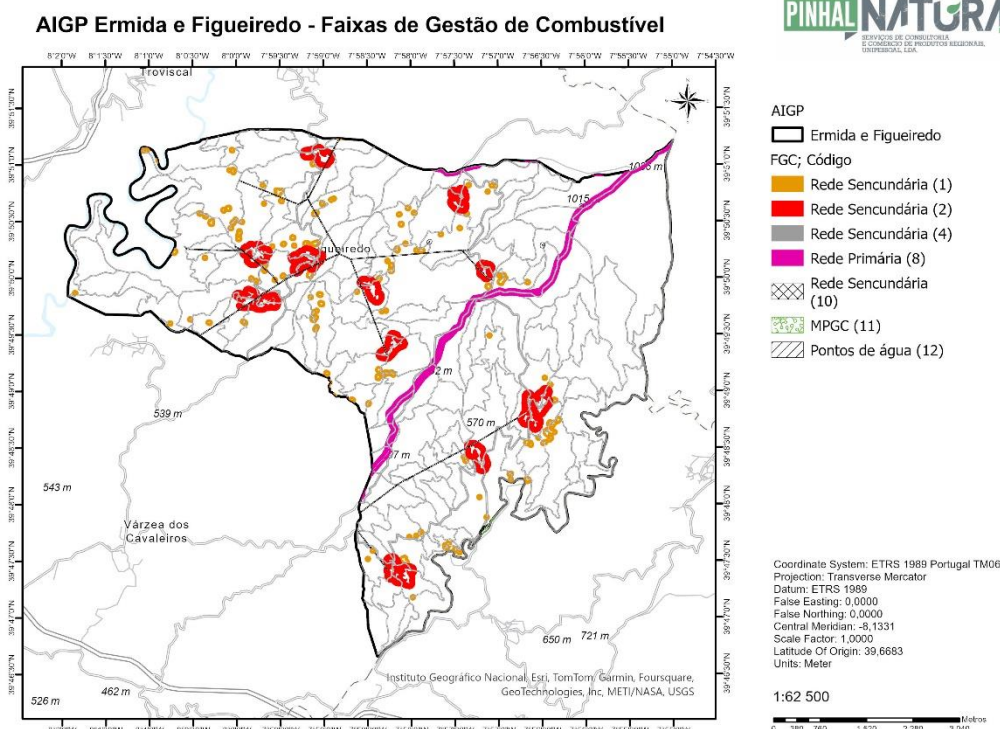


Figura 20 – Faixas de Gestão de Combustível (Fonte: PMDFCI da Sertã)

Tabela 18 – Área das Faixas de Gestão de Combustível (Fonte: PMDFCI da Sertã)

FGC	Área (ha)
Rede Secundária (1)	105,05
Rede Secundária (2)	156,69
Rede Secundária (4)	422,76
Rede Primária (8)	123,08
Rede Secundária (10)	23,01
MPGC (11)	24,57
Pontos de água (12)	2,24
Total Geral	790,22

Rede de pontos de água

A rede de pontos de água classificada no Plano Municipal de Defesa Contra Incêndios (PMDFCI) da Sertã para efeitos de defesa da floresta contra incêndios, encontra-se regulada pelo Despacho n.º 5711/2014 de 30 de abril. DR 2ª série, n.º 83. – Regulamento dos pontos de água integrantes da

RDFCI, e tem como objetivo garantir o abastecimento dos equipamentos de combate a incêndios, sendo constituída por duas componentes bastante distintas:

- uma relacionada com o abastecimento dos meios terrestres (Terrestre);
- outra associada ao abastecimento dos meios aéreos (Aéreo);
- outra em que ambos os meios terrestres e aéreos podem abastecer (Misto).

Na AIGP regista-se duas estruturas de acumulação de água integrante da rede de pontos de água, a Praia Fluvial do Malhadal e a Praia Fluvial Ribeira da Santinha, caracterizado por serem pontos de água para abastecimento de meios terrestres e aéreos. Existem mais dois pontos de água mistos apenas para abastecimento de meios terrestres, um destes pertencendo a um privado.

Estes pontos de água são beneficiados através da realização de ações de remoção da vegetação presente nas imediações e da manutenção do nível de água, no âmbito do PMDFCI de Sertã.

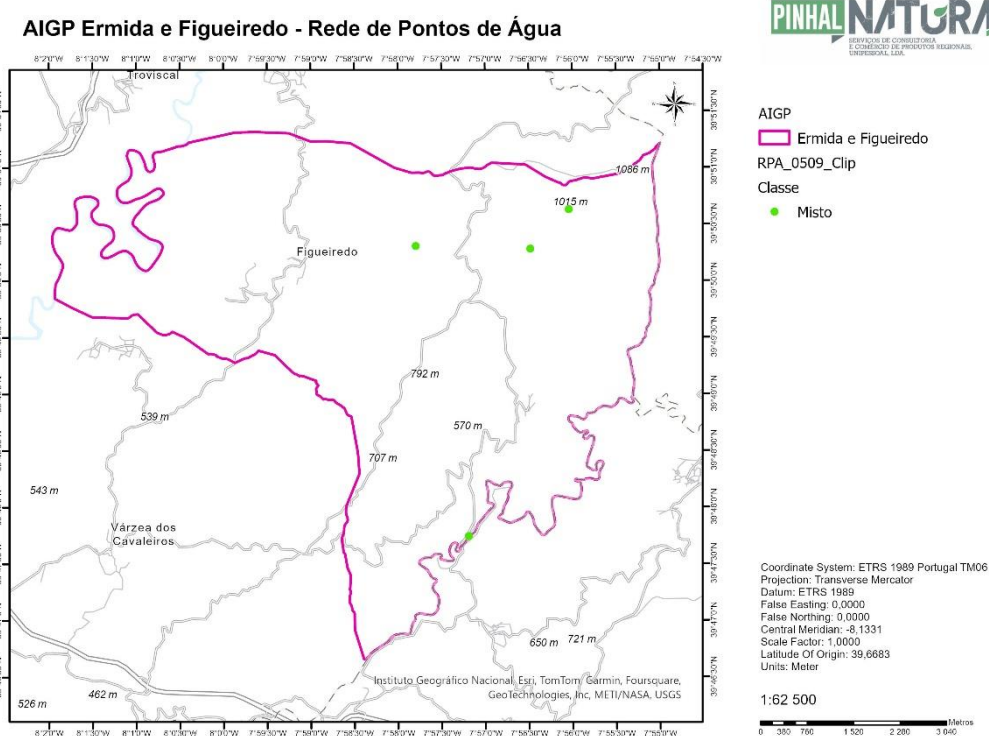


Figura 21 – Rede de Pontos de Água

Rede Viária Florestal

A rede viária na AIGP Ermida e Figueiredo entende-se como meio de relacionamento / comunicação entre os diversos aglomerados urbanos. O estudo da rede viária revela-se fundamental para a total

compreensão das dinâmicas presentes no concelho sendo as estradas o meio predominantemente utilizado quer no transporte de mercadorias e no de passageiros.

A rede viária florestal é bastante extensa e abrangente, na sua grande maioria constituída por rede complementar adequada aos veículos utilizados na gestão florestal e no combate aos incêndios. Foi definida com o objetivo de compartimentar as principais manchas florestais e garantir acessos rápidos e seguros às mesmas.

O levantamento de toda a rede rodoviária municipal e vicinal existente permitiu identificar uma rede de estradas e caminhos com uma extensão total aproximada de 220,5km, constatando-se assim que a rede viária se encontra relativamente bem distribuída. Alerta-se, contudo, para a necessidade de manutenção periódica dos troços que a constituem.

No que diz respeito a infraestruturas, há a destacar a rede rodoviária onde se assinalam as várias estradas e caminhos municipais.

No interior da AIGP Ermida e Figueiredo, estas vias são interligadas através da rede de caminhos e estradões florestais.

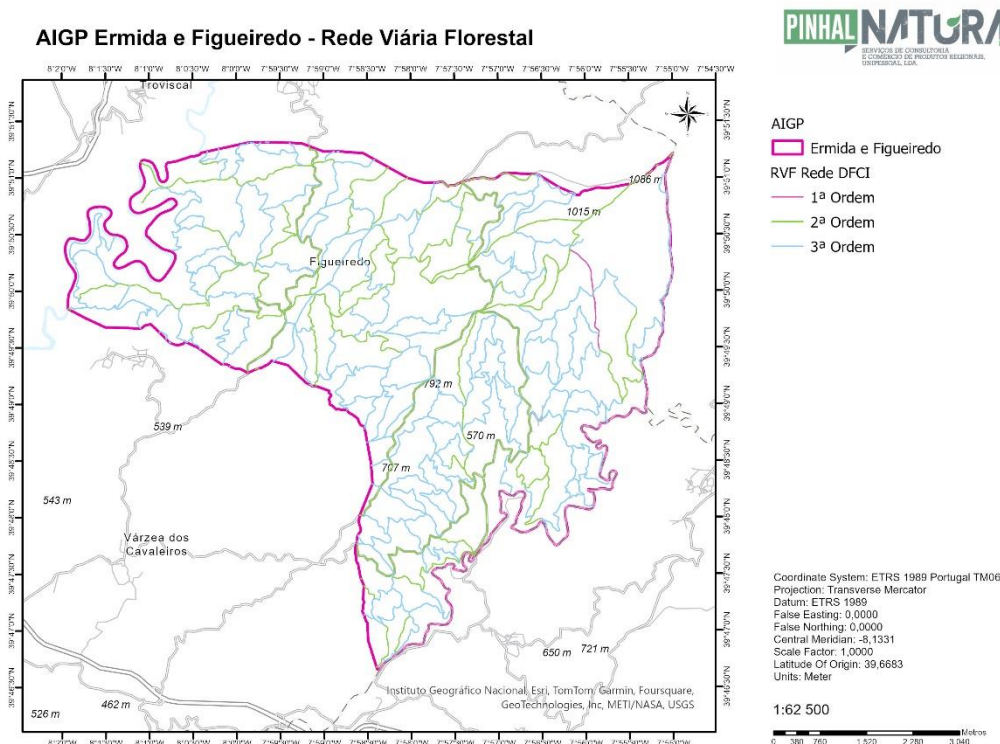


Figura 22 – Rede Viária Florestal

Tabela 19 – Comprimento (km) da RVF por categoria de via

RVF (Rede DFCI)	Comprimento (km)
1ª Ordem	1,83
2ª Ordem	83,77
3ª Ordem	134,88
Total	220,48

Área ardida

A análise das áreas ardidas na AIGP Ermida e Figueiredo foi realizada para o período entre 2000 e 2022, tomando como base os dados de áreas ardidas disponíveis no Geocatálogo do ICNF.

A área da AIGP foi percorrida por incêndios nos anos 2000, 2003, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020.

A área atingida pelos vários incêndios ocorridos é expressa na figura abaixo.

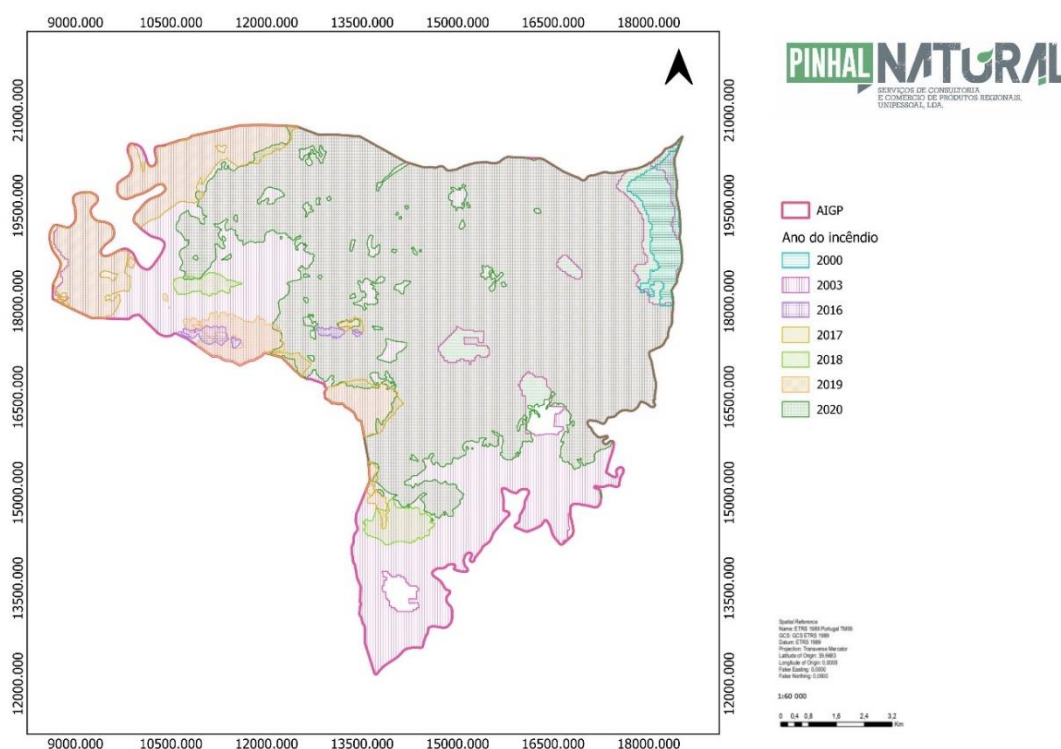


Figura 23 – Área ardida por ano no período 2000-2022

A tabela seguinte expressa a área atingida por cada incêndio e a percentagem respetiva face à área total da AIGP.

Tabela 20 – Área ardida por ano no período 2000-2020

Ano	Área (ha)	%
2000	106,91	2,50
2003	4035,58	94,42
2016	21,02	0,49
2017	417,67	9,77
2018	72,27	1,69
2019	75,59	1,77
2020	2709,32	63,39

A distribuição de área ardida por ano está demonstrada no gráfico seguinte.

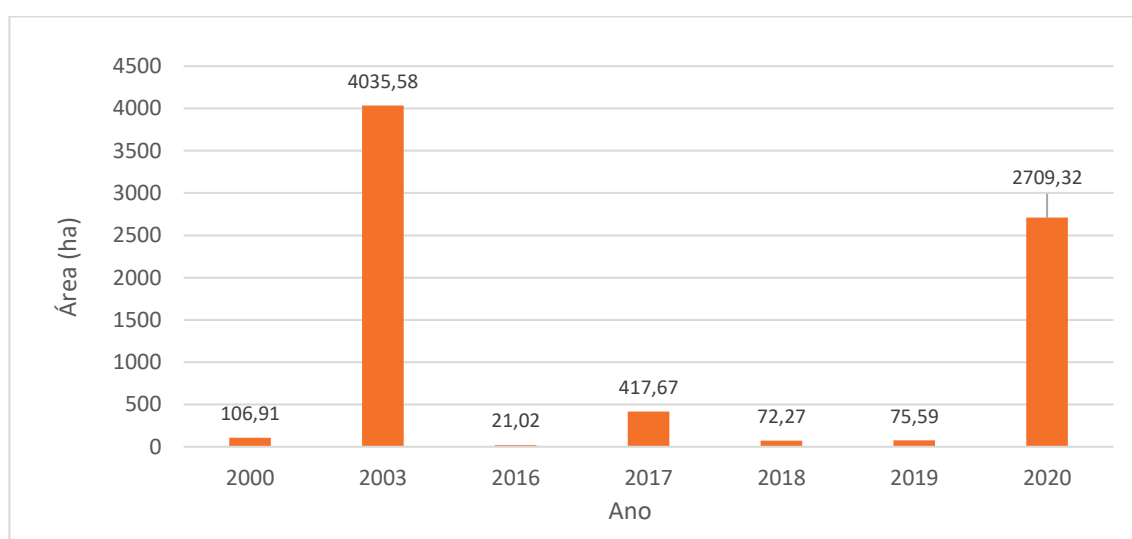


Figura 24 – Área (ha) ardida por ano na AIGP

De acordo com os dados disponíveis no sítio da internet do ICNF no ano de 2003 a área em estudo ardeu na sua totalidade, fruto de um grande incêndio florestal que afetou o Concelho da Sertã. No final dos anos 70 (1979) esta mesma área ardeu na sua totalidade, no entanto não existem registos desse primeiro incêndio que consumiu toda a serra do Cabeço Rainha. Da observação dos dados conclui-se que o ano mais gravoso em termos de área ardida foi o ano de 2003, em que 94,42% do território da AIGP foi atingido pelo incêndio. No período entre 2003 e 2015 não foram registadas áreas ardidas, contudo desde 2016, inclusive, que a área da AIGP foi afetada por fogos todos os anos. Neste período, o ano em que se registou maior área ardida foi 2020 com 63,34% do território percorrido pelo incêndio.

Esta informação sugere que esta área é suscetível aos incêndios florestais, razão pela qual se justifica especial atenção em termos de gestão de combustíveis.

Causas de ocorrência de incêndios

A causalidade dos incêndios rurais é outro fator de significativa relevância na caracterização do regime de fogo. Reportando à União de Freguesias de Ermida e Figueiredo, foram contabilizadas no período 2011 a 2021 um total de 28 ocorrências cujas causas são apresentadas na tabela abaixo, categorizadas por tipo e grupo de causas.

Tabela 21 – Número total de incêndios por causas na freguesia período 2011 a 2021 (Fonte: ICNF, 2023)

Freguesia: Ermida e Figueiredo		
Tipo de Causas	Grupo de Causas	N.º Total de Incêndios
Desconhecida	Indeterminadas	4
Intencional	Incendiarismo - Imputáveis	17
Natural	Naturais	1
Negligente	Acidentais - Maquinaria	1
Negligente	Acidentais - Outros	1
Negligente	Acidentais - Transportes e Comunicações	3
Negligente	Queimas amontoados de sobrantes florestais ou agrícolas	1
Total Geral		28

Destaque para o elevado número de ocorrências intencionais por incendiarismo – imputáveis, que na freguesia, superou o número de causas por negligência. Das 28 ocorrências registadas no período em apreço, 17 foram intencionais, o que corresponde a 60,7% das ocorrências. A segunda causa mais comum foi a negligência representando 21,43%.

As causas desconhecidas-indeterminadas caracterizam-se pela inexistência de informação detalhada das investigações levadas a cabo em relação ao apuramento das causas destes incêndios, enquanto as naturais dizem respeito a raios.

Pontos prováveis de início de incêndios

Da análise dos pontos de início prováveis dos incêndios, verificamos a existência de uma forte tendência para se concentrarem junto às principais vias de comunicação que atravessam este território. Esta tendência foi particularmente evidente no ano de 2016, onde as três ignições registadas ocorreram na proximidade de estradas. O facto de se verificar uma predisposição para a ocorrência de ignições nessas zonas em particular leva-nos a tomar especial atenção no sentido de incrementar a sua resiliência à progressão de incêndios.

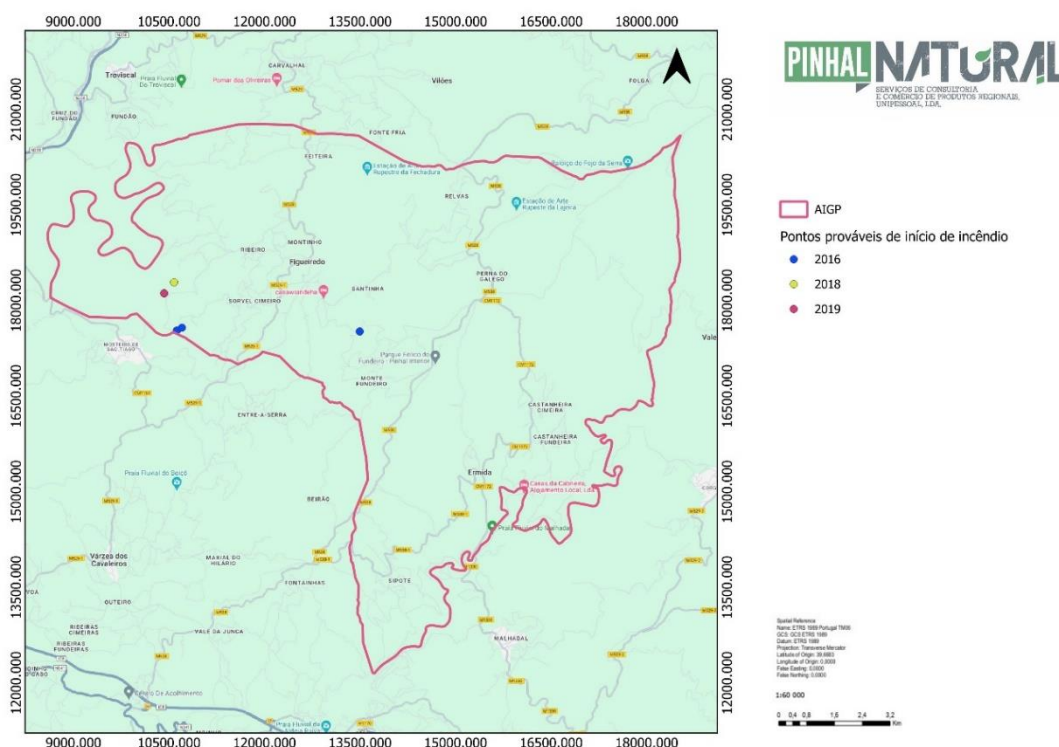


Figura 25 – Pontos prováveis de início e causas

É ainda de relevância notar que, à exceção da ignição ocorrida em 2019, todas as restantes tiveram por causa incendiário.

Perigosidade de incêndio rural 2020-2030

A cartografia de perigosidade de incêndio rural (PIR) prevista no Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2022, de 19 de julho, que institui o Sistema Integrado de Gestão de Fogos Rurais (SIGFR), comporta cinco classes de perigosidade designadamente: «muito baixa», «baixa», «média», «alta» e «muito alta».

As variáveis independentes consideradas para a modelação desta cartografia foram o declive, a altitude e o uso e ocupação do solo.

Esta carta é um elemento crucial para o planeamento das medidas de prevenção e combate a incêndios rurais, por via do ordenamento do território, do ordenamento florestal e da prevenção estrutural, para o condicionamento às atividades de fruição dos espaços rurais e para a alocação de meios de vigilância e combate aos fogos.

A perigosidade da AIGP Ermida e Figueiredo atinge valores preocupantes pois grande parte da sua área situa-se na classe muito alta, apresentando assim um elevado potencial para a ocorrência de incêndios florestais.

As restantes classes representam, cada uma, uma área inferior a 1%, sendo que a classe “Muito Baixa” não se encontra representada.

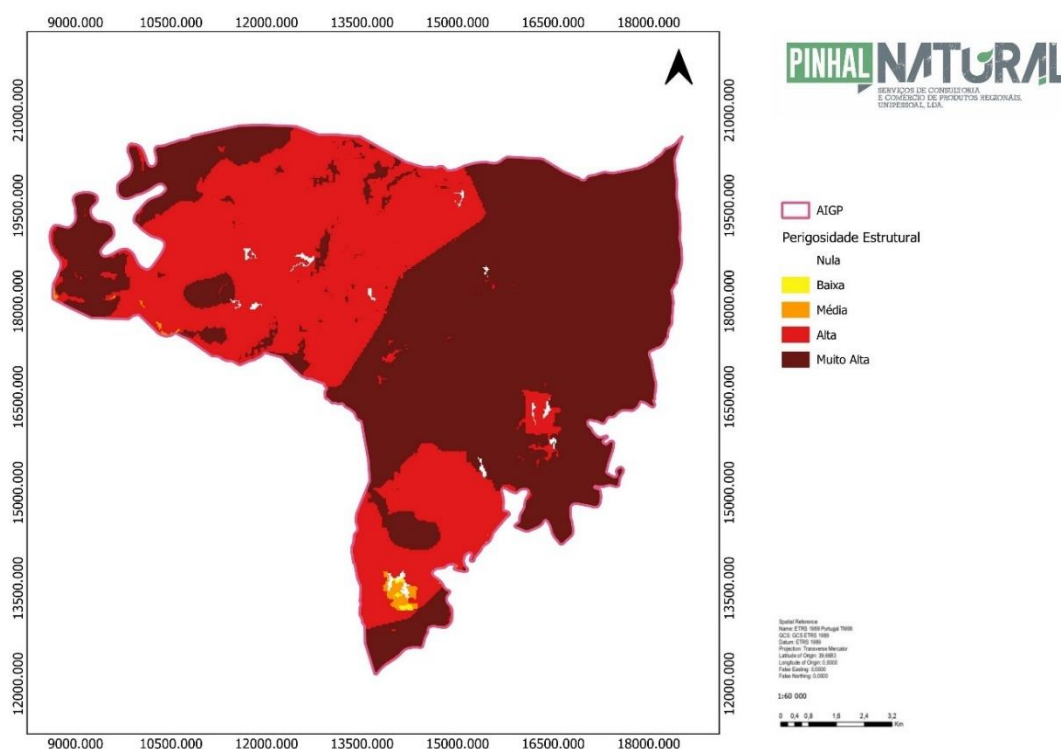


Figura 26 – Perigosidade de incêndio rural

Tabela 22 – Área das classes de perigosidade de incêndio rural

Classes PIR	Área (ha)	%
Nula	25,52	0,60
Baixa	4,39	0,10
Média	22,97	0,54
Alta	1666,67	39,24
Muito alta	2554,29	60,14

Pontos de abertura de incêndios

Pontos de abertura de incêndios são lugares onde o fogo, no seu percurso natural, desenvolve novas frentes de incêndio, expandindo-se em diversas direções: locais inseridos em áreas de maior índice de risco espacial de incêndio, ancoradas na rede viária florestal e ligada às restantes infraestruturas DCFI, nas proximidades de povoamentos florestais, priorizando os que têm mais elevado valor ecológico, produtivo e/ou paisagístico.

Como tal é de vital importância reconhecer esses locais e criar zonas na sua envolvente onde deverão ser adotadas ações prioritárias que tendam a criar obstáculos à propagação dos incêndios. Para tal pode optar-se por várias estratégias desde incremento da intensidade da gestão de combustível, alteração da ocupação do solo, entre outras.

A AIGP Ermida e Figueiredo inclui na sua área 17 pontos de abertura de incêndio que constituem locais críticos com risco de incêndio, logo áreas estratégicas prioritárias de gestão, validados pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.).

Os pontos de abertura assinalados são confluência de linhas de água, tendo-se optado por propor a transformação nestes locais, através da reconversão das espécies florestais existentes que possuem estruturas que potenciam a progressão do fogo optando-se por propor espécies folhosas de forma a manter o ambiente nestes locais húmido. As margens dos cursos de água foram utilizadas para o efeito.

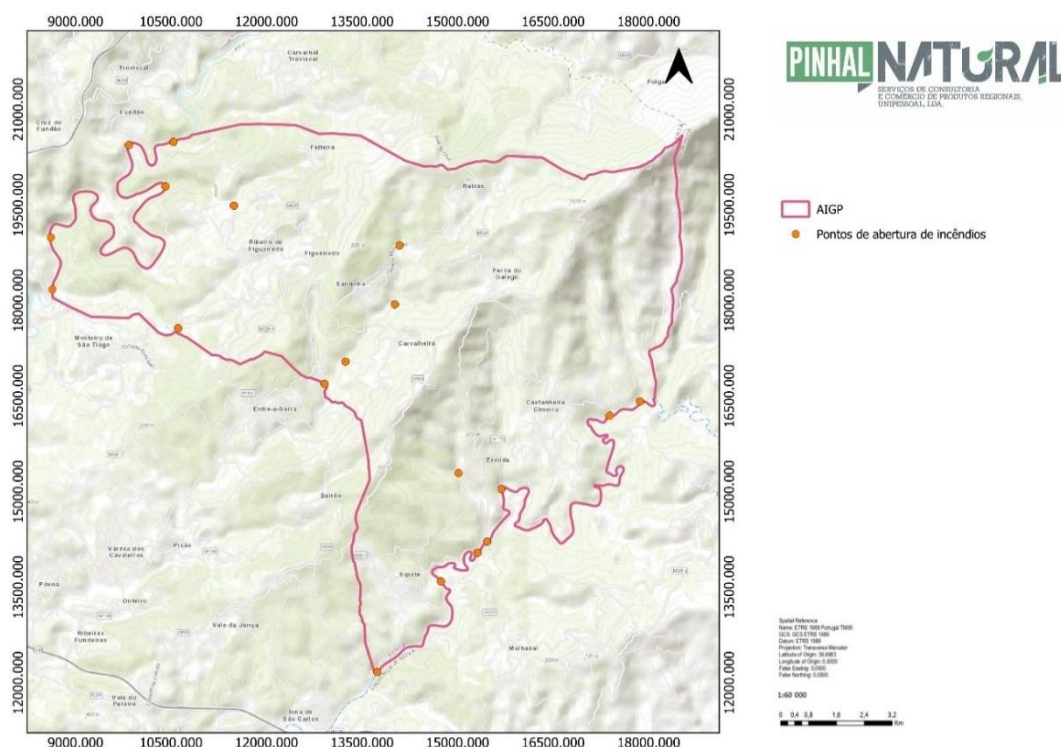


Figura 27 – Pontos de abertura de incêndios

Interface de Áreas Edificadas Conjuntural 2022

A Carta de Interface de Áreas Edificadas Conjuntural 2022 é um produto do Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo (SMOS) e concebida e desenvolvida pela Direção-Geral do Território, com o objetivo de produzir de forma contínua informação cartográfica sobre o uso e ocupação do solo.

Os segmentos que integram a interface (perímetro) das áreas edificadas 2018, estão classificados em função da sua proximidade a manchas de combustível e da área das manchas em 2021.

Considera-se interface direta quando os segmentos do perímetro de cada área edificada possuem manchas de coberto combustível de dimensão igual ou superior a 0.1 ha a uma distância igual ou inferior a 10 metros.

Analogamente temos as interfaces indiretas 1 quando segmentos que não são interface direta e possuem mancha(s) de coberto combustível de dimensão igual ou superior a 0.1 ha a uma distância superior a 10 metros, mas igual ou inferior a 100 metros; as interfaces indiretas 2 quando os segmentos que não são interface direta nem indireta 1 e possuem mancha(s) de coberto combustível de dimensão igual ou superior a 1 ha a uma distância superior a 100 metros, mas igual ou inferior a

500 metros e interfaces nulas nos segmentos remanescentes (distam mais 100 metros de manchas de combustível com ≥ 0.1 ha e mais de 500 metros de manchas de combustível com ≥ 1 ha).

O conhecimento das características das áreas próximas às habitações é fundamental para a compreensão do comportamento do fogo nestas áreas em caso de ocorrência de ignição. Assim, poderá mais facilmente reduzir-se as perdas materiais e humanas, garantindo maior segurança das populações.

Estas áreas de maior proximidade às habitações eram historicamente ocupadas por áreas agrícolas, o que conferia maior proteção contra a progressão de incêndios pela baixa carga combustível.

Contudo nas últimas décadas tem-se assistido a um êxodo rural e ao envelhecimento das populações, levando a que terrenos que no passado eram agrícolas e que, com o envelhecimento da população local, ficaram ao abandono, sendo propícios a um crescimento das áreas florestais, muitas vezes carecendo de gestão adequada, criando-se continuidades verticais e horizontais de combustíveis que poderão propiciar a ocorrência de grandes incêndios em caso de ignição.

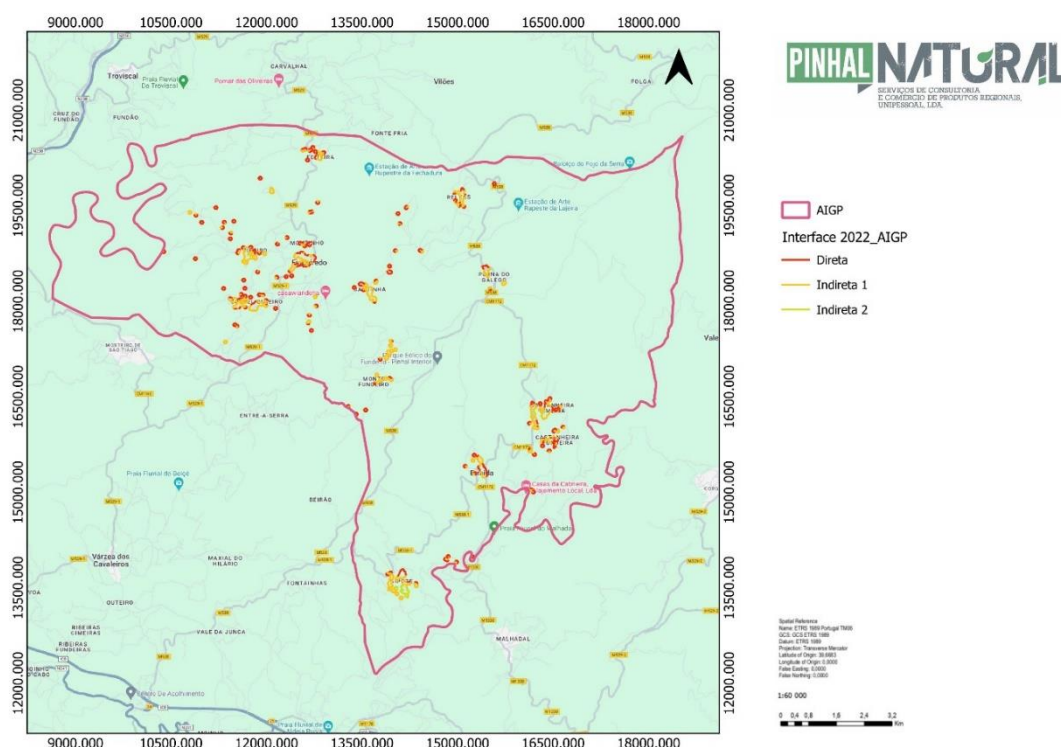


Figura 28 – Interfaces diretas das áreas edificadas com espaços florestais 2022

As áreas por tipo de interface e as suas % relativas estão patentes relativamente ao perímetro total das áreas edificadas são as seguintes:

Tabela 23 – Comprimento (m) por tipo de interface e as suas % relativas do perímetro total das áreas edificadas

Tipo de Interface	Comprimento (m)	%
Direta	15 461,00	46
Indireta 1	17 349,00	52
Indireta 2	866,00	3
Total Geral	33 676,00	100,00

Da análise à Interface de Áreas Edificadas Conjuntural 2022 na AIGP Ermida e Figueiredo, a extensão da interface direta abrange 46% do perímetro das áreas edificadas, sendo a mais representativa (embora a diferença entre as duas não seja significativa) a extensão de interface Indireta 1, com 52%.

As localidades que apresentam maior interface direto são Figueiredo com 807 m e Ermida com 800 m.

A UOSP deverá objetivar a diminuição da carga combustível, a implementação de atividades de gestão e de ordenamento do espaço florestal, através de ações de gestão, ordenamento e reconversão florestal para outros usos de forma a contribuir para a proteção das áreas edificadas.

Assim, nas zonas mencionadas, a proposta de ocupação do solo terá de tomar em consideração a necessidade de criar aí áreas com ocupação de baixa densidade, eliminando acumulações de carga combustível que, potencialmente, poderia colocar em risco bens e pessoas.

Índice Meteorológico de Incêndio (FWI)

Outra variável a ter em conta na caracterização do território face aos fogos rurais é o histórico do índice FWI.

O Índice Meteorológico de Incêndio do Sistema Canadano (Canadian Forest Fire Weather Index System, CFFWIS), designado genericamente como índice FWI (Fire Weather Index) integra seis índices que quantificam os efeitos da humidade do combustível e do vento no comportamento do fogo.

O índice FWI permite classificar a perigosidade meteorológica de incêndio, tendo como base do seu cálculo variáveis como a temperatura do ar, humidade relativa, velocidade do vento, precipitação, quantidade de combustíveis disponíveis e a sua humidade.

De acordo com as classes de Perigo de Incêndio Rural do IPMA, o índice de FWI, divide-se em sete classes conforme os intervalos de valores:

Tabela 24 – Classes do Índice Meteorológico de Incêndio FWI (Fire Weather Index) do IPMA.

FWI < 8.2	Perigo Baixo ou Reduzido	Fogo de superfície
$8.2 \leq \text{FWI} < 17.2$	Perigo Moderado	
$17.2 \leq \text{FWI} < 24.6$	Perigo Elevado	Fogo de elevada intensidade com fogo de copas
$24.6 \leq \text{FWI} < 38.3$	Perigo Muito Elevado	
$38.3 \leq \text{FWI} < 50.1$	Perigo Máximo	Fogo de extrema intensidade com fogo de copas ativos, focos secundários muito prováveis e elevada dificuldade de controlo do incêndio
$50.1 \leq \text{FWI} < 64$	Perigo Extremo	Fogo de excecional intensidade com extrema dificuldade de controlo do incêndio
$\text{FWI} \geq 64$	Perigo Excecional	

A tabela seguinte exprime o número de dias por classe de FWI, valor médio de FWI e o respetivo desvio-padrão, no período 2001-2021 (Fonte: SGIF).

Tabela 25 – Número de dias por classe de FWI e desvio-padrão (Fonte: SGIF)

Ano/Classe FWI	N.º de Dias	Média de FWI	Desvio Padrão de FWI
2001	364	11,83	13,51
Baixo ou Reduzido	204	1,69	2,37
Moderado	50	12,30	2,48
Elevado	26	20,94	2,12
Muito elevado	66	30,98	3,78
Máximo	18	41,94	2,77
2002	365	9,19	12,35
Baixo ou Reduzido	240	1,61	2,22
Moderado	46	12,64	2,41
Elevado	21	21,62	2,07
Muito elevado	46	30,60	4,26

Máximo	12	43,88	2,96
2003	365	11,29	14,30
Baixo ou Reduzido	221	1,53	2,28
Moderado	38	11,99	2,75
Elevado	27	21,52	2,01
Muito elevado	56	30,18	3,74
Máximo	18	43,22	3,01
Extremo	4	53,00	1,43
Excecional	1	64,01	3,58
2004	366	11,36	13,10
Baixo ou Reduzido	215	2,25	2,30
Moderado	48	11,95	2,36
Elevado	30	21,11	2,38
Muito elevado	57	30,75	3,73
Máximo	14	42,92	3,65
Extremo	2	56,34	1,40
2005	365	15,58	15,19
Baixo ou Reduzido	164	2,30	2,40
Moderado	63	11,82	2,51
Elevado	23	20,31	2,24
Muito elevado	80	31,66	3,51
Máximo	31	43,31	2,98
Extremo	4	55,71	4,27
2006	365	11,19	14,63
Baixo ou Reduzido	225	1,44	1,78
Moderado	39	12,43	2,84
Elevado	22	20,69	1,89
Muito elevado	52	30,51	3,81
Máximo	21	42,78	3,12
Extremo	6	55,87	4,61
2007	365	10,69	11,36
Baixo ou Reduzido	199	2,37	2,47
Moderado	77	12,43	2,61
Elevado	34	21,11	2,29

Muito elevado	43	28,86	3,55
Máximo	11	41,80	2,80
Extremo	1	55,03	1,43
2008	366	11,40	12,22
Baixo ou Reduzido	202	2,14	2,47
Moderado	53	11,93	2,54
Elevado	38	20,51	2,09
Muito elevado	66	30,88	3,73
Máximo	7	41,35	2,98
2009	365	12,60	12,53
Baixo ou Reduzido	176	1,72	2,38
Moderado	63	12,53	2,97
Elevado	47	21,19	2,31
Muito elevado	74	31,02	4,05
Máximo	5	43,27	4,06
2010	365	12,36	15,47
Baixo ou Reduzido	208	1,10	1,82
Moderado	43	12,01	2,57
Elevado	26	21,25	1,82
Muito elevado	59	31,89	3,75
Máximo	23	42,84	3,03
Extremo	5	56,18	4,06
Excecional	1	67,95	3,75
2011	365	13,08	14,69
Baixo ou Reduzido	201	1,65	2,11
Moderado	42	12,89	2,84
Elevado	23	21,12	2,28
Muito elevado	71	31,33	3,96
Máximo	27	42,24	3,00
Extremo	1	51,44	2,78
2012	366	14,93	15,36
Baixo ou Reduzido	169	1,98	2,31
Moderado	64	12,44	2,43
Elevado	36	19,75	1,79

Muito elevado	58	31,87	3,60
Máximo	29	42,74	3,61
Extremo	10	53,56	2,78
2013	365	13,42	15,43
Baixo ou Reduzido	200	1,60	2,34
Moderado	42	12,36	2,48
Elevado	29	21,10	2,06
Muito elevado	55	31,64	3,88
Máximo	38	43,51	2,99
Extremo	1	54,31	2,57
2014	365	8,53	10,80
Baixo ou Reduzido	239	1,80	2,48
Moderado	50	12,17	2,69
Elevado	26	21,30	2,16
Muito elevado	48	30,02	3,91
Máximo	2	39,60	0,05
2015	365	13,51	13,78
Baixo ou Reduzido	192	2,40	2,35
Moderado	40	11,68	2,89
Elevado	36	21,43	2,10
Muito elevado	78	30,99	3,77
Máximo	17	41,83	3,12
Extremo	2	50,95	0,31
2016	366	11,73	15,01
Baixo ou Reduzido	232	1,62	2,13
Moderado	21	12,32	2,90
Elevado	23	21,15	2,10
Muito elevado	69	31,96	4,04
Máximo	16	42,96	3,67
Extremo	5	56,01	5,60
2017	365	17,91	16,00
Baixo ou Reduzido	151	2,44	2,57
Moderado	51	12,75	2,27
Elevado	28	21,32	1,91

Muito elevado	80	31,16	3,71
Máximo	50	43,05	2,85
Extremo	5	54,78	4,00
2018	365	10,50	13,85
Baixo ou Reduzido	227	1,56	2,14
Moderado	51	12,51	2,45
Elevado	22	20,93	2,08
Muito elevado	41	32,22	4,23
Máximo	21	42,77	2,96
Extremo	3	53,34	2,64
2019	365	10,58	12,24
Baixo ou Reduzido	212	1,71	2,19
Moderado	50	12,90	2,78
Elevado	40	20,85	2,34
Muito elevado	50	29,16	3,34
Máximo	12	42,50	3,17
Extremo	1	51,08	2,98
2020	366	10,57	14,30
Baixo ou Reduzido	237	1,49	2,08
Moderado	30	11,57	2,33
Elevado	24	20,41	2,31
Muito elevado	51	31,99	4,26
Máximo	22	41,96	2,80
Extremo	1	57,69	2,57
Excecional	1	66,00	3,58
2021	365	11,77	13,04
Baixo ou Reduzido	194	1,99	2,27
Moderado	71	12,44	2,58
Elevado	33	21,02	2,16
Muito elevado	52	31,83	3,92
Máximo	13	44,25	3,58
Extremo	2	52,27	0,55
Total Geral	7669	12,10	13,98

Pela observação da tabela, para os anos analisados, constata-se que o maior número de dias, por ano, se encontra na classe de perigo “Baixo ou Reduzido”. A classe de perigo “Excecional” surge representada apenas nos anos 2003, 2010 e 2020, com um dia em cada ano. De referir que em 2010 se registou um maior número de dias de perigo “Extremo”, 10 dias.

De seguida apresenta-se o gráfico para a distribuição de áreas ardidas e ocorrências por classe de FWI no período de 2011 a 2021.

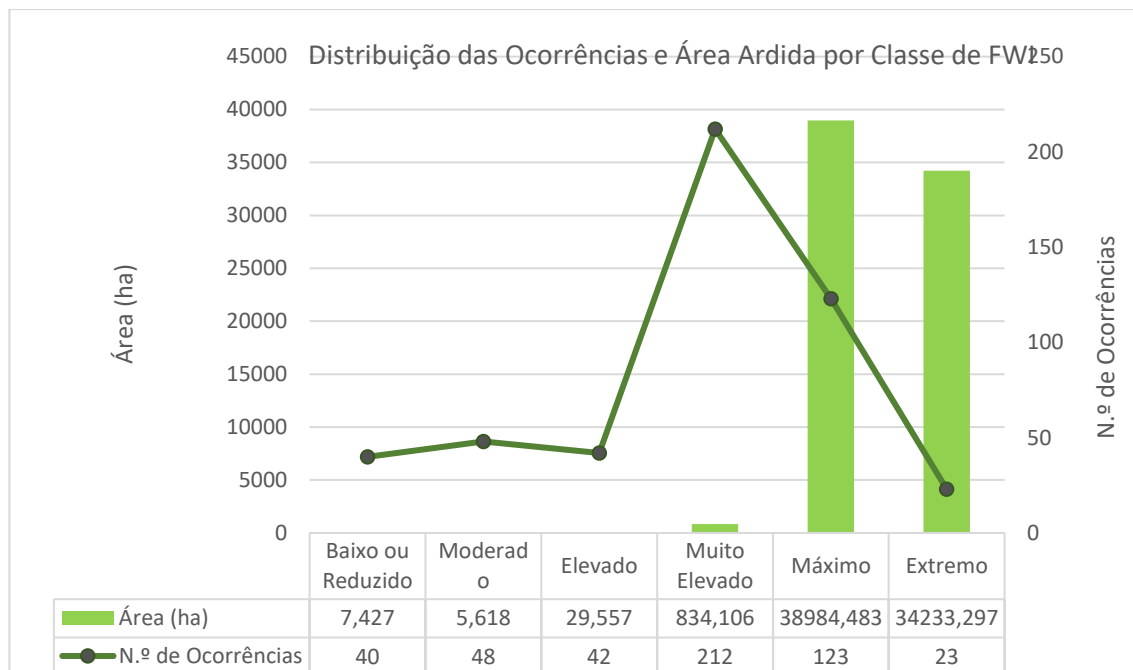


Figura 29 – Distribuição do número de ocorrências e área ardida (ha) por classe de FWI no período 2011-2021

No período indicado, a maior área ardida com 38984,48 ha ocorreu na classe de FWI “Máximo” seguida do valor de 34233,29 ha correspondente à classe de FWI “Extremo”.

Relativamente ao n.º de ocorrências o maior valor registado verifica-se na classe “Muito elevado” (212 ocorrências), seguindo-se a classe “Máximo” com 123 ocorrências. De referir que a classe “Excecional” não se encontra representada, pois não se verificaram ocorrências nessa classe. Por outro lado, o n.º de incêndios contabilizado, no período de 2011-2021, na classe “Extremo” foi o menor, 23 ocorrências.

g. Outros Riscos e Vulnerabilidades

Como já referido anteriormente, constata-se uma degradação dos ecossistemas resultante quer do abandono da atividade agrícola quer da cada vez maior recorrência de incêndios.

Esta degradação dos ecossistemas tem como consequência a proliferação de invasoras lenhosas que acentuam a perda de biodiversidade e o risco de incêndio, a degradação dos solos, através de

fortes processos erosivos que reduzem drasticamente o seu fundo de fertilidade, e a notória perda de biodiversidade na flora e avifauna.

Na OIGP de Ermida e Figueiredo observam-se manchas de *Acacia dealbata* principalmente ao longo de linhas de água que atendendo ao seu potencial invasor e degradativo dos ecossistemas, é necessário acautelar desde já o seu controlo evitando a sua maior dispersão e consequente custo técnico e económico de operações no futuro.

Outro dos riscos presentes, de acordo com a carta da Reserva Ecológica Nacional (REN) em vigor para o concelho da Sertã, é que a OIGP se insere parcialmente em áreas da REN, nas tipologias Leitos e margens dos cursos de água em 72,85ha (2%), Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo em 2065,50ha (49%), Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos em 546,67ha (13%) e Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos e de elevado risco de erosão hídrica do solo (16%), de acordo com a delimitação da REN aprovada na Portaria n.º 44/2016 de 15 de março.

Tabela 26 – Áreas e percentagens por tipologia da REN

Tipologias REN	Área (ha)	%
Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos	546,67	13
Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos e de elevado risco de erosão hídrica do solo	664,79	16
Leitos e margens dos cursos de água	72,85	2
Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo	2065,50	49

As áreas de REN contêm riscos e vulnerabilidade inerentes, nomeadamente:

Nos leitos e margens dos cursos de água

- Elementos que possam obstar à continuidade do ciclo da água e funcionalidade hidráulica/hidrológica;
- Destruição generalizada da vegetação ripícola;
- Destruição dos habitats naturais e das espécies da flora e da fauna;
- Diminuição da secção de vazão que tenham como consequência riscos de cheias e consequente erosão fluvial.

Nas áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos

- Poluição das águas, quer superficiais quer subterrâneas;
- Ações que diminuam a capacidade de infiltração dos solos;
- Sobre exploração de aquíferos.

Nas áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo

- Perda de solo;
- Alterações topográficas significativas;
- Colmatção de solos com consequente escoamento superficial, potenciando a erosão;
- Assoreamento das massas de água.

h. Estrutura Fundiária

À semelhança da maioria dos concelhos a norte do Tejo, a Sertã não tem cadastro geométrico nem predial, o que associado ao facto da propriedade ser privada e de pequena e muito pequena dimensão, faz com que haja um considerável desconhecimento da localização e dimensão dos prédios. Esta situação apresenta-se como um obstáculo à implementação de estratégias de gestão coletivas. Sem o conhecimento dos titulares dos prédios que integram a área sobre a qual se pretende atuar, e sem se identificar cabalmente os seus limites físicos, mais difícil será o envolvimento destes atores no processo de mudança da paisagem, envolvimento esse essencial para o sucesso do projeto.

Não obstante este constrangimento, o concelho de Sertã beneficia do facto de ter sido um dos concelhos piloto onde foi implementado o Sistema de Informação Cadastral Simplificado, criado com a Lei n.º 78/2017, de 17 de agosto.

Quanto ao número de prédios abrangidos pela AIGP Ermida e Figueiredo, os dados mais recentes do BUPi (01/06/2024) para a AIGP reportam um total de 4 083 matrizes já registadas. Atendendo a que se encontram já georreferenciada 38,3% da área da AIGP, pode estimar-se como número total de prédios rústicos existentes neste território cerca de 10 667. Ainda segundo os dados do BUPi, a estimativa da área média dos prédios é 0,7ha.

i. Socioeconomia relevante para a valorização e revitalização territorial

Perfil demográfico

De acordo os censos do Instituto Nacional de Estatística (INE), a População residente no concelho de Sertã foi afetada pelos sucessivos ciclos migratórios, denunciando uma acentuada diminuição na evolução populacional no período compreendido de 1991 e 2011, tendência esta que foi continuada no período entre 2011 e 2021.

Com base nos Censos 2021, a população residente na União de Freguesias de Ermida e Figueiredo, que integra a AIGP, sofreu um decréscimo de 20,09%. Esta redução muito acentuada da população poderá resultar, por um lado, numa redução do número de ocorrências, mas também, e em sentido

contrário num aumento da severidade dos incêndios devido ao aumento da carga de combustíveis presente nos espaços agrícolas e florestais, bem como à menor vigilância indireta por parte da presença da população nos espaços rurais.

A densidade populacional apresentou, consequentemente um decréscimo entre 2011 e 2021.

A par destes fenómenos regista-se o aumento do índice de envelhecimento, o que denota maior proporção da população idosa (>65 anos) face à população mais jovem (<15 anos).

O quadro abaixo resume a evolução destas variáveis demográficas no período 2011-2021.

U. F. de Ermida e Figueiredo	2011	2021	Variação (%)
População Residente (N.º Hab.)	423	338	-20,09
Densidade Populacional (N.º Hab. /Km²)	9,90	7,91	-1,99
Índice de Envelhecimento	880,95	1150	269,05

Em conclusão, a população rural encontra-se cada vez mais envelhecida, o que, agravado pela baixa densidade populacional, tem constituído um obstáculo à aceitação de novas formas de organizar e gerir as áreas florestais do concelho resultando numa maior acumulação de combustíveis, e por consequência, numa maior vulnerabilidade dos espaços florestais face aos incêndios.

Atividades económicas e complementares

Na temática do setor florestal, os espaços florestais de produção são destinados essencialmente à exploração dos recursos florestais, nomeadamente através da produção lenhosa.

O tecido empresarial do concelho evidencia-se em áreas relacionadas com a exploração florestal (cortiça e silvicultura), as indústrias da madeira e derivados (extração e transformação, fabrico de mobiliário e papel), dos materiais de construção (construção civil), agroalimentar (ex. carnes e queijos), do corte e acabamento de pedra (mármore e cantarias), dos têxteis (confeções) e da produção de energia elétrica (eólica, hídrica e biomassa), bem como o comércio e serviços. O número de sociedades e empresas desta região supera as 1.700, cerca de metade das quais dedicadas ao comércio por grosso e a retalho e à construção. A população empregada no setor terciário quase atinge dois terços do total e o setor secundário ronda os 30%. A expressão do setor primário é mais reduzida, englobando 6,5% dos trabalhadores, ainda que o número de explorações agrícolas registadas a nível municipal seja o quarto mais elevado do Médio Tejo. O sector do comércio e serviços, apresenta um peso bastante significativo.

O turismo, nas suas diversas vertentes (hotelaria, restauração, artesanato, lazer, património) tem vindo a ser uma aposta determinante que está a revelar-se benéfica para a economia. A indústria assenta principalmente nas empresas transformadoras ligadas às madeiras e derivados. Têm

também expressão significativa a indústria transformadora de carnes, de papel e cartão, de corte e acabamento de pedra, indústria das confeções, produção de energia elétrica (hídrica, biomassa e eólica).

A gastronomia da Sertã é muito rica. Destacam-se os maranhos e o bucho recheado, sendo de referir, ainda, a presença do cabrito estonado, que apesar de ser um símbolo gastronómico de Oleiros, enriquece a mesa sertaginense desde tempos imemoriais. Na doçaria: Cartuchos à moda de Cernache do Bonjardim.

A agricultura é um sector de subsistência, que é composta essencialmente por produtos hortícolas, batatas, frutas, azeitonas e azeite, milho e vinha, com expressão reduzida, quer na ocupação de mão-de-obra, quer nos recursos tecnológicos empregues.

Também pelo seu potencial turístico associado ao turismo de natureza e ao turismo de aventura, no qual tem apostado a sua oferta, sustentada na sua diversidade paisagística e forte identidade local da qual derivam produtos endógenos e experiências únicas. A implementação de energias renováveis (eólicas, biomassa, etc.) traduzem-se numa mais-valia económico-social importante no contexto em questão.

Tendo em consideração a predominância da floresta neste território, a valorização da biomassa é importante não apenas para assegurar novas fontes de rendimento aos produtores florestais, mas também para promover o ordenamento florestal e a limpeza de espaços atualmente ao abandono. Um dos problemas associados às áreas florestais é o risco de incêndio a que estão anualmente expostas. De facto, o Concelho tem sido fustigado por diversos incêndios, alguns de grandes dimensões, o que não contribui para o seu pleno desenvolvimento. Apesar de atualmente existirem já diversos instrumentos que pretendem reforçar a prevenção destas ocorrências importa manter o aprofundamento e consolidação das estratégias para a proteção e prevenção destas situações tão indesejáveis e gravosas.

j. Estrutura Organizativa

Para o desenvolvimento, aplicação e sucesso na instalação da AIGP Ermida e Figueiredo identificamos como possíveis e adequados parceiros, diversas entidades, entre elas as seguintes:

- Município de Sertã, entidade promotora da AIGP Ermida e Figueiredo ;
- FlorestGal, S.A., apoio na valorização do território e no combate a desertificação humana nas regiões mais desfavorecidas e gestão dos prédios sem dono conhecido;
- Aproflo, Associação de Produtores Florestais e Agrícolas da Zona do Pinhal, aliado na execução das operações a implementar na OIGP.

- União de freguesias de Ermida e Figueiredo, dinamização dos atores locais, proprietários de prédios rústicos na AIGP;
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sertã, apoio nas ações de vigilância e defesa da floresta contra incêndios rurais e combate aos fogos rurais;
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cernache do Bonjardim, apoio nas ações de vigilância e defesa da floresta contra incêndios rurais e combate aos fogos rurais;
- Pinhal Maior – Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul, revitalização os espaços rurais do Pinhal Interior Sul.
- Acripinhal - Associação de Criadores de Ruminantes do Pinhal, colaboração na elaboração de candidaturas e para a submissão das declarações de prejuízo;
- CAPRIPINHAL - Cooperativa de Produtores de Leite de Cabra do Pinhal, CRL, apoio aos proprietários e escoamento de produtos (leite de cabra e ovos) dos produtores locais;
- Associações/clubes de Caça e Pesca do Concelho, cooperação no planeamento das intervenções a implementar na OIGP.
- Empresas de Energias Renováveis do Concelho, gestão das áreas sobre sua responsabilidade e valorização dos recursos renováveis;
- Instituto politécnico de Castelo Branco/Escola Superior Agrária de Castelo Branco, apoio no desenvolvimento de projetos I&D;
- SerQ - Centro de Inovação e Competência da Floresta, dinamização da cadeia dos produtos florestais;

k. Projetos em curso aprovados

Não é disponibilizada, por qualquer entidade, informação relativa a projetos em curso ou aprovados, por motivos do cumprimento do RGPD. No entanto, é disponibilizado o acesso aos serviços de dados geográficos do IFAP onde é possível consultar os projetos de investimento e compromissos agroambientais por tipo de cultura para a AIGP.

Tabela 27 – Projetos de investimento e compromissos agroambientais por tipo de cultura assumidos pelos proprietários
(Fonte: IFAP 2023)

Compromissos Agroambientais e projetos de investimento	Área (ha)	Quantidade
Cabeceiras de Culturas Permanentes	0,02	1
Culturas frutícolas	9,74	37
Culturas Temporárias	23,22	200
Espaço florestal arborizado	278,31	664
Misto de culturas permanentes	3,13	27

Olival	39,48	287
Outras culturas permanentes	0,47	3
Outras Superfícies	1,21	12
Pastagem Permanente	6,94	41
Pastagem Permanente Arbustiva	9,28	69
Sobreiros destinados à produção de cortiça	0,57	8
Superfície com Vegetação Arbustiva	4,61	19
Vinha	3,69	35
TOTAL	380,67	1403

AIGP Ermida e Figueiredo - Compromissos agroambientais e projetos de investimento

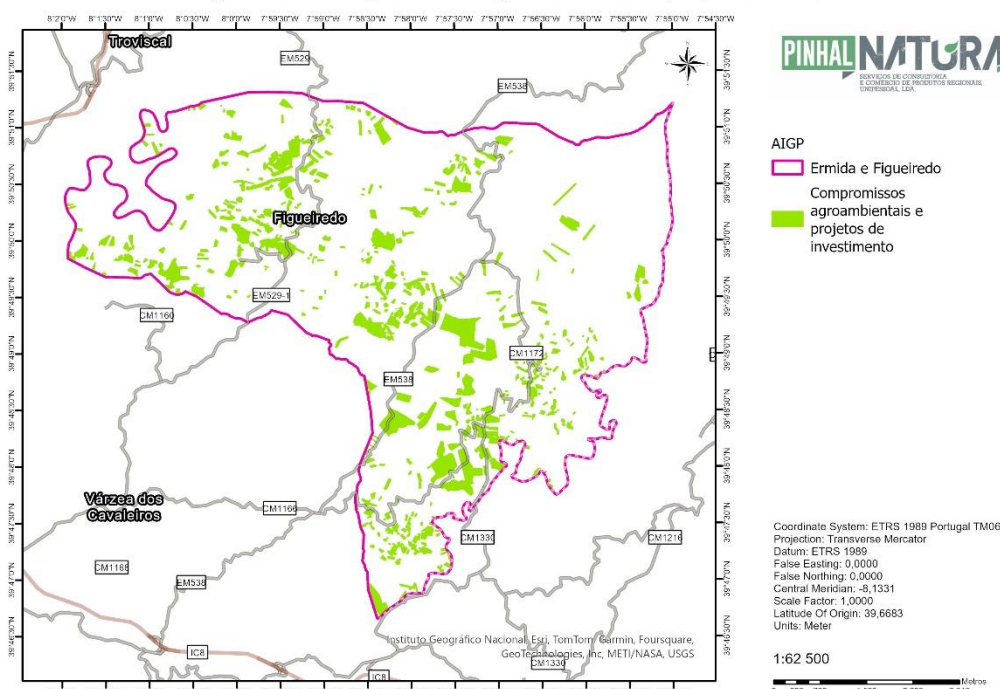


Figura 30 - Projetos de investimento e compromissos agroambientais por tipo de cultura assumidos pelos proprietários
(Fonte: IFAP 2023)

No que respeita ao Programa Condomínios de Aldeia, a área de não é abrangida por condomínios de aldeia.

O objetivo deste programa é promover a reconversão de áreas de matos e floresta em redor dos aglomerados populacionais, localizados em territórios vulneráveis de floresta. Deste modo, pretende-se maximizar a defesa contra incêndios rurais, protegendo pessoas e bens. Ao mesmo tempo, os

projetos CA contribuem para o fornecimento de serviços prestados pelos ecossistemas e para o fomento da biodiversidade.

Com estes projetos incentivam-se os proprietários a assumir a gestão rural ou, na falta desta, a limpeza dos terrenos em redor dos aglomerados, concretamente nas faixas de gestão de combustível aprovadas no âmbito dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios incentivando os proprietários à obtenção de rendimento adicional, optando por usos agrícolas (fruticultura, horticultura, olival, vinha), silvo pastoris ou outros.

Para os condomínios de aldeia que possam posteriormente vir a ser implementados serão asseguradas as condições para apoios à instalação e sua manutenção, garantindo não haver duplo financiamento, incluindo por outro programa público ou privado de apoio, para qualquer das ações previstas na candidatura.

A2.2 Demonstração dos efeitos da proposta

A proposta apresentada contribui para o aumento da resiliência do território aos incêndios rurais, para a valorização da aptidão dos solos e dos serviços prestados pelos ecossistemas de forma a aumentar o valor do território e a dinamização da economia.

a. Adequação dos usos às características biofísicas e edafoclimáticas e à aptidão do Solo

Os usos do solo propostos na presente OIGP tiveram como base a análise integrada da variável de ocupação atual do solo, do histórico de ocupação passada e das características edafoclimáticas e biofísicas das diferentes unidades de intervenção. Da conjugação desta integração com as necessidades das várias espécies foi possível selecionar aquelas que apresentam melhor adaptação às estações. Os usos a manter estão bem implementados no terreno.

Verificou-se através das características biofísicas predominantes que a área da OIGP é descrita por relevo acidentado com declives acentuados, orientação das vertentes de quadrante sul e este e solo maioritariamente com aptidão florestal.

As transformações propostas incidirão sobre as áreas ardidas, as margens dos cursos de água e as áreas com ocupação matos. As espécies propostas estão elencadas na lista de espécies a privilegiar por sub-região homogénea do PROF-CL e na matriz de transição para o Concelho de Sertão do PRGP-PIS, tais como o medronheiro e o sobreiro, o pinheiro-manso, outras folhosas como a espécies ripícolas, os carvalhos, e outras resinosas como a pseudotsuga, o cedro do Buçaco e o pinheiro silvestre permitiram uma maior diversidade de espécies florestais.

Ao nível para a proteção do edificado e áreas edificadas, de modo a efetivar a proteção do risco de incêndio está proposto para as áreas de uso florestal a reconversão para agricultura através da instalação de olival ou pomares que se encontrem bem-adaptados às condições edafoclimáticas. Pretende-se assim, promover não só a recuperação das áreas ardidas com novas espécies florestais mais adaptadas e produtivas e a constituição de um mosaico diverso, como também a criação de áreas que possam permitir o desenvolvimento de atividades de recreio e lazer destinadas à população residente e visitantes.

As espécies selecionadas para a valorização e transformação das margens dos cursos de água, que incluem os fundos de vale, são espécies ripícolas autóctones típicas das galerias ripícolas e previstas no PRGP-PIS. Igualmente serão mantidos os exemplares bem-adaptados e com vigor fitossanitário.

No solo atualmente com ocupação agrícola e as áreas de eucalipto serão para manter e beneficiar, propõe-se, no entanto, um ligeiro aumento da área ocupada por olival e uma diminuição da área do eucalipto.

As espécies florestais propostas apresentam boa aptidão produtiva e de resiliência.

Face ao exposto anteriormente pode afirmar-se que toda a área a intervencionar contribui para o cumprimento deste objetivo, pelo que a dimensão das áreas relevantes para tal objetivo é o total de área a intervencionar, 3802,95ha.

Ocupação do solo proposta	Necessidades edafo-climáticas da espécie
Castanheiro	O castanheiro desenvolve-se bem em climas temperados e em locais de temperatura e humidade médias, onde as chuvas cheguem pelo menos aos 600 mm anuais – mais de 100 mm no Verão. É, no entanto, sensível a geadas tardias e a temperaturas muito baixas. Prefere solos com pelo menos 50 cm de profundidade, soltos e ricos em nutrientes, ligeiramente ácidos (pH entre 4,5 e 6,5) e não calcários.
outros carvalhos	Carvalho-alvarinho: Matas de clima temperado. É frequentemente a árvore dominante. Ocorre preferencialmente dos 0 aos 1500m de altitude, mas pode chegar aos 2500m. Prefere solos siliciosos e húmidos, embora resista à seca assim que está estabelecida. Espécie de luz principalmente em idade jovem.

	Carvalho negral: Espécie dominante em matas de clima mediterrânico (com período de seca estival importante) relativamente chuvoso, mas continental (isto é, com geadas importantes). Ocorre normalmente entre os 400 e os 1600m, mas também desde 0 a 2100m. Prefere solos siliciosos. Espécie de média luz, necessitando de uma precipitação média anual superior a 600mm e humidade ambiental.
outras resinosas	Pinheiro silvestre: Ocorre em altitudes compreendidas entre os 200 e os 2100m, embora em Portugal só prospere em encostas serranas acima dos 700m. É indiferente ao pH do solo. Espécie maioritariamente de sombra, embora suporte bem a luz. Requer precipitações médias anuais entre 400 e 800mm. Temperaturas ótimas entre 0 e 20°C. Cedro do Buçaco: Em Portugal, o cedro-do-buçaco encontra condições ecológicas excecionais, consegue crescer bem em diversos habitats, suportando bem climas rigorosos e adapta-se bem a diversos tipos de solo. Forma florestas em encostas de montanhas entre os 1370 e 2200 m de altitude. Pseudotsuga: Espécie diretamente relacionada com áreas de montanha. De uma forma geral, estas condições estão situadas entre os 700 a 1400 m de altitude e são caracterizadas por um clima com uma pluviosidade entre os 1300 mm a 2500 mm. Relativamente à temperatura, a média anual deverá representar entre 9º e 13°C.
Agricultura: Pomares e Olival	Áreas onde as várias culturas já existem e são exploradas pelos proprietários demonstrando assim adaptação ao local . As ocupações agrícolas propostas a título de conversão de áreas florestais e/ou matos demonstram a sua adequação às condições edafoclimáticas, biofísicas e de aptidão do solo pelo facto de já terem tido no passado expressão relevante na área.
Galerias Ripícolas	As espécies selecionadas para a recuperação de galerias ripícolas são espécies indicadas no PROF Centro Litoral e no PRGP-PIS como as mais adequadas a instalar nas galerias ripícolas da região. Igualmente serão mantidos os exemplares bem adaptados e com vigor fitossanitário.

b. Valorização da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas

A valorização das áreas de pinho e eucalipto, a reconversão de algumas áreas com introdução de novas espécies florestais e a promoção da agricultura no território, permitirão alterar a paisagem.

De uma paisagem de monocultura de pinheiro e eucalipto criaremos uma paisagem diversificada em que diversas tonalidades que ocorrerão durante o ano. Estamos certos de que a implementação de boas práticas de gestão agroflorestal permitirá a prestação e remuneração de vários serviços de ecossistema.

A promoção da diversidade de espécies florestais autóctones, nativas da região, induzirá a uma maior biodiversidade na flora e avifauna locais, esperando que aumente significativamente a biodiversidade local, atingindo-se o maior ganho em termos de diversidade biológica, tornando-a incomparavelmente superior à situação atual.

A recuperação e reintrodução de espécies arbóreas com gestão baseada nas melhores práticas, permitirá não só aumentar a resiliência de área da AIGP contra os incêndios, assegurar a fixação de carbono atmosférico e melhorar o ciclo hidrológico da bacia, aumentando a infiltração de água no solo, abastecendo os aquíferos subterrâneos e reduzindo os fenómenos de erosão reduzindo o assoreamento de açudes e barragens a jusante e melhorando a qualidade da água.

A manutenção de uma atividade produtiva, nesta AIGP, não invalida que a prestação de serviços de ecossistema e a sua remuneração, não ocorra, bem como não invalida um aumento significativo da resiliência da área da AIGP, não só a incêndios bem como a pragas e doenças.

As áreas coincidentes com a Estrutura Ecológica assumem primordialmente a função de conservação e proteção, restabelecendo a continuidade espacial e conectividade das componentes da biodiversidade e a função de conservação de habitats, das espécies da fauna e da flora, por outro lado servem para criar descontinuidades na paisagem, com o objetivo de favorecer a constituição de povoamentos de espécies arbóreas caducifólias e de espécies com baixa inflamabilidade e combustibilidade.

c. Conetividade ecológica

A conectividade é uma propriedade emergente que resulta da interação entre a estrutura da paisagem (composição e configuração do mosaico da paisagem) e da função da paisagem (água, fluxos, manutenção da diversidade biológica).

As paisagens estão compostas por uma infinidade de espaços naturais. Encontramo-nos, portanto, perante um mosaico de habitats que consiste em florestas, matos e zonas agrícolas. Nessas paisagens, os rios e as árvores ribeirinhas desempenham um papel essencial como conectores

espaciais. As propostas apresentadas tiveram como principais fatores a ligação através da beneficiação e transformação das galerias ripícolas e dos fundos de vale.

A correta gestão das áreas de fundos de vale com presença de áreas agrícolas, onde as terras são mais férteis, a instalação de folhosas ripícolas e recuperação das já existentes nas restantes áreas, favorecerá a biodiversidade e a redução do risco de incêndio.

Toda a definição de estrutura ecológica servirá para objetivar a conectividade ecológica da AIGP. Os fundos de vale que incluem as linhas de águas e respetivas margens serão protegidos por vegetação ripícola, criando descontinuidades no sistema global da paisagem, valorizando e incrementando a biodiversidade criando uma zona que irá impedir a propagação do fogo.

Com o objetivo de aumentar qualidade e variedade de habitats disponíveis, a proposta irá criar uma paisagem diversificada com diferentes espécies florestais contribuindo assim para o incremento da fauna e flora. Também as zonas agrícolas, por sua vez, podem favorecer o movimento das espécies quando conservam certo grau de heterogeneidade, e se aplicam boas práticas nas culturas.

A partir dos fundos de vale, com a instalação espécies ripícolas e valorização das já existentes e da vegetação associada irá permitir a mobilidade da fauna e a proteção das espécies e o seu dinamismo natural, todos estes fatores em conjunto formam um mosaico paisagístico benéfico para que as espécies realizem as suas funções vitais, estabelecendo a conectividade ecológica.

A conectividade, quer através da gestão de todo o ecossistema, quer pela gestão de habitats específicos que garantam o movimento dos organismos e a manutenção dos processos ecológicos, é garantida.

d. Equilíbrio do ciclo hidrológico e de maior eficiência no uso da água

A estrutura florestal é de primordial importância, uma vez que a intercetação inicial da água da chuva determina de que forma e intensidade ocorrerá o escoamento superficial. A disponibilidade hídrica de uma região está relacionada ao processo de intercetação da água da chuva pelas copas das árvores. Este processo, conhecido como intercetação florestal da precipitação, é de grande importância para o equilíbrio das bacias hidrográficas, pois distribui e condiciona a água, favorecendo o processo de infiltração e recarga de aquíferos rasos, reduzindo o escoamento superficial. Esse papel é essencial para promoção de uma reserva hídrica de fluxo lento, responsável pela manutenção do nível médio dos rios ou corpos hídricos.

Desse modo, é correto afirmar que a cobertura florestal desempenha eficazmente a função de intercetação, armazenamento e redução do escoamento superficial. Tal efeito varia de acordo com

as espécies florestais, estações do ano, tipos de solo, inclinação do terreno, extensão, quantidade de precipitação, entre outros fatores.

Um dos pontos mais importantes para o equilíbrio do ciclo hidrológico é o bom estado das galerias ripícolas na sua composição e estrutura. O efeito dos ecossistemas sobre a água auxilia o planeamento e manutenção dos recursos hídricos. As florestas presentes nas bacias hidrográficas influenciam a dinâmica da água no solo.

A área da AIGP possui uma densa rede de linhas de água, constituída por numerosas linhas de água temporárias e linhas de água permanentes. Esta rede constitui-se como uma barreira natural contra a progressão do fogo e criação de descontinuidade dos povoamentos florestais com função predominante de conservação e proteção e são essenciais para a promoção da biodiversidade.

A sua preservação, além de contribuir para o aumento da biodiversidade, diversificação de habitats quer para a fauna quer para a flora, contribui igualmente para a regularização do ciclo hidrológico, evitando fenómenos de erosão das margens e arrastamento de materiais com consequentes assoreamentos. Contribuem também, deste modo, para a qualidade da água na bacia hidrográfica, exercendo uma função de filtros naturais.

A implementação dos diferentes usos, tais como preconizados, contribuem igualmente para a recarga de aquíferos, pois será promovida a infiltração das águas no solo e a diminuição da erosão através de uma correta preparação do solo (no caso de instalação de povoamentos) e de uma criteriosa gestão da vegetação no sob coberto.

e. Redução da vulnerabilidade aos fogos rurais

A redução da vulnerabilidade aos incêndios será realçada com a implementação da presente proposta de ocupação do solo.

Em primeiro lugar pela inclusão na referida proposta de um mosaico florestal mais diverso e intercalado onde se alternam espécies e modelos de silvicultura mais resilientes ao fogo com povoamentos puros de produção. Por outro lado, a gestão dos povoamentos assente em critérios de gestão de combustíveis que reduzirão as continuidades verticais e horizontais de combustíveis e, assim, diminuirão a carga combustível. A recuperação e manutenção de galerias ripícolas, com a instalação de espécies ripícolas autóctones, contribuirá para que cumpram a função de barreiras passivas contra a progressão do fogo e o aumento da área agrícola, intensificando a criação de mosaicos de ocupação de solo com menores cargas combustíveis, também é um fator decisivo para a redução da vulnerabilidade ao fogo.

Neste aspeto saliente-se a intervenção nas FGC das áreas edificadas e dos edifícios, onde, sempre que possível será mantida a atividade agrícola já presente ou implementados novos usos agrícolas (olival, pomares). A atividade nestes espaços é condicionada pelo que sempre que possível será alterado o uso do solo florestal para uso agrícola. Nas situações onde tal opção for menos viável será implementado o uso florestal com a instalação de medronheiro, castanheiro, sobreiro e carvalho, sendo estas as espécies que conferem uma maior proteção e incrementam a resiliência desses espaços. Dentro das referidas faixas existem áreas integradas em sistema húmido onde está previsto a instalação de espécies ripícolas autóctones. A condução destes povoamentos terá sempre em consideração os critérios de gestão de combustíveis definidos legalmente para essas FGC. Foram também tidas em consideração as áreas de interface direta ou indireta com áreas ocupadas com floresta (Pinheiro-bravo e Eucalipto) onde se propôs a reconversão para olival de forma a incrementar a resiliência desses espaços.

Não sendo a Entidade Gestora responsável pela execução e manutenção das FGC da rede viária florestal, da rede de transporte de energia elétrica e rede primária de FGC, a estruturação do território e a definição das unidades de intervenção dessa rede de FGC, deve ser planeada posteriormente tendo em conta as ocupações propostas nesta OIGP, para as áreas envolventes, devendo estas coincidir com as ocupações compatíveis a ser definidas no PSA.

Saliente-se ainda que o aproveitamento de uma cumeada da Serra de Alvelos, também conhecida como serra do Cabeço Rainho para criar uma área de função predominante de conservação, com instalação de um povoamento misto de várias folhosas autóctones e resinosas numa estrutura irregular, contribuirá para a quebra de continuidade de povoamentos de produção adjacentes, constituindo uma barreira à progressão dos incêndios.

A tipologia de intervenção na AIGP promoverá uma maior presença de pessoas na AIGP associada às atividades diárias de gestão agroflorestal que aumentará significativamente a resiliência da área abrangida pela AIGP.

A proposta de ocupação do solo permitirá uma efetiva alteração dos modelos de combustível.

Assim foram convertidos em modelos de combustíveis, as ocupações existentes nos espaços rurais, associados à ocupação do solo atual e à ocupação proposta considerando não apenas a ocupação do solo por si só, mas igualmente a gestão a aplicar (no caso da UOSP). Nesta proposta foram utilizados os modelos de combustíveis desenvolvidos pela UTAD.

Assim, a correspondência dos modelos associados à ocupação do solo atual e à ocupação proposta (considerando a ocupação e a gestão a efetuar) foram:

Tabela 28 – Tabela de correspondência ocupação do solo com os códigos associados a ocupação para utilização do simulador de comportamento de fogo.

Ocupação do Solo nível 4	UTAD_POSA	UTAD_UOSP
	Nº Farsite	Nº Farsite
2.1.1.1 Culturas temporárias de sequeiro e regadio	232	232
2.2.1.1 Vinhas	232	232
2.2.2.1 Pomares	232	232
2.2.3.1 Olivais	232	232
2.3.1.1 Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a vinha	232	232
2.3.1.2 Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a pomar	232	232
2.3.1.3 Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	232	232
2.3.2.1 Mosaicos culturais e parcelares complexos	232	232
2.3.3.1 Agricultura com espaços naturais e seminaturais	237	237
3.1.1.1 Pastagens melhoradas	231	231
3.1.2.1 Pastagens espontâneas	231	231
4.1.1.1 SAF de sobreiro	231	231
4.1.1.3 SAF de outros carvalhos	231	231
4.1.1.6 SAF de sobreiro com azinheira	231	231
5.1.1.1 Florestas de sobreiro	222	212
5.1.1.2 Florestas de azinheira	222	212
5.1.1.3 Florestas de outros carvalhos	236	212
5.1.1.4 Florestas de castanheiro	221	212
5.1.1.5 Florestas de eucalipto	223	224
5.1.1.6 Florestas de espécies invasoras	233	233
5.1.1.7 Florestas de outras folhosas	232	232
5.1.2.1 Florestas de pinheiro-bravo	227	213
5.1.2.2 Florestas de pinheiro manso	227	213
5.1.2.3 Florestas de outras resinosas	227	213
6.1.1.1 Matos	235	235
7.1.3.1 Vegetação esparsa	235	235

A simulação do comportamento do fogo foi realizada com o programa FlamMap tomando por base as variáveis orográficas altimetria, declive e exposição solar das vertentes, e os modelos de combustíveis apontados.

Os parâmetros relativos à humidade dos combustíveis e a velocidade do vento são os descritos para a Macro Região de caracterização meteorológica da Beira da Serra, que abrange a maior parte da área da AIGP. No que respeita à variável vento foi considerada a direção dominante de Este de acordo com a informação patente no PMDFCI de Arganil na sua versão atual.

Tabela 29 – Macro Regiões de caracterização da meteorologia para a Beira Baixa e para a Beira Serra que foram os utilizados como referência no simulador.

Região	Média da velocidade do vento (10 m)	Humidade do combustível florestal (%)				
		1-h	10-h	100-h	Herbáceas vivas	Lenhosos vivas
Beira Serra	17	7%	8%	8%	30%	67%

A simulação foi realizada para a ocupação atual do solo e para a ocupação proposta, a fim de avaliar a alteração dos valores da intensidade da frente de fogo expressa em Kw/m.

As diferentes classes de intensidade da frente de fogo correspondem a diferentes comportamentos expectáveis do fogo, traduzidas numa escala de perigo de incêndio conforme se evidencia no quadro seguinte:

Tabela 30 – Classe da intensidade da frente de fogo - Adaptado de “Interpretação dos índices do Sistema Canadano de Indexação do Perigo de Incêndio Florestal”, Paulo Fernandes e Pedro Palheiro, 2015

Classe	Intensidade (kW/m) Comprimento da chama (m)	Descrição e dificuldade de controlo por ataque direto
I. Reduzido	0 - 499 0 - 1,3	Fogo de superfície, controlável com material de sapador em toda a extensão do seu perímetro.
II. Moderado	500 – 1 999 1,4 – 2,5	Fogo vigoroso de superfície. Os meios terrestres são efetivos em toda a extensão do perímetro do incêndio.
III. Elevado	2 000 – 3 999 2,6 – 3,5	Fogo de superfície de elevada intensidade, com períodos de fogo de copas. O sucesso do ataque à cabeça do fogo exigirá provavelmente meios aéreos.
IV. Muito Elevado	4 000 – 9 999 ≥ 3,6	Fogo passivo de copas. O ataque à cabeça do fogo é possível apenas com meios aéreos pesados, mas o seu sucesso não é garantido. Considerações de segurança e efetividade aconselham que os esforços de controlo com meios terrestres incidam apenas nos flancos e retaguarda do fogo.
V. Extremo	≥ 10 000	São expectáveis fogos de copas ativos. A velocidade de propagação, o potencial de focos secundários, e a probabilidade do fogo transpor obstáculos são extremos. O ataque à cabeça do fogo não é possível. A ação dos meios terrestres deve-se limitar à retaguarda e flancos do fogo. O ataque indireto usando o fogo pode ser efetivo.

Os resultados obtidos da simulação descrita permitiram elaborar os mapas da distribuição espacial de perigo de incêndio rural, para a ocupação atual e para a ocupação proposta, evidenciando os efeitos da implementação da proposta de ocupação na distribuição das áreas de perigo de incêndio rural.

Tabela 31 – Matriz de transformação obtida para as várias classes de perigo de incêndio rural

Classe	Área POSA	Área UOSP	Variação
	%	%	%
Reduzido	11,80	81,09	69,29
Moderado	15,03	18,91	3,88
Elevado	31,07	0,00	-31,07
Muito elevado	42,10	0,00	-42,10
Extremo	0,00	0,00	0,00

As variações relativas à área correspondente a cada classe de perigo de incêndio rural, entre a ocupação futura e a ocupação atual, traduzem-se em termos percentuais num aumento da área

correspondente à classe de perigo Reduzido de 69,29% e na redução da percentagem de área classificada nas classes de perigo mais elevadas. Esta redução é particularmente evidente nas classes de perigo Elevado e Muito Elevado, que diminuem 31,07% e 42,10%, respetivamente.

De salientar ainda que a classe de perigo Extremo não tem representação na AIGP.

Verifica-se assim, da análise dos dados, uma clara redução do perigo de incêndio rural na área da AIGP, concluindo-se que a paisagem proposta representa um significativo acréscimo da resiliência do território aos incêndios rurais.

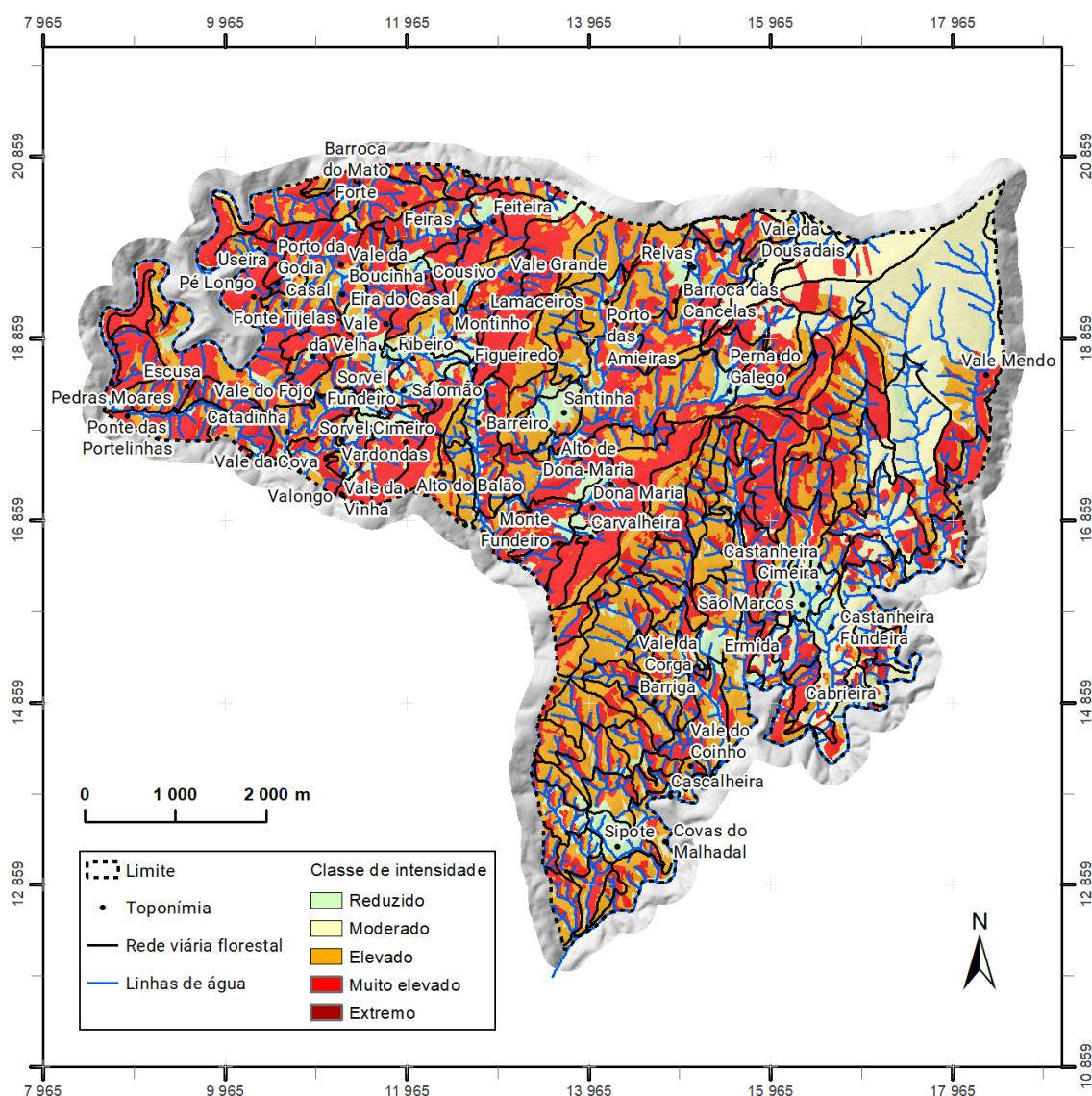


Figura 31 – Distribuição espacial das classes de Intensidade da frente de fogo KW/m, traduzido nas classes de perigo de incêndio, para a ocupação do solo atual (POSA)

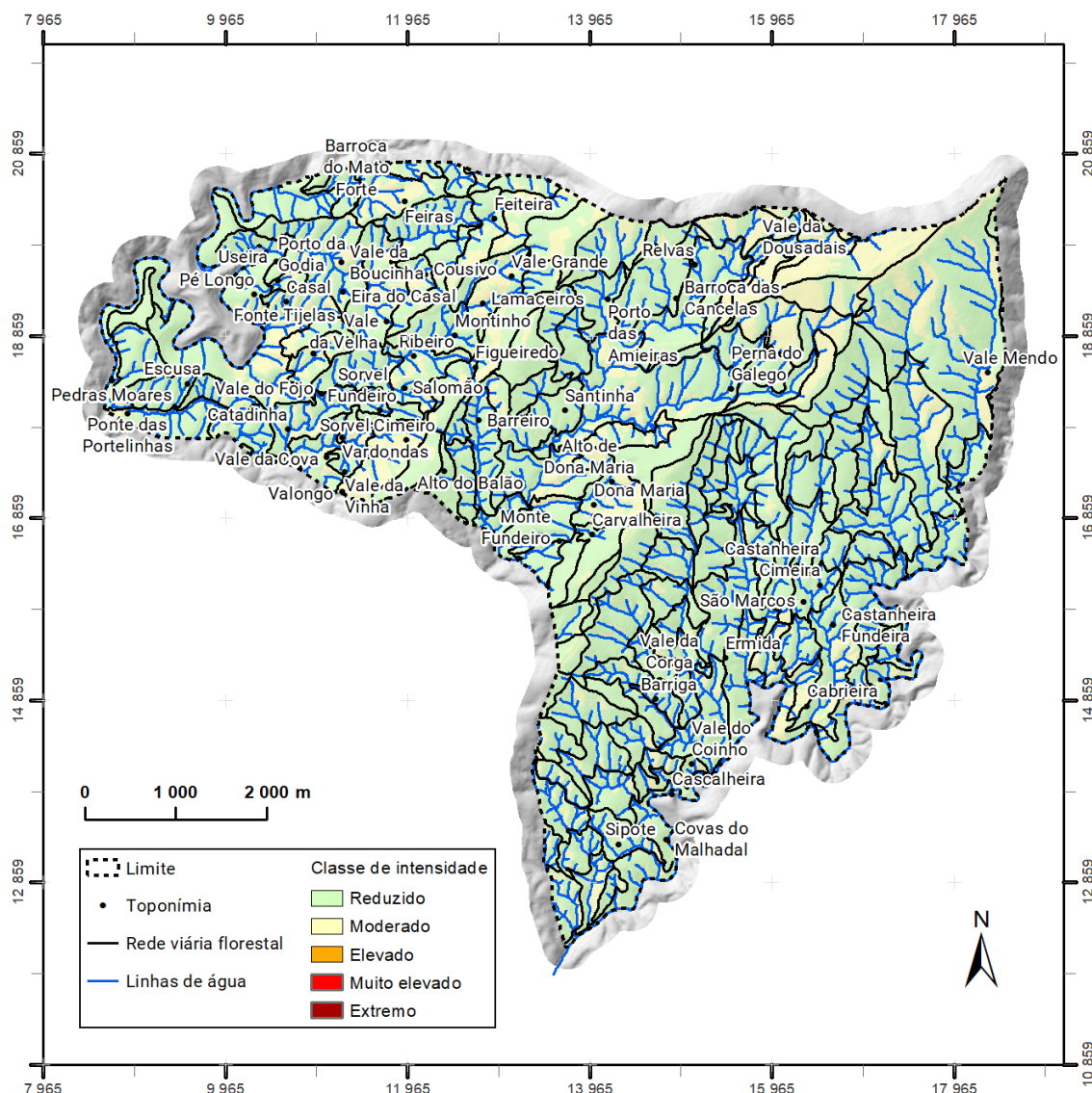


Figura 32 – Distribuição espacial das classes de Intensidade da frente de fogo KW/m, traduzido nas classes de perigo de incêndio, para a ocupação do solo proposta (POSP)

Da análise dos dados das simulações efetuadas para os dois cenários, é clara a redução das variáveis caracterizadoras do comportamento do fogo mais altas, denotando um comportamento expectável menos violento que implicará uma redução da dificuldade de combate e aumento do potencial para supressão dos incêndios

f. Minimização de outras vulnerabilidades e riscos existentes e potenciais

Os riscos e vulnerabilidades anteriormente identificadas foram o perigo de proliferação de invasoras lenhosas, com destaque para a *Acacia dealbata* e o facto de a totalidade da área da AIGP e o risco de erosão hídrica do solo, classificada na carta da REN.

Relativamente ao primeiro, a gestão e condução preconizada para os povoamentos será monitorizada há existência ou progressão das espécies invasoras e avaliadas as ações a tomar mais adequadas ao seu controlo e erradicação. Ou seja, a gestão ativa dos povoamentos florestais e áreas agrícolas promoverá o controlo com vista à erradicação das espécies invasoras.

Relativamente ao risco de erosão hídrica do solo, como foi anteriormente referido, esse será grandemente minimizado pela adequação das operações de preparação do terreno, no caso de instalação, promovendo a infiltração hídrica através das práticas mais adequadas (por exemplo preparação de terreno em curva de nível; mobilização localizada, deixando faixas de vegetação espontânea). Por outro lado, no caso da manutenção futura e condução de povoamentos já existentes, existentes, o controlo de vegetação espontânea será feito criteriosamente, não só atendendo aos objetivos de redução da carga combustível para redução do risco de incêndio ou de redução da competição interespecífica, mas também tendo em consideração a proteção do solo.

Serão igualmente salvaguardados os valores patrimoniais, paisagísticos e outros valores culturais e identitários existentes ou potenciais. Nos leitos e margens dos cursos de água serão preservados os habitats naturais através da manutenção da vegetação ripícola, as operações de mobilização do solo serão minimizadas.

Serão considerados os riscos inerentes às áreas da REN nomeadamente:

Nos leitos e margens dos cursos de água

- Preservação da conservação dos habitats naturais associados à linha de água, nomeadamente com a manutenção da vegetação ripícola, evitando operações de mobilização do solo;
- Não mobilização do solo nas margens dos cursos de água;
- As ações não poderão interferir com a estabilidade topográfica e geomorfológica dos terrenos em causa, devendo garantir o ciclo hidrológico, nomeadamente no que se refere aos movimentos de transbordo e retorno das águas. Nas áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos
- A utilização de químicos e de fertilizantes não orgânicos não poderá constituir fator de poluição das águas, quer superficiais quer subterrâneas, pelo que a sua utilização deverá seguir o código das boas práticas agrícolas;
- Evitar derrames de matérias poluentes;
- Minimizar as áreas a impermeabilizar.

Nas áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo

- As ações no solo devem ser realizadas por forma a potenciar a infiltração das águas pluviais em detrimento da escorrência superficial, sendo que eventuais operações de mobilização do solo devem sempre ser executadas segundo as curvas de nível;
- Deverá ser evitada a gradagem generalizada do terreno, com operações de ripagem efetuadas preferencialmente apenas nas linhas de plantação, a uma profundidade máxima de 60 cm.

Nas zonas ameaçadas pelas cheias

- Não mobilização de solos;
- Ações a implementar acima da cota de máxima cheia;
- Não compactação dos solos de forma a garantir as condições naturais de infiltração

g. Salvaguarda dos valores patrimoniais, paisagísticos e outros culturais e identitários existentes e potenciais

A Ribeira da Isna, onde se situa a praia fluvial do Malhadal, apresenta um elevado interesse paisagístico por apresentar uma diversidade de espécies florestais. As margens dos cursos de água associadas à galeria ripícola, serão valorizadas e transformadas ambientalmente, de forma a colmatar o abandono humano que provocou a acumulação desordenada de vegetação heliófila (essencialmente silvas e matos) e a degradação provocada pelos incêndios. Após a intervenção, a zona tem todo o potencial de se transformar numa mancha florestal de alto valor ambiental e por sua vez funcionará como linha de descontinuidade na paisagem, com o objetivo de favorecer a constituição de espécies arbóreas caducifólias de baixa inflamabilidade e combustibilidade. Permitirá também o restabelecimento da conectividade espacial e da biodiversidade. Os percursos pedestres identificados e trilhos existentes constituirá um instrumento de potenciação do valor patrimonial.

A Serra do Cabeço da Rainha, ponto mais alto do concelho da Sertã, funciona como limite natural com o concelho vizinho de Oleiros. Situado a 1080 metros de altitude, apresenta declives na ordem dos 30%. Estende-se por cerca de 20 km de comprimento e é um magnífico miradouro natural, com imensa flora arbustiva e excelentes condições de visibilidade, podendo observar-se as serras do Moradal e da Gardunha, a cidade de Castelo Branco e outras localidades. Aqui nascem as ribeiras da Isna e da Tamolha, encontrando-se na zona envolvente diversos achados arqueológicos, que remetem para uma ocupação humana muito antiga do local. Esta serra será reflorestada com espécies adaptadas às características edafoclimáticas existentes.

Não se preveem alterações em relação à situação atual dos elementos estruturais da qual fazem parte os elementos patrimoniais e culturais identificados na AIGP Ermida e Figueiredo, no entanto

no decorrer dos trabalhos de campo caso sejam encontrados outros elementos patrimoniais e culturais, será dado conhecimento às entidades competentes.

h. Promoção de povoamentos florestais ordenados, biodiversos, multifuncionais e resilientes

Como já referido anteriormente, a criação de uma paisagem mais diversificada do ponto de vista das espécies (introdução de espécies que atualmente têm menor expressão tais como o Sobreiro, o Medronheiro, os carvalhos, o Pinheiro manso, a Pseudotsuga, o Pinheiro silvestre, a vegetação ripícola) possibilita a criação de novos habitats que promoverá o aumento da biodiversidade associada aos espaços florestais.

O aumento da biodiversidade, por outro lado, permite aproveitar outros recursos que não apenas a produção lenhosa, é o caso dos recursos micológicos e da apicultura.

O aproveitamento destes é também possibilitado pela gestão dos povoamentos prevista que deverá dar origem às condições de germinação dos cogumelos silvestres (evitar gradagens que destruam os micélios, por exemplo, ou eliminação total de vegetação espontânea). O mesmo princípio de aplicará à promoção de flora apícola, em que o controlo da vegetação espontânea será executado forma a manter a vegetação com interesse apícola em floração, para que as abelhas tenham oportunidade de fazer a recolha de néctares e pólenes. Isto, claro está, sem comprometer os critérios de gestão de combustíveis nos locais onde aplicável.

Considerando o anteriormente exposto, os espaços agroflorestais preconizados na OIGP, pelo seu tipo de ocupação diversificada irá criar mosaicos com gradientes de carga e tipo de combustível que serão mais resilientes ao fogo, a pragas e doenças e, simultaneamente, mais multifuncionais, originando rentabilidades diversificadas.

i. Fomento da agricultura, da silvo pastorícia e da cinegética, enquanto atividades económicas e com função de mosaico e diversificação da paisagem

A proposta inclui a manutenção das atuais áreas agrícolas em exploração, a plantação de oliveiras, nomeadamente na proximidade de edificações ou aglomerados. Conforme apontado na matriz de transformação, observar-se-á o incremento da área agrícola total, embora pouco significativo. Este valor inclui a plantação de oliveiras em áreas agrícolas em exploração que arderam e a expansão da área agrícola para áreas ocupadas por matos, pinhais ou eucaliptais em áreas desadequadas a estas florestas, nomeadamente em áreas que já tiveram essa ocupação e foram progressivamente abandonadas e substituídas por floresta. Estas áreas agrícolas constituem-se como descontinuidades do tecido florestal criando mosaicos e diversificando a paisagem na AIGP.

A instalação e posterior manutenção destas áreas será uma medida de gestão determinante, não só na criação de condições de *habitat* mais favoráveis às espécies cinegéticas em declínio, como também na beneficiação de outras espécies silvestres. Em relação ao ordenamento cinegético, foram identificadas as zonas de caça Associativas e Municipais, estas contribuem para a gestão das espécies das respetivas áreas de intervenção. A AIGP Ermida e Figueiredo, cinegeticamente está ordenado a 100%.

j. Desenvolvimento do potencial das atividades económicas rural de proximidade promovendo e/ou reforçando a geração de valor

A aplicação de novos modelos de gestão coletiva e planeamento a médio/longo prazo previstos permitem uma gestão mais ativa, o aumento da produtividade agroflorestal e uma maior rentabilidade para o proprietário florestal, bem como o desenvolvimento/captação de novos mercados que garantam a sua sustentabilidade económica.

A promoção do investimento e o aumento da produtividade agroflorestal é conseguida pela presente proposta em vários níveis.

1) Da floresta:

- Valorização da área de pinho, face à previsível falta desta matéria-prima no mercado nacional nos próximos anos;
- Reintroduzir folhosas e resinosas que apresentam boa adaptação à área bem como apresentam uma resiliência aos incêndios.

2) Da agricultura:

- Expansão das áreas agrícolas, como forma de potenciar a produção agrícola na AIGP;
- Promover / incrementar a produção de mel na AIGP;
- Promover / incrementar a recolha de cogumelos silvestres.

A proposta de ocupação a implementar cumprirá as opções desejadas de transformação da paisagem no sentido do incremento da sua resiliência ao fogo, mas também tendo como linha orientadora a obtenção de rentabilidade e a sustentabilidade económica das produções agroflorestais preconizadas, promovendo e incentivando a fixação de população no setor de atividade agroflorestal e, consequentemente, fixando população no território.

A2.3 Articulação com o quadro legal

a. Instrumentos de Gestão Territorial

Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem

O despacho 12735-B/2021, de 28 de dezembro, determina a elaboração do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem do Pinhal Interior Sul, integrando os concelhos de Oleiros, Sertão, Sertão, Vila de Rei e Mação, designado por PRGP - PIS.

Este programa é destinado a promover o desenho da paisagem como referencial de uma nova economia dos territórios rurais, que promova uma floresta multifuncional, biodiversa e resiliente, mais rentável, com maior capacidade de sequestro de carbono e capaz de produzir melhores serviços a partir dos ecossistemas. A AIGP Ermida e Figueiredo está inserida no PRGP-PIS com a elaboração em curso.

A presente proposta vai ao encontro do preconizado neste programa, em particular no que respeita à seleção e alocação das espécies.

A Matriz de Transição e Transformação da paisagem assenta na aplicação dos seguintes enquadramentos:

- Faixas de Gestão de Combustível – Rede Primária;
- Áreas de proteção em torno dos aglomerados populacionais;
- Corredores ecológicos;
- Linhas de água;
- Zona A - Áreas de Montanha Declivosas – áreas montanhosas situadas a altitude superior a 800 metros e cuja precipitação média anual rondará 1600 mm, bem como as áreas com declive superior a 35%; - Áreas de Proteção e de Conservação.
- Zona B – Áreas de Clima Húmido – áreas de cariz montanhoso, situadas entre 400 e 800 metros de altitude, em que a precipitação média anual se situa entre cerca de 1000 e 1600 mm – Áreas de Potencial de Produção Florestal Moderada.
- Zona B1 – Áreas de Clima Húmido com menor disponibilidade hídrica - semelhante a B, mas com limitações quanto à espessura efetiva média do solo (<50 cm) e, naturalmente, com menor disponibilidade hídrica – Áreas de Potencial de Produção Florestal Moderada e de Produção Agroflorestal.
- Zona C – Áreas de Clima sub-húmido - áreas situadas a altitude inferior a 400 metros e com precipitação média anual inferior a cerca de 1000 mm (700 - 1000 mm) – Áreas de Potencial de Produção Florestal Marginal e de Produção Agroflorestal.

- Zona C1 – Áreas de Clima sub-húmido com menor disponibilidade hídrica - semelhante a C, mas com limitações quanto à espessura efetiva média do solo (<50 cm) e, naturalmente, com menor disponibilidade hídrica. – Áreas de Produção Agroflorestal.
- Terrenos Especiais: Socalcos, muretes ou soleiras.

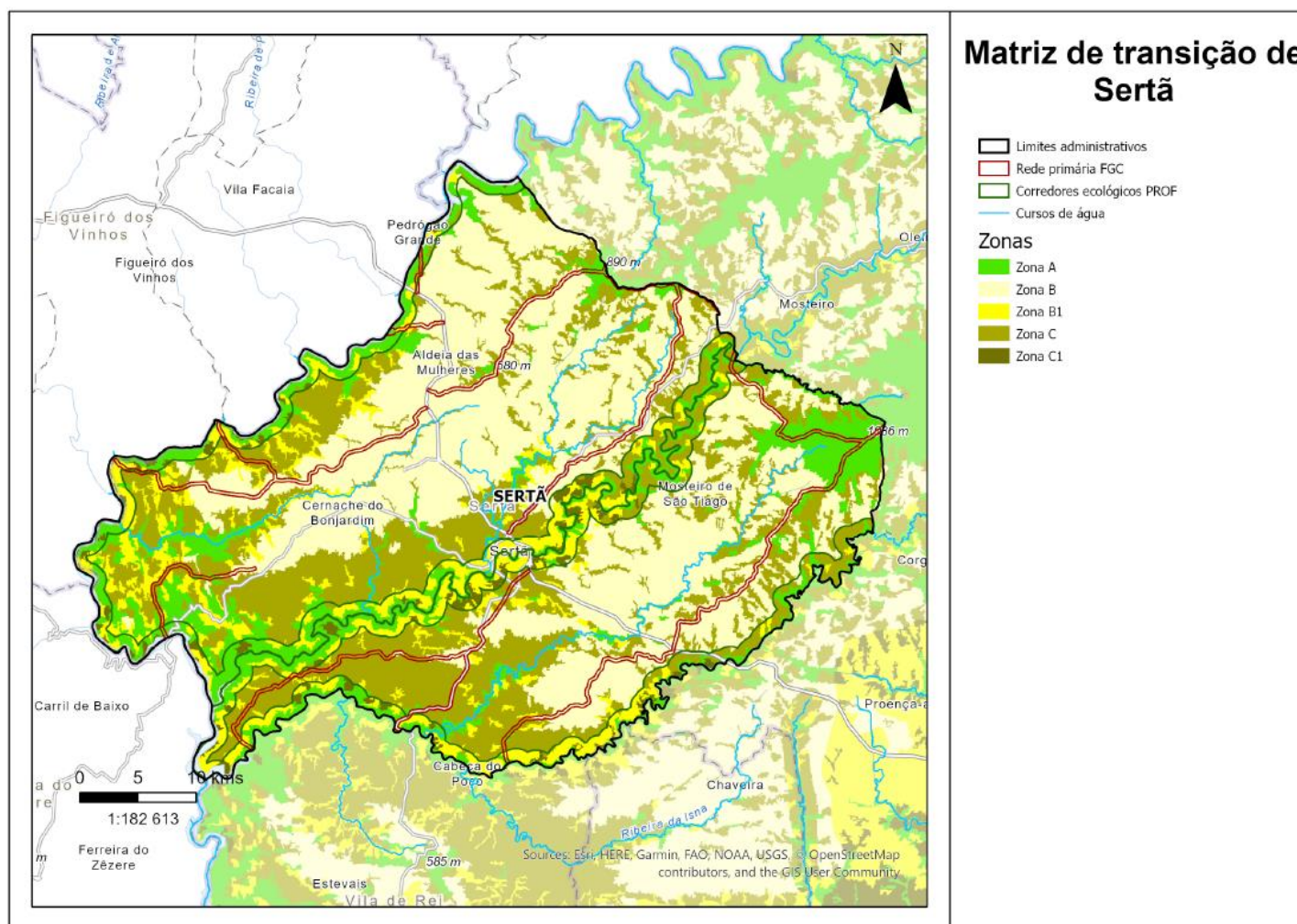


Figura 33 – Mapa da matriz de transição para o Concelho de Sertã (Fonte: PRGP-PIS)

Tabela 32 – Matriz de transição para o Concelho de Sertã (Fonte: adaptada do PRGP-PIS)

DECLIVE TERRENOS	Declive <15%	Declive <35%	Declive >35%
FGC_RP	<i>Cupressus sempervirens, Cedrusatlantica, Quercus faginea, Quercus pyrenaica, Quercus rotundifolia, Quercus suber, Ceratoniasiliqua, Arbutusunedo.</i> Pastagens naturais ou melhoradas (adaptadas às condições ecológicas locais).		
Corredores ecológicos	<i>Cupressus sempervirens, Arbutus unedo, Quercus faginea, Quercus pyrenaica, Quercus rotundifolia, Quercus suber, Ceratoniasilicua, P. pinea.</i>		
Linhas de água	<i>Fraxinus angustifolia, Crataegus monogyna, Salix atrocinerea, Frangula alnus, Alnus glutinosa, Ulmus minor, Sambucus nigra, Quercus faginea, Laurus nobilis.</i>		
ZONA A	<i>Pastagens naturais ou melhoradas ou instaladas.</i>	<i>Pseudotsuga menziesii, Cedrusatlantica, Alnus cordata, Pinus nigra (var. corsicana/austriaca), Fraxinusexcelsior, Acer pseudoplatanus, Q. rubra.</i>	<i>Quercus pyrenaica, Quercus robur, Q. rubra, Larix decídua.</i> Pastagens naturais ou melhoradas (adaptadas às condições ecológicas locais).
ZONA B	Áreas de RAN e áreas agrícolas adjacentes, nomeadamente culturas permanentes, estremes ou mistas. Pastagens naturais ou melhoradas, agrofloresta, floresta de baixa densidade.	<i>Pinus pinaster, Eucalyptus globulus, Cedrus atlantica, Quercus rubra, Alnus cordata, Castanea sativa, Prunus avium, Juglans nigra, Acer pseudoplatanus, Q. suber.</i> Pastagens naturais ou melhoradas (adaptadas às condições ecológicas locais).	<i>Pinus pinaster, Cedrusatlantica, Quercus rubra, Alnus cordata, Castanea sativa, Q. suber, Acer pseudoplatanus.</i> Pastagens naturais ou melhoradas (adaptadas às condições ecológicas locais).

ZONA B1	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
ZONA C	Áreas de RAN e áreas agrícolas adjacentes, nomeadamente culturas permanentes, estremes ou mistas. Pastagens naturais ou melhoradas, agrofloresta, floresta de baixa densidade.	<i>Pinus pinaster, Eucalyptus globulus, Prunus avium, Juglans nigra, Quercus suber,</i>	<i>Juglans nigra, Pinus pinaster, Eucalyptus globulus, Prunus avium, Quercus suber, Q. rubra</i>
ZONA C1	Áreas de RAN e áreas agrícolas adjacentes, nomeadamente culturas permanentes, estremes ou mistas. Pastagens naturais ou melhoradas, agrofloresta, floresta de baixa densidade.	<i>Quercus rotundifolia, Quercus suber, Cupressus sempervirens, Pinus pinea, Arbutus unedo.</i> Pastagem natural ou melhorada (adaptadas às condições ecológicas locais)	<i>Quercus rotundifolia, Quercus suber, Cupressus sempervirens, Pinus pinea.</i>
TERRENOS ESPECIAIS: Socalcos, muretes ou soleiras	Oliveira, (olival tradicional), Vinha, Fruteiras, <i>Pinus pinea, Arbutus unedo, Castanea sativa, Prunus avium (exp. Norte e Oeste), Quercus suber</i> , espécies em risco de extinção.		

Programas Regionais de Ordenamento Florestal

A AIGP Ermida e Figueiredo insere-se no Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF CL) aprovado pela Portaria n.º 56/2019, de 11 de fevereiro.

De acordo com o PROF CL, esta AIGP está inserida em duas Sub-Regiões Homogéneas (SRH), Floresta do Meio e Pampilhosa e Alvelos, correspondendo em área, 1364,77ha e 2909,44ha, respetivamente.

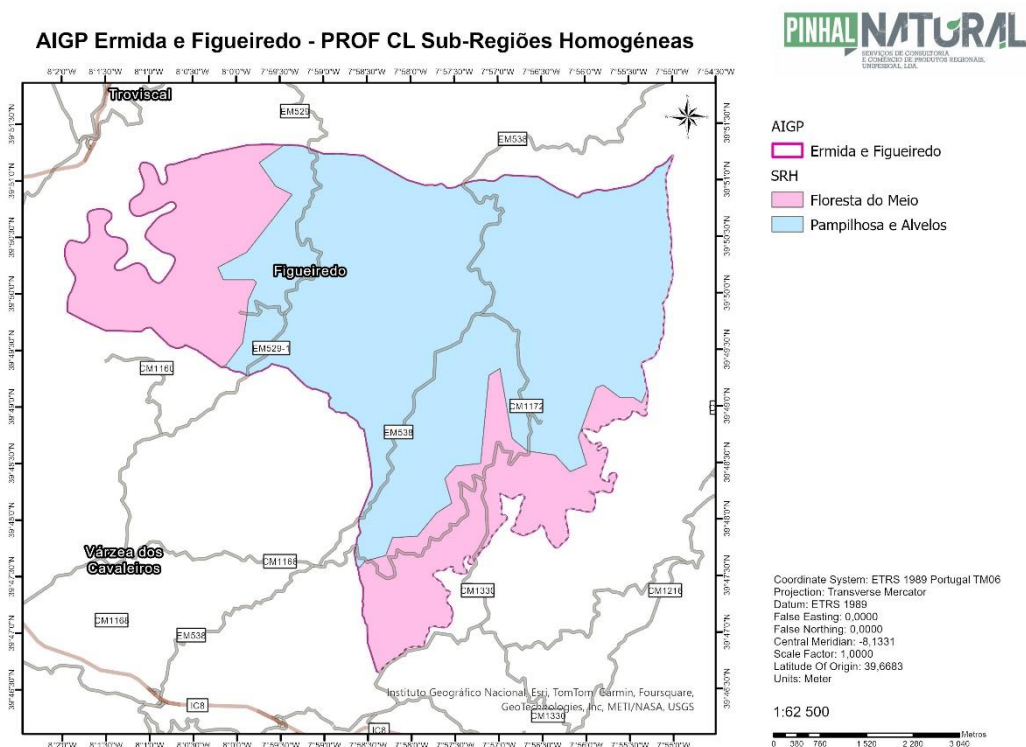


Figura 34 – Sub-Regiões Homogéneas do PROF-CL

Na Sertã, a floresta cumpre funções de proteção, conservação de habitats, produção, na qual se desenvolvem, ações complementares como é o caso da silvo-pastorícia, da caça e pesca, do turismo e do recreio. Identificam-se as seguintes funções para as SRH identificadas.

Tabela 33 – Funções das Sub-Regiões Homogéneas do PROF-CL

SUB-REGIÃO	FUNÇÕES	JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS
Pampilhosa e Alvelos	pd	Potencial de produção lenhosa.
	pt	Existência de zonas de risco de erosão médio, pelos declives e intensidade de precipitação.

	sc/p	Elevado potencial cinegético.
Floresta do meio	pd	Potencialidade produtiva elevada para o lenho, terra de tradição de produção lenhosa.
	pt	Concentração de albufeiras de alto valor estratégico (Castelo de Bode, Bouça, Cabril, Belver, Pracana e Fratel).
	sc/p	Elevado potencial cinegético e boa aptidão para a silvo pastorícia.

(pd – produção; pt – proteção; cs – conservação dos habitats, de espécies de fauna e da flora e de geomonumentos; sc/p – silvo pastorícia, caça e pesca nas águas interiores; re – recreio, enquadramento e estética da paisagem).

Nesta Sub-região homogénea Floresta do Meio devem ser privilegiadas as seguintes espécies florestais:

- 1) Espécies a privilegiar (Grupo I):
 - a) Azinheira (*Quercus rotundifolia*);
 - b) Carvalho-português (*Quercus faginea*);
 - c) Eucalipto (*Eucalyptus globulus*);
 - d) Medronheiro (*Arbutus unedo*);
 - e) Pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*);
 - f) Sobreiro (*Quercus suber*).
- 2) Outras espécies a privilegiar (Grupo II):
 - a) Carvalho-alvarinho (*Quercus robur*);
 - b) Carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*);
 - c) Castanheiro (*Castanea sativa*);
 - d) Cedro-do-Buçaco (*Cupressus lusitanica*);
 - e) Cerejeira-brava (*Prunus avium*);
 - f) Cipreste-comum (*Cupressus sempervirens*);
 - g) Nogueira (*Juglans regia*);
 - h) Nogueira-preta (*Juglans nigra*);
 - i) Pinheiro-manso (*Pinus pinea*);
 - j) Pseudotsuga (*Pseudotsuga menziesii*).

Nesta Sub-região homogénea Pampilhosa e Alvéolos devem ser privilegiadas as seguintes espécies florestais:

3) Espécies a privilegiar (Grupo I):

- a) Carvalho-alvarinho (*Quercus robur*);
- b) Carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*);
- c) Carvalho-português (*Quercus faginea*);
- d) Castanheiro (*Castanea sativa*);
- e) Cerejeira-brava (*Prunus avium*);
- f) Eucalipto (*Eucalyptus globulus*);
- g) Medronheiro (*Arbutus unedo*);
- h) Nogueira (*Juglans regia*);
- i) Pinheiro -bravo (*Pinus pinaster*);
- j) Pseudotsuga (*Pseudotsuga menziesii*);
- k) Sobreiro (*Quercus suber*).

b) Outras espécies a privilegiar (Grupo II):

- l) Azinheira (*Quercus rotundifolia*);
- m) Carvalho-americano (*Quercus rubra*);
- n) Cedro-do-Buçaco (*Cupressus lusitanica*);
- o) Cedro-do-Oregon (*Chamaecyparis lawsoniana*);
- p) Cipreste-comum (*Cupressus sempervirens*);
- q) Nogueira-preta (*Juglans nigra*);
- r) Pinheiro-manso (*Pinus pinea*).

A matriz de transformação da paisagem proposta cumpre as exigências estabelecidas no documento Quadro de referência de apoio à elaboração das propostas (QRAEP).

Os objetivos desta OIGP vão ao encontro dos propostos no PROF para as sub-regiões homogêneas (SRH) em presença (SRH Floresta do Meio e SRH Pampilhosa e Alvelos) e a hierarquia de funções estabelecida nesse programa regional.

A alteração de coberto proposto vai ao encontro das orientações do PROF relativamente a Espécies a privilegiar pois o Pinheiro bravo, o Eucalipto, o sobreiro, Medronheiro e o Carvalho-português pertencem ao Grupo I das duas SRH. O Carvalho negral e a Pseudotsuga pertencem ao Grupo II da SRH Floresta do meio e ao G I da SRH Pampilhosa e Alvelos e o Pinheiro manso e o Cedro-do-Buçaco pertence ao Grupo II nas duas SRH.

As espécies selecionadas estão de acordo com as cartas de aptidão florestal apresentadas no Caderno B do PROF do CL, tendo sido selecionadas, na generalidade, espécies bem adaptadas às condições edafo-climáticas locais.

A expansão da área de outros carvalhos, outras resinosas, Sobreiro, Medronheiro e de Pinheiro manso e a redução da área de Pinheiro bravo e Eucalipto acompanham as metas previsionais.

Em suma, no que respeita aos objetivos específicos prioritários para estas SRH, estes refletidos na presente proposta de OIGP, como por exemplo: selecionar espécies com boa aptidão produtiva e menos suscetíveis ao fogo; selecionar espécies com boa aptidão produtiva e suscetíveis de produção de cogumelos e plantas aromáticas e medicinais; selecionar espécies com boa aptidão produtiva adaptáveis a sistemas de produção conjuntos com caça e silvopastorícia; melhorar a gestão dos povoamentos existentes; aproveitar o potencial da regeneração natural; aumentar a fração dos sistemas e espécies florestais com menor suscetibilidade ao fogo; aplicação sistemática das normas de conservação do solo e da água na instalação e gestão de povoamentos e dos sistemas florestais; diminuir a ocupação por espécies exóticas invasoras (visando à erradicação); promoção ativa da gestão conjunta.

Corredores ecológicos

O PROF CL define corredores ecológicos que constituem uma orientação macro e tendencial para a região em termos de médio/longo prazo, com o objetivo de favorecer o intercâmbio genético essencial para a manutenção da biodiversidade, incluindo uma adequada integração e desenvolvimento das atividades humanas.

Para estes locais, também o PRGP define quais as espécies a instalar, estando em concordância as propostas de ocupação para a AIGP Ermida e Figueiredo com o determinado nesse plano.

As intervenções florestais nos corredores ecológicos devem respeitar as normas de silvicultura e gestão para estes espaços. Os corredores ecológicos definidos no PROF CL, condicionam a intervenção em cerca 987ha (23,1%).

Ainda estabelece o PROF-CL que deve ser promovida a instalação e garantida a conservação dos corredores ecológicos ao longo das linhas de água principais.

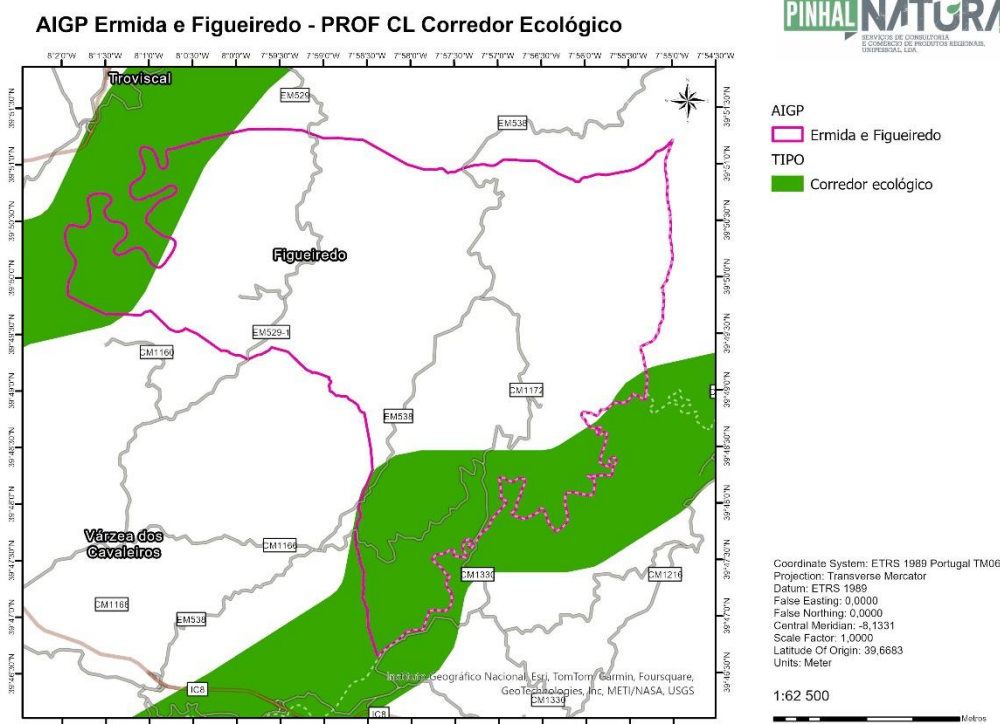


Figura 35 – Corredor Ecológico do PROF-CL

Plano Diretor Municipal

O município da Sertã dispõe de Plano Diretor Municipal (PDM), ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/94, de 2 de dezembro, e alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/97, de 1 de julho. Atualmente, o Plano Diretor Municipal da Sertã encontra-se em revisão.

Este plano estabelece as regras e orientações a que devem obedecer a ocupação, o uso e a transformação do solo, sendo aplicável à totalidade do território municipal bem como os critérios a utilizar na sua execução.

De acordo com o Plano, a área da AIGP insere-se em zonas de Reserva Ecológica Nacional (REN), Reserva Agrícola Nacional (RAN), espaços predominantemente não urbanos onde se compreendem as classes dos espaços agrícolas, dos espaços florestais, dos espaços agrícolas/florestais, espaços naturais.

Os espaços florestais onde predomina a vocação de uso florestal, compreende nomeadamente as funções de produção, produção condicionada, de reconvenção e de proteção, estando sujeitos a condicionalismos definidos no próprio diploma.

Nos espaços florestais de produção condicionada coincidem com áreas de sensibilidade ecológica e há a salientar que devem ser incentivadas ações de reconversão progressiva para povoamentos de mosaico ou mistos de folhosas autóctones, visando a compartimentação, assim pelo menos 30% da área do novo povoamento florestal deverá ser plantada com espécies de folhosas autóctones a instalar em faixas, manchas ou ao longo das linhas de água.

Os espaços agrícolas dividem-se em duas categorias: espaços agrícolas de produção da RAN e espaços de uso ou aptidão agrícola. Os espaços de uso ou aptidão agrícola constituem espaços não integrados na RAN, mas cujas características pedológicas, de ocupação atual ou de localização os potenciam para possíveis usos agrícolas.

b. Instrumentos de Gestão Integrada de fogos rurais

Programa Regional de ação de gestão integrada de fogos rurais (PRA)

O Programa Regional de Ação (PRA) para a gestão integrada de fogos rurais foi aprovado em Comissão Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais do Centro, em 19 de dezembro de 2022. O PRA transporta o Plano Nacional de Ação (PNA) para a escala regional, identificando, de entre os projetos nele inscritos, os que devem ser prioritariamente implementados, e definem a rede primária de faixas de gestão de combustível. O traçado da rede primária de faixas de gestão de combustível está de acordo com este instrumento, estando a decorrer os Concursos Públicos de Instalação da Rede Primária, cuja candidatura e acompanhamento dos trabalhos de instalação e/ou manutenção estão a cargo dos Serviços do ICNF das correspondentes áreas de atuação.

O traçado dos MPGC e ocupações propostas para as FGC devem ser alinhados com o PSA em construção.

O proposto na presente OIGP incorpora as metas e objetivos contribuindo para o seu cumprimento, nomeadamente, nas Fichas-Projeto:

PT 2.1.1.1 – Áreas Integradas de Gestão da Paisagem;

AIGP constituída; OIGP aprovada.

PT 2.1.1.2 – Gestão da paisagem e remuneração de serviços de ecossistemas;

Apoiar a reconversão de povoamentos instalados com espécies autóctones mais bem-adaptadas; aumentar o rendimento dos proprietários que prestam serviços de ecossistema tendo por base uma gestão ativa.

PT 2.2.1.3 – Garantir a gestão da rede secundária;

Redução de carga combustível, salvaguardando as infraestruturas e equipamentos de interesse público.

PT 2.2.1.4 – Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível;

Matos com gestão de combustível, gestão de densidades, ações de reconversão da ocupação e ações de redução da biomassa em povoamentos florestais.

PT 2.2.1.5 – Proteção de áreas de elevado valor;

Matos com gestão de combustível, gestão de densidades, ações de reconversão da ocupação e ações de redução da carga de combustível.

PT 2.2.1.6 – Gestão de galerias ribeirinhas;

Intervenção e gestão de galerias ribeirinhas.

PT 2.3.1.2 – Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas;

Execução de gestão de combustível na envolvente das áreas edificadas, aglomerados com gestão de combustível.

Programa sub-regional de ação de gestão integrada de fogos ruais

O Decreto-Lei nº 82/2021 de 13 de outubro, estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental e define as suas regras de funcionamento. Neste momento o Programa Sub-Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Ruais encontra-se em discussão pela Comissão Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais territorialmente competente, Beira Baixa.

Na proposta foram tidas em consideração os projetos já discutidos, nas reuniões, e que já tem a respetiva ficha em elaboração.

Será garantida a compatibilização no tempo (no planeamento de execução) e no espaço das redes de defesa (FGC/mosaicos e respetivas ocupações compatíveis) com o PSA PT16H-Beira Baixa.

O traçado dos MPGC e ocupações propostas para as FGC devem ser alinhados com o PSA em construção.

Programa Municipal e Execução de Gestão Integrada de Fogos Rurais

De acordo com artigo 79.º do Decreto-Lei nº 82/2021 de 13 de outubro, onde esta definida a norma transitória, refere o n.º 1 do mesmo artigo, os planos municipais de defesa da floresta contra incêndios em vigor produzem efeitos até 31 de dezembro de 2024, sendo substituídos pelos programas municipais de execução previstos.

Neste sentido o presente documento teve em consideração o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios da Sertã, PMDFCI - 2ª geração (despacho nº 4345/2012), no entanto este será substituído pelo PME até 31 de dezembro de 2024 de acordo com o Decreto-Lei nº 82/2021 de 13 de outubro, na redação atual.

c. Servidões e restrições de utilidade pública

Na área da AIGP Ermida e Figueiredo não se identificam áreas abrangidas por Regime Florestal, Áreas Protegidas, áreas de Rede Natura 2000 (ZPE+ZEC).

O artigo 56º do DL n.º 82/2021, de 13 de outubro, são constituídas servidões administrativas os terrenos abrangidos pela rede primária de faixas de gestão de combustível, pelas áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível, pela rede secundária de faixas de gestão de combustível, pela rede de pontos de água e pela RNPV, previstas nas alíneas a), b), d), f) e g) do n.º 2 do artigo 46.º.

No decorrer dos trabalhos, caso sejam identificados habitats naturais e espécies da fauna e flora constantes do anexo B-I B-II, B-IV e B-V do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, e as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 08 de novembro, será cumprido o regime jurídico de proteção das espécies especificado nos Artigos 11.º e 12.º do mesmo diploma legal. Aplicar-se-á também o regime jurídico de proteção das espécies especificado nos Artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 38/2021, de 31 de maio, que aprova o regime jurídico aplicável à proteção e à conservação da flora e da fauna selvagens e dos habitats naturais das espécies enumeradas nas Convenções de Berna e de Bona.

Áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português

No território abrangido pela OIGP Ermida e Figueiredo não se encontram áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português.

REN

A delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) para o concelho de Sertã foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/96, de 26 de junho, tendo sofrido posteriores retificações (Despacho n.º 7150/2017 publicado no Diário da República n.º 157/2017, Série II de 2017-08-16) e modificações (publicada pelo Despacho 7150/2017 de 16 de agosto, pelo Aviso n.º 2473/2019 - Diário da República n.º 31/2019, Série II de 2019-02-13).

São áreas afetas à REN, na AIGP, as áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos, áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo e os cursos de água e respetivos leitos e margens.

A principal restrição associada à REN prende-se com áreas de Risco de Erosão, sendo esta tipologia, representativa na área da AIGP Ermida e Figueiredo (49%). Este fato está indissociavelmente ligado à orografia mais presente no território que se caracteriza pela ocorrência de várias zonas de declive acentuado.

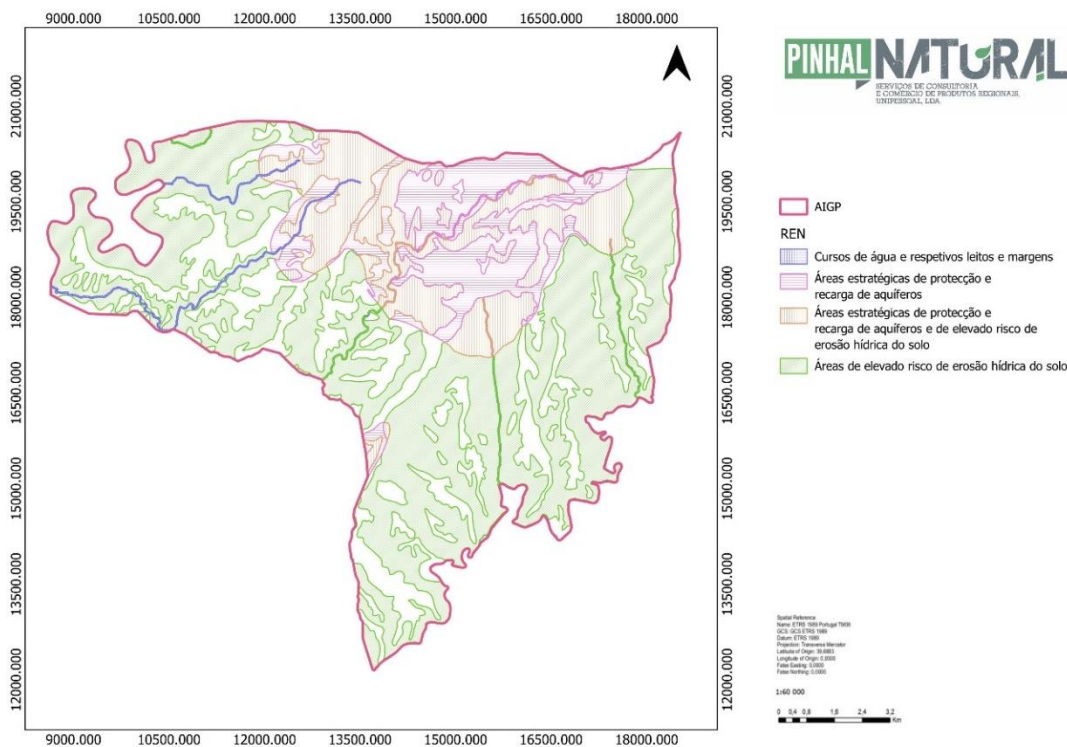


Figura 36 – Mapa da Reserva Ecológica Nacional

Tabela 34 – Área por tipologia da Reserva Ecológica Nacional

Tipologias REN	Área (ha)	%
Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos	546,67	13
Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos e de elevado risco de erosão hídrica do solo	664,79	16
Cursos de água e respetivos leitos e margens	72,85	2
Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo	2065,50	49

Nas propostas apresentadas serão preservadas as condições do solo. Não vão ser utilizadas técnicas de mobilização do solo que invertam os horizontes do solo (mantendo, desta forma, a matéria orgânica e os nutrientes na zona de desenvolvimento radicular), que promovam a erosão do solo, a perda de fertilidade ou que não permitam a infiltração de água no solo. As técnicas propostas

de preparação do solo através da utilização de meios mecânicos são minimizadas e as mais adequadas às condições da área em causa, tendo em conta a natureza dos solos e o seu declive. Em áreas com risco de erosão, para minimizar os impactos nestas áreas, o controlo de vegetação espontânea total será realizado em faixas, e com mobilizações do solo localizadas. Para as operações iniciais usar-se-á máquinas necessárias e suficientes, enquanto para repor a situação, pretendendo precaver os efeitos negativos do regime torrencial existente.

As intervenções relativas às podas, desramações, controle de vegetação espontânea e instalação de proteções individuais para as plantas, a executar em áreas de REN, constituem ações que não colidem com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional (REN), não configurando qualquer ação interdita do artigo 20.º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN), na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto.

As intervenções relativas à componente de matos e pastagens, nomeadamente sementeiras ou plantação e respetivas intervenções culturais e de manutenção, enquadram-se nas exceções da alínea e) do n.º 1 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN), na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, não consubstanciando, assim, qualquer ação interdita.

As operações de florestação/reflorestação, em áreas de REN, constituem ações com enquadramento na alínea f) do Item III do Anexo II do RJREN – “f) Operações de florestação e reflorestação”, estando sujeitas a comunicação prévia à CCDRC, IP face às tipologias de REN em presença, podendo ser admitidas, desde que não envolvam técnicas de preparação de terreno e/ou de instalação que contribuam para o aumento da erosão do solo, conforme estipulado na alínea f) do Item III do Anexo I da Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro.

A plantação de olival, pomares e vinhas, tem enquadramento na alínea d) do Item III do Anexo II do RJREN, estando isenta de apresentação de comunicação prévia nas tipologias “áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos” e “áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo”, sujeita a comunicação prévia nas tipologias “leitos e margens dos cursos de água”, podendo ser admitida, desde que seja garantido que as ações minimizam o seu impacto na erosão dos solos, não afetam os leitos e margens dos cursos de água e não alteram significativamente a topografia do solo, nos termos da alínea d) do Item III do Anexo I da Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro.

As infraestruturas de defesa da floresta contra incêndios, nomeadamente o estabelecimento das faixas de gestão de combustíveis, constituem ações com enquadramento na alínea g) do Item III do Anexo II do RJREN – “g) Ações de prevenção estrutural de defesa da floresta contra incêndios, na

vertente de infraestruturação, desde que devidamente aprovadas pelas comissões municipais de defesa da floresta contra incêndios”, estando isentas de comunicação prévia à CCDRC face às tipologias de REN áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos e “áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo”, mas sujeitas a comunicação prévia nas áreas de REN correspondentes à tipologia “leitos e margens dos cursos de água”, sem requisitos específicos a cumprir, conforme estipulado na alínea g) do Item III do Anexo I da Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro.

Verificando-se a existência de ações sujeitas a comunicação prévia à CCDRC,IP, deverá ser dado cumprimento ao Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional, nos termos supramencionados.

Nas ações adequadas na perspetiva do RJREN, considerando que não colidem com os objetivos da REN - alínea e) do n.º 1 do seu artigo 20.º serão evitadas as operações generalizadas de mobilização do solo nas áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo.

RAN

O regime jurídico da RAN encontra-se previsto no Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro. As áreas da RAN estão cartografadas à escala 1:25 000, e publicadas em Portaria no Diário da República. Contudo, com a ratificação e publicação dos Planos Diretores Municipais (PDM) aquelas Portarias caducam e a carta da RAN é a constante dos PDM.

A RAN define-se como o conjunto de terras que, em virtude das suas características, em termos agroclimáticos, geomorfológicos e pedológicos, apresentam maior aptidão para a atividade agrícola.

Como se pode constatar pelo mapa seguinte, a expressão da Reserva Agrícola Nacional (RAN) é diminuta, abrange uma área de 197,55ha (8%) na AIGP Ermida e Figueiredo, os quais são identificados na proposta apresentada, na qual se preconiza:

- a valorização de 65,73ha com ocupação agrícola, incluindo a manutenção de 1,01ha de Olival;
- a valorização de 9,46ha de pinheiro bravo;
- a valorização de 10,49ha de outras folhosas;
- a valorização de 5,46ha de eucaliptos;
- a valorização de 0,97ha de pastagens espontâneas;
- a transformação de 27,77ha para florestas de outras folhosas (ocupadas com pinheiro bravo; eucalipto e matos);
- a transformação de 3,68ha para florestas de outras resinosas (ocupadas com pinheiro bravo; eucalipto e matos);

- a transformação de 14,11ha para florestas de outros carvalhos (ocupadas com pinheiro bravo; eucalipto e matos);
- a transformação de 0,28ha para pinheiro bravo (ocupadas com matos);
- a transformação de 6,17ha para pinheiro manso (ocupadas com pinheiro bravo e eucalipto);
- a transformação de 13,62 ha para olival (ocupadas com pinheiro bravo; eucalipto, matos e pastagens espontâneas);

A área de 7,76ha, apesar de integrar FGC a infraestruturas lineares, deverá ser ocupada com áreas agrícolas ou pastagens, apesar da sua gestão ser da responsabilidade de outras entidades.

A restante área corresponde a territórios artificializados e água.

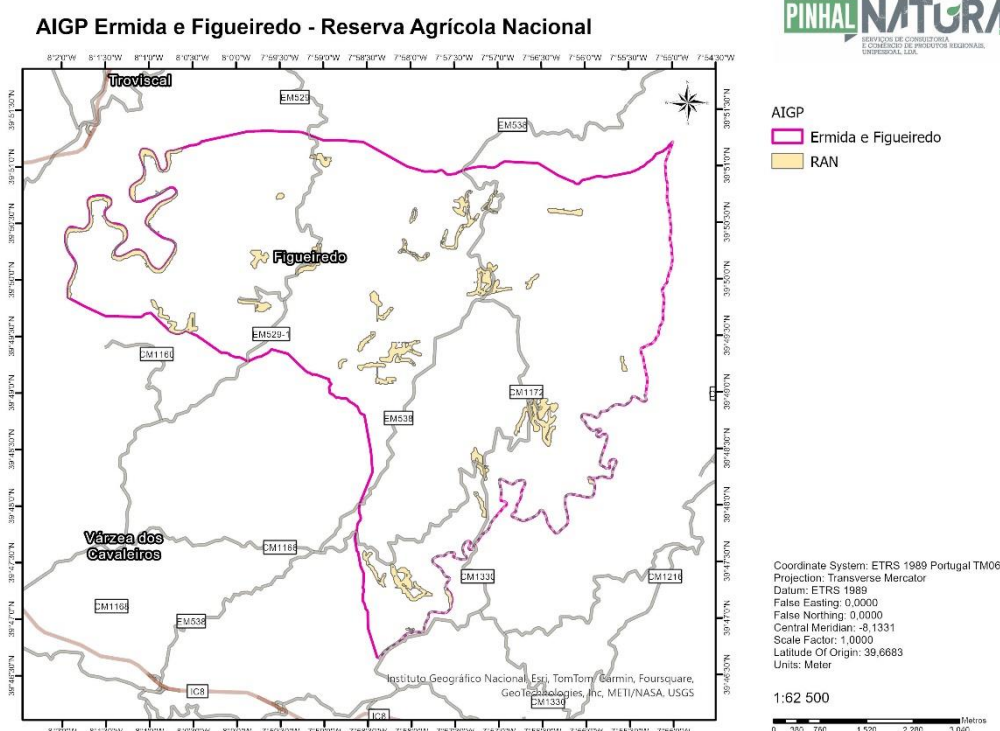


Figura 37 – Mapa da Reserva Agrícola Nacional

Aproveitamentos Hidroagrícolas

Verifica-se a existência de 2 regadios tradicionais com de 6,3 ha, situados junto à localidade de Castanheira e Pisão

Os regadios existentes são regadios tradicionais e estão sob a jurisdição da DRAP.

O Regadio tradicional do Pisão pertence à bacia hidrográfica do Tejo tem um total de área regada de 0,3 ha e beneficia 8 agricultores, a origem é um curso de água natural sem armazenamento de água e o tipo de rega é feito por gravidade por faixas. A cultura regada é: 0% Milho grão.

O Regadio tradicional de Castanheira pertence à bacia hidrográfica do Tejo tem um total de área regada de 6ha e beneficia 29 agricultores, a origem é um curso de água natural e o armazenamento da água é realizado através de açude, o tipo de rega é feito por gravidade por faixas, encontra-se em estado mau de conservação. As culturas regadas são: 0% Milho grão; 0% de Culturas forrageiras.

De acordo com o Regime Jurídico das Obras de Aproveitamento Hidroagrícola, que tutela as obras de aproveitamento hidroagrícola, estes regadios não constituem condicionante ao uso do solo, no entanto nestas áreas deve ser incrementada a atividade agrícola.

A OIGP não contempla a beneficiação destes regadios, podendo ser ponderado posteriormente os investimentos de melhoria da eficiência destes regadios em outros instrumentos ou candidaturas de financiamento.

Linhas de alta tensão e antenas

As servidões administrativas respeitantes a infraestruturas de produção, transporte e distribuição de energia elétrica encontram-se regulamentadas pelo Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 446/76, de 5 de junho, e pelos Decretos Regulamentar n.º 1/92, de 18 de fevereiro e DR n.º 90/84, de 26 de dezembro.

As linhas de Alta tensão de transporte de energia existentes no Município de Sertã não intersectam a área da AIGP Ermida e Figueiredo.

A constituição de servidões radioelétricas segue o regime previsto no Decreto-Lei n.º 597/73, de 7 de novembro.

Considera-se um centro radioelétrico o conjunto de instalações radioelétricas fixas, de emissão ou receção (incluindo antenas), pertencentes ao Estado ou a empresas públicas de telecomunicações ou concessionárias do serviço público de radiocomunicações (artigo 2º do DL n.º 597/73).

Na AIGP Ermida e Figueiredo não é identificada a tipologia de servidão radioelétrica associada a infraestruturas de telecomunicação, não existindo também qualquer servidão radioelétrica associada a centros emissores.

As áreas sujeitas a servidão radioelétrica, no caso de instalações radioelétricas fixas, deve compreender uma zona de desobstrução em que a largura da faixa que têm por eixo a linha que une, em projeção horizontal, as antenas de dois centros radioelétricos, não deverá exceder 50 m para cada lado da linha reta que une os dois centros.

Marcos Geodésicos

Todos os vértices geodésicos pertencentes à Rede Geodésica Nacional (RGN) e todas as marcas de nivelamento pertencentes à Rede de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão (RNGAP), são da responsabilidade da Direção-Geral do Território (DGT). A RGN e a RNGAP constituem os referenciais oficiais para os trabalhos de georreferenciação realizados em território nacional e encontram-se protegidas pelo Decreto-Lei nº 143/82, de 26 de abril.

Relativamente à RGN, deverá ser respeitada a zona de proteção dos marcos, que é constituída por uma área circunjacente ao sinal, nunca inferior a 15 metros de raio e assegurado que as infraestruturas a implantar não obstruem as visibilidades das direções constantes das respetivas minutas de triangulação.

A RGN é composta por um conjunto de pontos coordenados – vértices geodésicos – que possibilitam a referenciação espacial. Esta rede está organizada em três ordens, constituindo as redes geodésicas de 1ª ordem, de 2ª ordem e de 3ª ordem. Em função da ordem da rede a materializar também os vértices ou marcos terão características diferentes (forma e dimensões).

Foi identificado na área de estudo 4 vértices geodésicos pertencentes à RGN, denominados “Figueiredo”, “Fundeiro”, “Cabeço Rainho”, e “Lameira da Serra”.

No que respeita à RNGAP, informa-se que não existem marcas de nivelamento dentro do limite da área desta AIGP.

A integridade física, destes elementos será preservada e as propostas apresentadas continuam a assegurar a não obstrução das visibilidades das direções constantes das respetivas minutas de triangulação das referidas redes.

A informação sobre a localização dos vértices geodésicos da RGN e das marcas de nivelamento da RNGAP pode ser obtida através dos serviços WMS em: <https://www.dgterritorio.gov.pt/dados-abertos>.

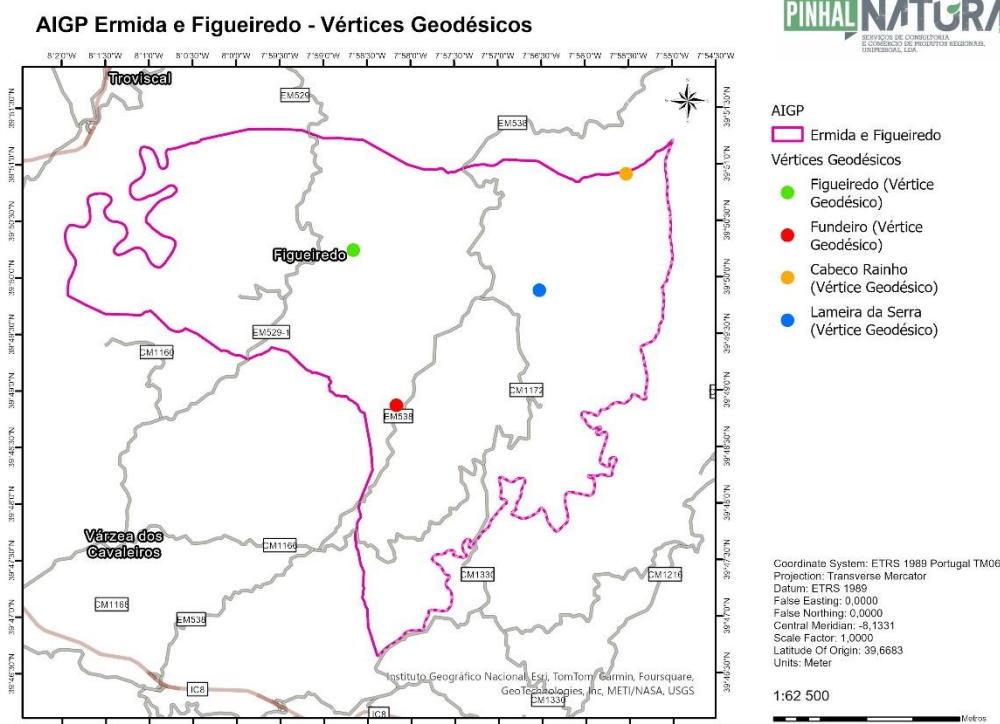


Figura 38 – Vértices Geodésicos e marcas de nivelamento

Domínio hídrico

A rede hidrográfica delimitada na área da AIGP respeita a cartografia 1:25000 e tem aderência ao terreno.

A hidrografia é marcada pela presença de três ribeiras, a Ribeira da Sertã, também conhecida localmente como Ribeira Grande, a Ribeira da Tamolha e a Ribeira da Isna bem como dos seus afluentes.

Todos os cursos de água citados integram a faixa de servidão administrativa do Domínio Hídrico, o que pressupõe que qualquer ação que aí se pretenda levar a efeito, carece de licenciamento/parecer prévio a emitir pelos serviços da APA/ARHTO, ao abrigo do RJ do Domínio Hídrico – Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro e do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, nas suas redações vigentes.

Recursos Cinegéticos

Em relação ao ordenamento cinegético, um dos importantes recursos ligados à floresta, foram identificadas as zonas de caça Associativas e Municipais, estas contribuem para a gestão das espécies das respetivas áreas de intervenção.

A AIGP de Ermida e Figueiredo, cinegeticamente está ordenado a 100%.

No decorrer da implementação da OIGP, nomeadamente no planeamento das ações, serão consultadas as entidades gestoras da zona de caça por forma a evitar efeito negativo da redução de áreas de refúgio da fauna cinegética provocada com a eliminação de matos e as vantagens que resultarão do aumento e dispersão das áreas cultivadas.

Tabela 35 – Zonas de caça na AIGP Ermida e Figueiredo.

Freguesias	Zona de Caça	Designação	Área (ha)
U. F. Sobreira e Ermida e Figueiredo	Municipal	ZCM Ermida e Figueiredo	3995,90

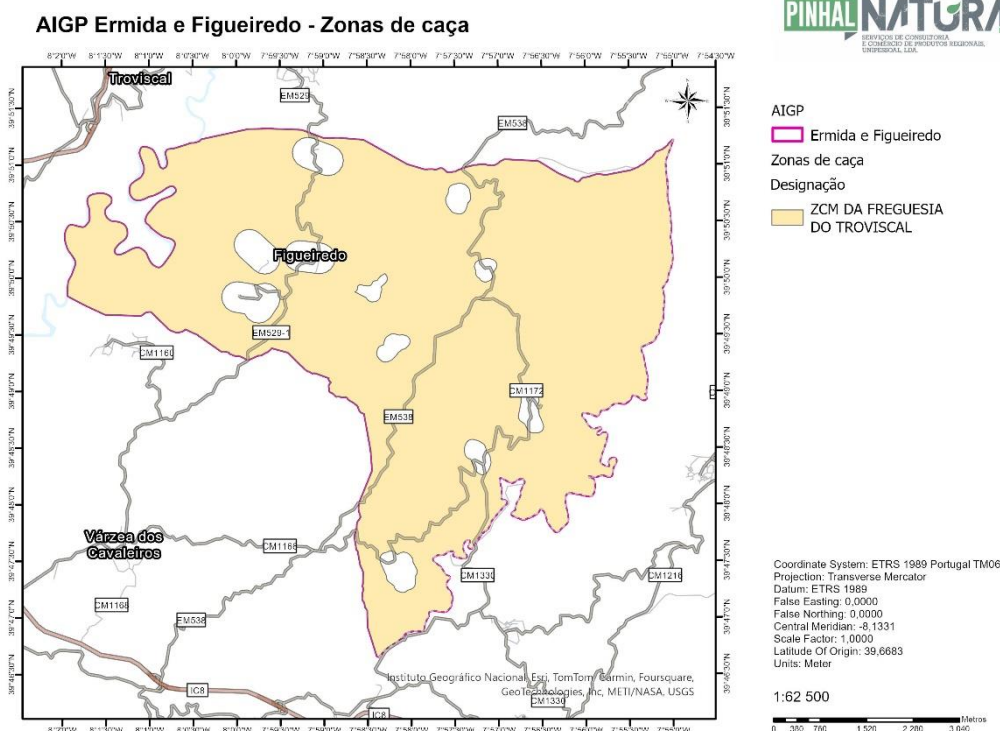


Figura 39 – Zonas de caça municipal e associativa

Recursos Piscícolas

Nos diversos cursos de água e albufeiras existentes no concelho de Sertã, existem várias espécies com interesse para a pesca. Entre as mais importantes, aparecem o Achigã (*Micropterus salmoides*), o Barbo (*Barbus bocagei*), a Boga (*Chondrostoma polylepis*), a Carpa (*Cyprinus carpio*) e o Escalo (*Leuciscus sp.*).

Saliente-se que o achigã (*Micropterus salmoides*) se encontra classificado espécie invasora, encontra-se listado no ANEXO II (Lista Nacional de Espécies Invasoras, conforme previsto no n.º 1 do Artigo 17.º) do Decreto-Lei n.º 92/2019, de 10 de julho e a Carpa (*Cyprinus carpio*) encontra-se listada no ANEXO III (Lista de espécies sujeitas ao regime de exceção, conforme previsto no capítulo IV) do Decreto-Lei n.º 92/2019, de 10 de julho.

Na AIGP de Ermida e Figueiredo existe uma concessão de pesca desportiva, situada na Ribeira da Isna, em que a entidade responsável pela gestão é a Câmara Municipal de Proença-a-Nova. A Concessão de Pesca Desportiva de Malhadal na Ribeira da Isna – com início 100 m a montante da ponte pedonal a jusante da povoação de Cabrieira até ao açude do Corregacho, tem uma extensão de 2,9 km, com a largura média de 12,8 m e uma área de 3,7 ha.

As Zonas geridas por uma Entidade Concessionária (clube ou associação de pescadores, legalmente constituídos, ou Câmaras Municipais), a quem o exclusivo de pesca é atribuído por um período não superior a 10 anos, são sujeitas a Regulamento próprio, onde apenas é permitida a Pesca Desportiva, assim só poderão pescar na concessão de pesca mencionada, os pescadores desportivos que possuam licença especial diária para o próprio dia.

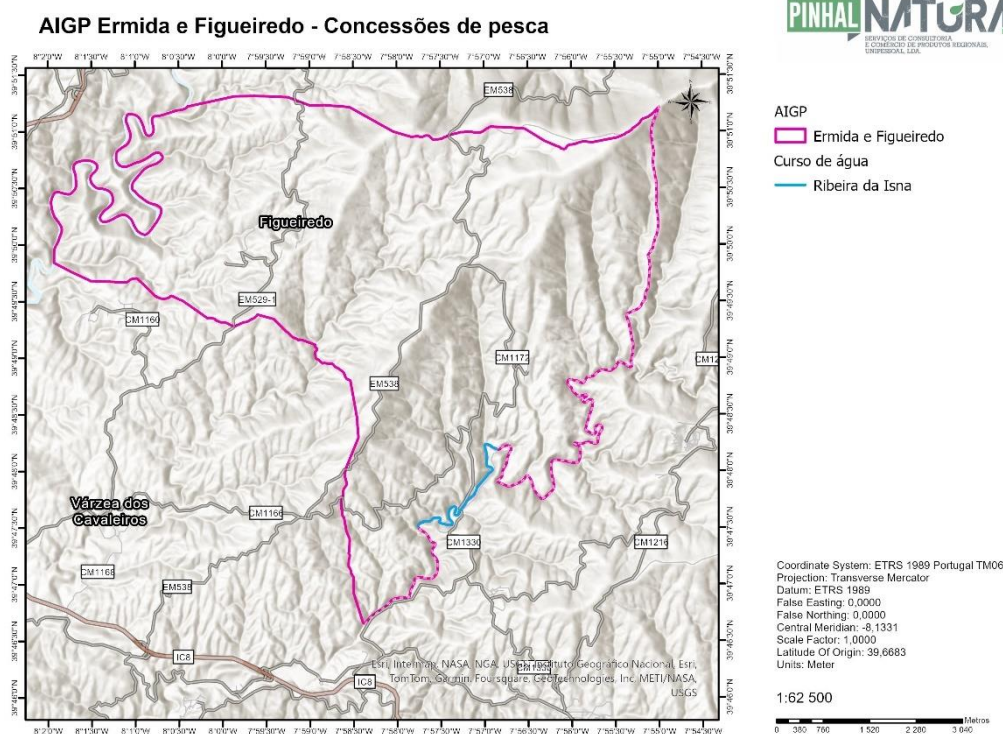


Figura 40 – Concessões de pesca desportiva

d. Planos de Gestão Florestal

O Concelho de Sertã, a par da Região do Pinhal Interior, apresenta uma estrutura fundiária de reduzidas dimensões e muito fragmentada. Este tipo de estrutura aliada a uma mentalidade resistente a mudanças traduz-se em dificuldades acrescidas na implementação dos instrumentos de gestão florestal.

De acordo com PMDFCI de Sertã, no Concelho de Sertã essa dificuldade foi sentida com o desenvolvimento do processo de constituição de uma zona de intervenção florestal. Cujo objetivos de implementação se prendem com a promoção da gestão sustentável da floresta, a recuperação dos espaços florestais e naturais afetados por incêndios e a redução das condições de ignição e propagação de incêndios.

Porém, atendendo à complexidade processual necessária, à dispersão geográfica dos proprietários, conduziu a que aqueles constituintes do núcleo fundador acabassem por desistir do processo (PMDFCI da Sertã).

De acordo com o PMDFCI da Sertã em vigor, relativamente aos PGF, instrumento básico de ordenamento das explorações, que regulam as intervenções de natureza cultural e ou de exploração e visam a produção sustentada dos bens ou serviços originados em espaços florestais, registam-se 2 áreas com PGF no concelho da Sertã, totalizando 44,65ha, para os quais se desconhecem os gestores. Nas áreas com PGF existe um pressuposto de que são contempladas as ações de DFCI para as propriedades sob gestão, sendo a responsabilidade do cumprimento do aprovado da responsabilidade do ICNF, uma vez que o Gabinete Florestal do município desconhece o conteúdo e programação dessas mesmas ações. Dentro dos limites da AIGP Ermida e Figueiredo desconhece-se a existência de PGF.

De acordo com o número 4 do art.º 17º do Decreto-Lei nº 28-A/2020, na sua atual redação, o conteúdo dos PGF preexistentes na área abrangida pela OIGP é incorporado na proposta de OIGP, podendo sofrer alterações decorrentes da aprovação desta, assim conclui-se que a existência deste tipo de planos em vigor na área da OIGP não constitui qualquer entrave na definição do modelo de exploração.

A2.4 Ações de divulgação e de acompanhamento junto dos atores locais e proprietários

Os processos participativos promovem o contributo da sociedade civil na tomada de decisão em todos os aspetos do planeamento e gestão florestal. Este modelo capacita as partes interessadas a cooperar, em interação direta, com os tomadores de decisão em diferentes níveis de gestão e fomenta o acesso oportuno à informação.

A participação pública na elaboração da OIGP constitui uma etapa obrigatória e que antecede a aprovação da proposta. O acompanhamento da execução da OIGP garante a participação pública no seguimento das ações a realizar e a integração contínua de novas visões para a AIGP.

Desde o início da constituição da AIGP Ermida e Figueiredo que foram efetuadas várias ações de divulgação e informação junto dos proprietários, realizadas, numa primeira fase, pela União de Freguesias de Ermida e Figueiredo e que constam nos relatórios submetidos por esta entidade.

Após o reconhecimento da Entidade Gestora da referida AIGP, essa tarefa passou também a contar com a colaboração da Pinhal Natural.

À data da elaboração da presente OIGP foram realizadas as reuniões junto dos proprietários com vista a promover a sua adesão à OIGP, indicadas no cartaz de divulgação:



Figura 41 – Cartaz de divulgação das AIGP Ermida e Figueiredo

Acrescem a estas iniciativas os contatos estabelecidos pessoalmente entre os técnicos da Pinhal Natural, os proprietários e entidades relevantes (Juntas de Freguesia e Associações) para divulgação e esclarecimento sobre as AIGP.

B. PROGRAMAÇÃO DA EXECUÇÃO

B.1 Unidades de Intervenção

a. Mapeamento das Unidades de intervenção

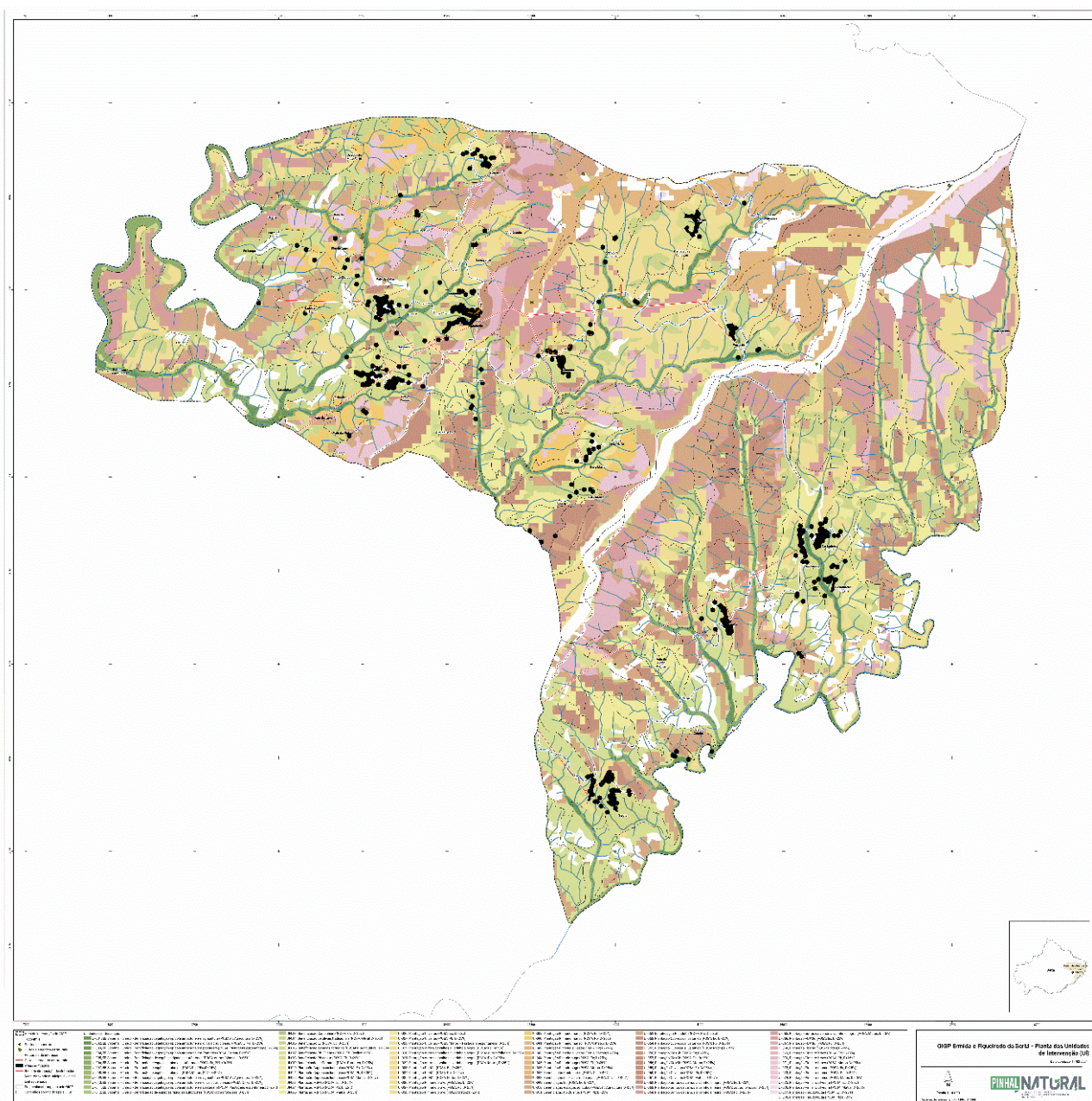


Figura 42 – Planta das Unidades de Intervenção (UI)

b. Quadro das unidades de intervenção

Tabela 36 – Quadro das Unidades de Intervenção

Unidades de intervenção		Função principal	Tipo de intervenção	Área (ha)
UI-001	EE Sistema Húmido - Beneficiação vegetação ripícola autóctone em agricultura (POSA _{n1} : Agricultura; D<25%)	Conservação	Valorização	65,74
UI-002	EE Sistema Húmido - Beneficiação vegetação ripícola autóctone em olivais tradicionais (POSA: Olival; D<25%)	Conservação	Valorização	13,72
UI-003	EE Sistema Húmido - Beneficiação vegetação ripícola autóctone em pastagem (POSA: Pastagens espontâneas; D<25%)	Conservação	Valorização	2,15
UI-004	EE Sistema Húmido - Beneficiação vegetação ripícola autóctone em Pomares (POSA: Pomar; D<25%)	Conservação	Valorização	0,28
UI-005	EE Sistema Húmido - Beneficiação de espécies ripícolas autóctones (POSA: outras folhosas; D<25%)	Conservação	Valorização	36,25
UI-006	EE Sistema Húmido - Plantação de espécies ripícolas autóctones (POSA: Ec; 25%<D>25%)	Conservação	Reconversão	67,62
UI-007	EE Sistema Húmido - Plantação de espécies ripícolas (POSA Pb; 25%<D>25%)	Conservação	Reconversão	185,38
UI-008	EE Sistema Húmido - Plantação de espécies ripícolas (POSA Matos; 25%<D>25%)	Conservação	Reconversão	48,50
UI-009	EE Sistema Húmido - Beneficiação vegetação ripícola autóctone em agricultura (POSA _{n1} : Agricultura; D>25%)	Conservação	Valorização	1,97
UI-010	EE Sistema Húmido - Beneficiação vegetação ripícola autóctone em olivais tradicionais (POSA: Olival; D>25%)	Conservação	Valorização	1,30
UI-011	EE Sistema Húmido - Beneficiação vegetação ripícola autóctone em pastagem (POSA: Pastagens espontâneas; D>25%)	Conservação	Valorização	0,04
UI-012	EE Sistema Húmido - Beneficiação de espécies ripícolas autóctones (POSA: outras folhosas; D>25%)	Conservação	Valorização	3,92
UI-013	Beneficiação Castanheiro (POSA: Cs; D<25%)	Produção	Valorização	1,12
UI-014	Beneficiação de olivais tradicionais (POSA: Olival; D<25%)	Produção	Valorização	12,10
		Proteção	Valorização	20,80

UI-015	Beneficiação Ec (POSA: Ec; D<25%)	Produção	Valorização	293,72
UI-016	Beneficiação espaços agrícolas (POSA: Agricultura; D<25%)	Produção	Valorização	59,90
		Proteção	Valorização	131,00
UI-017	Beneficiação Pb 20 anos (POSA: Pb; Declive <25%)	Produção	Valorização	243,56
UI-018	Beneficiação Pb adulto (POSA: Pb; D<25%)	Produção	Valorização	1,58
UI-019	Beneficiação de Pomares (POSA: Pomares; D<25%)	Produção	Valorização	1,18
		Proteção	Valorização	0,58
UI-020	Plantação Cupressus lusitanica (POSA: Ec; D<25%)	Conservação	Reconversão	3,56
UI-021	Plantação Cupressus lusitanica (POSA: Pb; D<25%)	Conservação	Reconversão	6,33
UI-022	Plantação Cupressus lusitanica (POSA: Matos; D<25%)	Conservação	Reconversão	37,54
UI-023	Plantação Md+Sb (POSA: Ec; D<25%)	Produção	Reconversão	2,26
UI-024	Plantação Md+Sb (POSA: Pb; D<25%)	Produção	Reconversão	170,58
UI-025	Plantação Md+Sb (POSA: Matos; D<25%)	Produção	Reconversão	51,65
UI-026	Plantação Oliveiras (POSA: Ec; D<25%)	Proteção	Reconversão	19,55
UI-027	Plantação Oliveiras (POSA: Pb; D<25%)	Produção	Reconversão	0,75
		Proteção	Reconversão	79,75
UI-028	Plantação Oliveiras (POSA: Matos + Pastagens espontâneas; D<25%)	Produção	Reconversão	1,10
		Proteção	Reconversão	3,93
UI-029	Plantação outros carvalhos alvarinho e negral (POSA: Ec; D<25%)	Conservação	Reconversão	12,80
UI-030	Plantação outros carvalhos alvarinho e negral (POSA: outras folhosas; D<25%)	Conservação	Reconversão	0,63

UI-031	Plantação outros carvalhos alvarinho e negral (POSA: Pb; D<25%)	Conservação	Reconversão	291,10
UI-032	Plantação outros carvalhos alvarinho e negral (POSA: Matos; D<25%)	Conservação	Reconversão	24,35
UI-033	Plantação Pb+Md (POSA: Ec; D<25%)	Produção	Reconversão	0,06
UI-034	Plantação Pb+Md (POSA: Pb; D<25%)	Produção	Reconversão	0,00
UI-035	Plantação Pb+Md (POSA: Matos; D<25%)	Produção	Reconversão	35,19
UI-036	Plantação Pinheiro bravo (POSA: Ec; D<25%)	Produção	Reconversão	0,22
UI-037	Plantação Pinheiro bravo (POSA: Pb; D<25%)	Produção	Valorização	135,47
UI-038	Plantação Pinheiro bravo (POSA: Matos; D<25%)	Produção	Reconversão	19,08
UI-039	Plantação Pinheiro manso (POSA: Ec; D<25%)	Produção	Reconversão	22,86
UI-040	Plantação Pinheiro manso (POSA: Pb; D<25%)	Produção	Reconversão	82,06
UI-041	Plantação Pinheiro manso (POSA: Matos; D<25%)	Produção	Reconversão	1,41
UI-042	Plantação Pinheiro silvestre (POSA: Ec; D<25%)	Conservação	Reconversão	1,02
UI-043	Plantação Pinheiro silvestre (POSA: Matos; D<25%)	Conservação	Reconversão	16,19
UI-044	Plantação Pseudotsuga (POSA: Ec; D<25%)	Conservação	Reconversão	23,50
UI-045	Plantação Pseudotsuga (POSA: Pb; D<25%)	Conservação	Reconversão	84,32
UI-046	Plantação Pseudotsuga (POSA: Matos; D<25%)	Conservação	Reconversão	33,80
UI-047	Beneficiação Castanheiro (POSA: Cs; D>25%)	Produção	Valorização	2,92
UI-048	Beneficiação de olivais tradicionais (POSA: Olival; D>25%)	Produção	Valorização	16,03
		Proteção	Valorização	2,72
UI-049	Beneficiação Ec (POSA: Ec; D>25%)	Produção	Valorização	328,77

UI-050	Beneficiação espaços agrícolas (POSA: Agricultura; D>25%)	Produção	Valorização	10,44
		Proteção	Valorização	7,86
UI-051	Beneficiação Pb 20 anos (POSA: Pb; D>25%)	Produção	Valorização	116,81
UI-052	Beneficiação Pb adulto (POSA: Pb; D>25%)	Produção	Valorização	0,01
UI-053	Plantação Cupressus lusitanica (POSA: Ec; D>25%)	Conservação	Reconversão	9,09
UI-054	Plantação Cupressus lusitanica (POSA: Pb; D>25%)	Conservação	Reconversão	4,18
UI-055	Plantação Cupressus lusitanica (POSA: Matos; D>25%)	Conservação	Reconversão	66,64
UI-056	Plantação Md+Sb (POSA: Ec; D>25%)	Produção	Reconversão	6,54
UI-057	Plantação Md+Sb (POSA: Pb; D>25%)	Produção	Reconversão	164,95
UI-058	Plantação Md+Sb (POSA: Matos; D>25%)	Produção	Reconversão	25,92
UI-059	Plantação Oliveiras (POSA: Ec; D>25%)	Proteção	Reconversão	2,94
UI-060	Plantação Oliveiras (POSA: Pb; D>25%)	Proteção	Reconversão	29,06
UI-061	Plantação Oliveiras (POSA: Matos; D>25%)	Proteção	Reconversão	0,11
UI-062	Plantação outros carvalhos alvarinho e negral (POSA: Ec; D>25%)	Conservação	Reconversão	7,53
UI-063	Plantação outros carvalhos alvarinho e negral (POSA: outras folhosas; D>25%)	Conservação	Reconversão	1,30
UI-064	Plantação outros carvalhos alvarinho e negral (POSA: Pb; D>25%)	Conservação	Reconversão	233,49
UI-065	Plantação outros carvalhos alvarinho e negral (POSA: Matos; D>25%)	Conservação	Reconversão	33,06
UI-066	Plantação Pb+Md (POSA: Ec; D>25%)	Produção	Reconversão	0,24
UI-067	Plantação Pb+Md (POSA: Pb; D>25%)	Produção	Reconversão	0,00
UI-068	Plantação Pb+Md (POSA: Matos; D>25%)	Produção	Reconversão	9,12

UI-069	Plantação Pinheiro bravo (POSA: Ec; D>25%)	Produção	Reconversão	0,77
UI-070	Plantação Pinheiro bravo (POSA: Pb; D>25%)	Produção	Valorização	131,09
UI-071	Plantação Pinheiro bravo (POSA: Matos; D>25%)	Produção	Reconversão	25,78
UI-072	Plantação Pinheiro manso (POSA: Ec; D>25%)	Produção	Reconversão	15,97
UI-073	Plantação Pinheiro manso (POSA: Pb; D>25%)	Produção	Reconversão	58,53
UI-074	Plantação Pinheiro manso (POSA: Matos; D>25%)	Produção	Reconversão	0,64
UI-075	Plantação Pinheiro silvestre (POSA: Ec; D>25%)	Conservação	Reconversão	0,51
UI-076	Plantação Pinheiro silvestre (POSA: Matos; D>25%)	Conservação	Reconversão	25,14
UI-077	Plantação Pseudotsuga (POSA: Ec; D>25%)	Conservação	Reconversão	7,00
UI-078	Plantação Pseudotsuga (POSA: Pb; D>25%)	Conservação	Reconversão	32,85
UI-079	Plantação Pseudotsuga (POSA: Matos; D>25%)	Conservação	Reconversão	71,44
UI-SI	Sem investimento	Produção	n.a	173,98
UI_FGC	Faixas de Gestão de Combustível	Proteção	n.a	169,41
TOTAL				4146,34

Nas áreas coincidentes com as FGC UI-FGC (Faixas de Gestão de Combustível) associadas à Rede Primária, e Rede Secundária (associada à rede viária florestal, à rede de transporte de energia elétrica, à rede de produção de energia eólica e à rede de estradas principais não se preconizou ações uma vez que estas áreas são executadas e geridas por outras entidades, ICNF, Município de Sertã, E REDES, GENERG, e Infraestruturas de Portugal. A UI-SI (Sem Intervenção) são áreas de povoamentos de Eucalipto não ardidos nos últimos 10 anos, onde não estão previstas intervenções financiadas no âmbito da transformação da paisagem. Estas áreas serão igualmente geridas seja pela entidade gestora ou pelos proprietários. Os territórios artificializados totalizam a área de 114,33ha e os cursos de água naturais ocupam 13,34ha.

Tabela 37 – Densidades de plantação por espécie

Espécie	Densidade de Plantação
Pinheiro-bravo (Pb)	1300
Misto de Carvalhos	950
Pinheiro manso (Pm)	850
Misto Sb+Md	950
<i>Pseudotsuga menziesii</i>	1300
<i>Cupressus lusitanica</i>	1200
<i>Pinus sylvestris</i>	1300
Oliveiras	230
Espécies Ripícolas	625

Adequabilidade da UI e respetivas ações previstas face aos objetivos

Nesta proposta, as ações de arborização e de re-arborização irão respeitar as normas técnicas de silvicultura de instalação de povoamentos florestais, estabelecidas na Portaria n.º 15-A/2018 de 12 de janeiro e as ações de valorização/beneficiação preconizadas irão respeitar as normas e os princípios de Boas Práticas Florestais.

No que respeita às faixas do Domínio Hídrico presentes nas UIs identificadas no capítulo do Domínio Hídrico desta proposta - faixas de proteção das linhas de água (linhas de água torrenciais ou temporárias: largura de 5 metros para cada lado; linhas de água permanentes não navegáveis: largura de 10 metros para cada lado) - irá ser garantida a manutenção de uma parte significativa da vegetação espontânea, o controlo da vegetação espontânea será realizado de forma manual ou motomanual. Irão ser preservadas, em ambas as situações referidas, algumas faixas de conservação de vegetação espontânea regularmente distanciadas e dispostas em curva de nível. Irão ser igualmente conservadas ou restauradas as espécies florestais ripícolas autóctones existentes. A plantação será realizada de forma manual e só ocorrerá caso seja proposto a plantação com

espécies autóctones. Em suma, as operações florestais a realizar na faixa de proteção da linha de água serão preferencialmente manuais.

Em todas as ações previstas, a mobilização do solo será sempre realizada em curva de nível por forma a garantir taxas de retenção e infiltração de água elevadas e, consequentemente, menores riscos de erosão, e sempre que haja necessidade de realizar o controlo do escoamento concentrado da água ou de minimizar riscos de encharcamento ou assoreamento prolongados, a mobilização do solo será realizada com uma ligeira inclinação lateral, com o objetivo de melhorar a drenagem do terreno. Não irão ser realizadas quaisquer ações de mobilização do solo com recurso a balde de escavadora giratória ou de retroescavadora, bem como mobilizações segundo o maior declive.

Nas ações de arborização e de rearborização, nas UI com declive <25%, as técnicas de mobilização do solo propostas são a ripagem, feita a uma profundidade de 50 a 70 cm, precedida de limpeza de matos com corta-matos ou grade.

Nas UI com declive >25%, poderá recorrer-se à técnica de armação em terraços caso se considere esta técnica de mobilização do solo a mais adequada às condições que estão no terreno.

Em declives >25% está proposto, nas áreas com vegetação espontânea onde a dimensão ou densidade obriga a realizar previamente operações específicas de controlo, a preparação manual ou motomanual localizada ou em faixas, de acordo com o estabelecido na alínea b) do número 5 do Anexo da Portaria n.º 15-A/2018 de 12 de janeiro, que descreve as Normas técnicas de instalação de povoamentos florestais.

O recurso a equipamentos mecânicos só ocorrerá caso se verifique não existir perigo e riscos para a saúde e a segurança do operador e máquina e/ou o risco de erosão do solo e de perda de biodiversidade. No caso de existir o perigo e riscos referidos anteriormente, as operações serão realizadas de forma manual ou motomanual em faixas ou localizada.

No caso da ocupação anterior (POSA) ser eucalipto e pinheiro bravo e onde se propõe uma nova plantação, poderá ter que realizar-se as ações de abate das árvores e destruição cepos com recurso a enxó, de forma a manter enterrado a maior parte do sistema radicular, constituído este um reforço de matéria orgânica no solo. Sabendo que a decomposição dos cepos de pinheiro bravo assume um período de 5 a 10 anos, em função das condições edafoclimáticas do local, a operação de destruição de cepos irá facilitar o trabalho das máquinas necessárias para a mobilização do solo que antecede a instalação do novo povoamento. Esta operação será condicionada nas áreas de proteção às linhas de água do domínio hídrico, optando-se nestas áreas por outras ações como a eliminação periódica da rebentação ou desvitalização de cepos, estas ações compatíveis com as restrições existentes,

nomeadamente a cobertura do cepo. Para a instalação das áreas com restrições de domínio hídrico, poderá optar-se pela plantação de maneira desencontrada (quincôncio).

Relativamente ao «Controlo da Vegetação Espontânea» salienta-se o referido no “Manual de apoio à análise de projetos de âmbito florestal” (ICNB, I.P., 2009):

“No caso da remoção mecânica, o mais aconselhável é privilegiar técnicas de limpeza de matos que não mobilizem o solo, recorrendo-se para tal ao uso de corta-matos. Estes podem ser de eixo vertical, equipados com lâminas, discos, facas ou correntes, para a vegetação herbácea ou arbustiva pouco ou medianamente desenvolvida; ou de eixo horizontal, também chamados destroçadores, para vegetação arbustiva muito desenvolvida) (DGRF 2003). Nestas técnicas não há corte radicular do mato, sendo a parte aérea fracionada em maior ou menor grau, conseguindo-se mais valias no que respeita à conservação do solo (reduz os riscos de erosão) e da água (a cobertura morta reduzirá a evaporação da água do solo) (Teixeira 1995). Por outro lado, não havendo mobilização, não há enterramento de sementes, o que dificulta o desenvolvimento das espécies arbustivas com elevada capacidade de regeneração por via seminal (são vários os exemplos de “sementeiras” de estevas, acácias e herbáceas adventícias através de mobilizações, as quais criam condições ótimas para uma recolonização mais agressiva por parte destas espécies, obtendo-se o resultado contrário ao pretendido). O seu efeito é tão mais duradouro quanto menor a capacidade de regeneração da vegetação através de rebentos de toija ou de raiz (DGRF 2003).

A destruição total da vegetação pode implicar o aparecimento de pragas, como as de insetos dos géneros *Brachyderes sp.* e *Anoxia sp.*, que podem ser responsáveis por elevadas taxas de mortalidade em povoamentos jovens. Louro (1999) refere que no concelho de Alcoutim foi identificada uma praga *Brachyderes lusitanicus*, que se alimenta preferencialmente de mato, quase sempre estava, nos povoamentos onde este não tinha sido limpo. Nos casos onde a limpeza de mato tinha sido executada, o ataque era mais intenso nas plantas jovens. Situação idêntica foi observada também próximo de Castelo Branco.”

Face ao exposto anteriormente, na implementação da OIGP o controlo da vegetação espontânea poderá ser realizada em faixas por forma a evitar a ocorrência de ataques de pragas.

Nas ações de ações de arborização e rearborização e valorização/beneficiação, sempre que se detete a presença de exemplares:

- Sobreiros e de azinheiras, protegidos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, na sua redação atual - será dado cumprimento ao quadro legal identificado. Os exemplares detetados durante o decorrer das ações serão preservados. A condução silvícola seguirá o modelo de silvicultura para a espécie detetada de acordo com os modelos constantes no Caderno E do PROF-

CL. Caso se verifique a necessidade de efetuar poda ou abate (arranque/corte) será solicitado a respetiva autorização ao Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P.;

- Azevinho espontâneo *Ilex aquifolium*, protegido ao abrigo do Decreto-Lei n.º 423/89, de 04 de dezembro, também conhecido por pica-folha, visqueiro ou zebro - será dado cumprimento ao quadro legal identificado, preservando os exemplares.

- Espécies exóticas da flora e da fauna, reguladas pelo Decreto-Lei n.º 92/2019, de 10 de julho, na sua redação atual - caso sejam detetadas, será dado cumprimento ao quadro legal identificado. Na presença de espécies invasoras, constantes na Lista Nacional de Espécies Invasoras, serão adotadas as medidas de gestão adequadas para a espécie identificada.

Nas áreas de produção foram escolhidas espécies adaptadas às condições edafoclimáticas, no entanto entende-se que para ir de encontro do objetivo dos proprietários, é importante assegurar a possibilidade de um conjunto de ocupações e espécies alternativas. As alterações só poderão ocorrer desde que cumpram os objetivos das funções gerais dos espaços florestais elencadas e a lista de espécies a privilegiar para as SRH identificadas no PROF-CL e/ou as constantes na Matriz de Aptidão e Transformação do PRGP-PIS.

Às espécies alternativas aplicar-se-ão os modelos de silvicultura constantes no PROF-CL.

Sempre que aplicável, será solicitado o prévio vinculativo na eventual intervenção ou utilização não agrícola na área RAN, conforme estipula a alínea e), n.º 1 do Artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31 de março, na sua redação atual.

No caso de se recorrer ao arranque/corte de oliveiras será obtida a autorização prévia junto da DRAPC, fazendo cumprir o estipulado no Decreto-Lei nº 120/86, de 28 de maio.

B.2 Modelo de Exploração florestal

Tabela 38 – Quadro do Modelo de Exploração Florestal (parcelas)

Parcela	Área (ha) Parcela	Unidade de Intervenção	Área (ha) UI
1a	85,20	Beneficiação de vegetação ripícola autóctone em agricultura	67,72
		UI-001	65,74
		UI-009	1,97
		Beneficiação de vegetação ripícola autóctone em Olival	15,01
		UI-002	13,72
		UI-010	1,30
		Beneficiação de vegetação ripícola autóctone em pastagem	2,19
		UI-003	2,15
		UI-011	0,04
		Beneficiação de vegetação ripícola autóctone em Pomares	0,28
		UI-004	0,28
1b	262,62	Beneficiação espaços agrícolas	209,21
		UI-016	190,91
		UI-050	18,30
		Beneficiação Pomares	1,76
		UI-019	1,76
		Beneficiação de olival tradicional	51,65
		UI-014	32,90
		UI-048	18,76
2	796,47	Beneficiação Ec	622,49
		UI-015	293,72
		UI-049	328,77
		Sem investimento	173,98
		UI-SI	173,98
3	361,95	a. Beneficiação Pb 20 anos	360,37
		UI-017	243,56
		UI-051	116,81
		b. Beneficiação Pb adulto	1,59
		UI-018	1,58
		UI-052	0,01
4	40,17	Beneficiação espécies ripícolas autóctones	40,17
		UI-005	36,25
		UI-012	3,92
5	4,04	Beneficiação Castanheiro	4,04
		UI-013	1,12
		UI-047	2,92
6	312,41	Plantação Pinheiro bravo	312,41
		UI-036	0,22
		UI-037	135,47
		UI-038	19,08
		UI-069	0,77

		UI-070	131,09
		UI-071	25,78
7	44,61	Plantação Pb+Md	44,61
		UI-033	0,06
		UI-034	0,00
		UI-035	35,19
		UI-066	0,24
		UI-067	0,00
		UI-068	9,12
8	127,35	Plantação Cupressus lusitanica	127,35
		UI-020	3,56
		UI-021	6,33
		UI-022	37,54
		UI-053	9,09
		UI-054	4,18
		UI-055	66,64
9	301,50	Plantação espécies ripícolas autóctones	301,50
		UI-006	67,62
		UI-007	185,38
		UI-008	48,50
10	137,19	Plantação Oliveiras	137,19
		UI-026	19,55
		UI-027	80,51
		UI-028	5,03
		UI-059	2,94
		UI-060	29,06
		UI-061	0,11
11	604,27	Plantação outros carvalhos (alvarinho e negral)	604,27
		UI-029	12,80
		UI-030	0,63
		UI-031	291,10
		UI-032	24,35
		UI-062	7,53
		UI-063	1,30
		UI-064	233,49
		UI-065	33,06
12	421,90	Plantação Md+Sb	421,90
		UI-023	2,26
		UI-024	170,58
		UI-025	51,65
		UI-056	6,54
		UI-057	164,95
		UI-058	25,92
13	42,86	Plantação Pinheiro silvestris	42,86
		UI-042	1,02

		UI-043	16,19
		UI-075	0,51
		UI-076	25,14
14	252,91	Plantação Pseudotsuga	252,91
		UI-044	23,50
		UI-045	84,32
		UI-046	33,80
		UI-077	7,00
		UI-078	32,85
		UI-079	71,44
15	181,48	Plantação Pinheiro manso	181,48
		UI-039	22,86
		UI-040	82,06
		UI-041	1,41
		UI-072	15,97
		UI-073	58,53
		UI-074	0,64
FGC	169,41	FGC (8) - Rede Primária - FIC	15,16
		UI_FGC	15,16
		FGC (8) - Rede Primária - FRC	82,94
		UI_FGC	82,94
		FGC Rede Secundária - Proteção de Infraestruturas	71,32
		UI_FGC	71,32

O modelo de exploração das parcelas referidas anteriormente estará a cargo da entidade gestora.

As operações a realizar no ano 0 são as descritas no Quadro 2 anexo à presente proposta.

Tabela 39 - Quadro do Modelo de Exploração Florestal (operações)

Parcela	Área (ha) Parcela	UI	Área (ha) UI	Plano de intervenções culturais e de manutenção		Programa de Cortes	
				Calendarização	Natureza da intervenção	Calendarização	Tipo de corte (final ou Cultural)
1a	85,2	Beneficiação de vegetação ripícola autóctone em agricultura UI-001; UI-009	67,72	1º ano	Eliminação do material sem interesse ecológico. Limpeza seletiva e Podas e/ou Desramações		
					Remoção de eventual material ardido e resíduos florestais no leito da linha de água		
		Beneficiação de vegetação ripícola autóctone em Olival UI-002; UI-010	15,01	Após o 1º ano sempre que necessário	Controlo de vegetação espontânea e Podas e/ou Desramações		
				1º ano	Retanchas. Controlo de vegetação espontânea seletiva e localizada para diminuição da competição com as jovens plantas		
				Após o 1º ano sempre que necessário	Controlo de vegetação espontânea e Podas e/ou Desramações		

		Beneficiação de vegetação ripícola autóctone em pastagem UI-003; UI-011	2,19	1º ano	Retanchas. Controlo de vegetação espontânea seletiva e localizada para diminuição da competição com as jovens plantas		
				Após o 1º ano sempre que necessário	Controlo de vegetação espontânea		
		Beneficiação de vegetação ripícola autóctone em Pomares UI-004	0,28	1º ano	Retanchas. Controlo de vegetação espontânea seletiva e localizada para diminuição da competição com as jovens plantas		
				Após o 1º ano sempre que necessário	Controlo de vegetação espontânea e Podas e/ou Desramações		
		Beneficiação espaços agrícolas UI-016; UI-050	209,21	Espaços agrícolas heterogéneas, o tipo de agricultura praticada é familiar, agricultura de subsistência, em que são cultivados os bens essenciais para as famílias para consumo próprio. Controlo da vegetação espontânea infestante realizadas anualmente e podas quando se demonstre necessário.			
		Beneficiação Pomares UI-019	1,76	Produção de várias espécies de árvores de fruto, tratando-se de pomares de sequeiro tradicional. Controlo da vegetação espontânea infestante realizadas anualmente e podas quando se demonstre necessário.			
1b	262,62						

		Beneficiação de olival tradicional UI-014; UI-048	51,65	Controle da vegetação espontânea infestante e podas realizadas anualmente nos olivais existentes. Na poda de produção corta-se o mínimo possível, proporcionando determinado volume de copa, contudo é importante garantir a entrada de luz, a fim de manter elevada a relação folha/madeira. A poda deve ser regular de acordo com a disponibilidade de água no olival, para alcançar produções constantes com frutos de qualidade e de bom rendimento. A poda faz-se do Outono (após a colheita), ao fim do Inverno, fora da época de geadas, durante o período de dormência vegetativa, portanto, antes da floração. Produz na madeira do ano anterior, por isso não interessa guardar ramos velhos. Quanto mais intensa for a poda, maior vai ser a resposta de novas rebentações da oliveira. Por isso é melhor uma poda ligeira frequente do que uma poda drástica de anos em anos, optando por guardar os ramos com melhor exposição solar.			
2	796,47	Beneficiação Ec UI-015; UI-049	622,49	3º ano	Controlo de vegetação espontânea	5.º Ano	Corte de exploração
		Sem investimento UI-SI	173,98	0º ano	Controlo de vegetação espontânea	2º Ano	Corte de exploração
3	361,95	a. Beneficiação Pb 20 anos UI-017; UI-051	360,37	Aos 25 anos	Controlo de vegetação espontânea. repetir de 5 em 5 anos	Entre os 25 a 30 anos	2.º Desbaste
						Entre os 35 a 40 anos	3.º Desbaste
						Entre os 40 e os 45 anos	Corte final
		b. Beneficiação Pb adulto UI-018; UI-052	1,59			Entre os 40 e os 45 anos	Corte final

4	40,17	Beneficiação espécies ripícolas autóctones UI-005; UI-012	40,17	1.º ano	Limpeza seletiva e Podas e/ou Desramações		
				2.º ano	Controlo de vegetação espontâneas eletiva e localizada		
				Aos 5 anos, 10 anos, 15 anos	Controlo de vegetação espontânea. repetir de 5 em 5 anos		
5	4,04	Beneficiação Castanheiro UI-013; UI-047	4,04	Aos 30 anos	Controlo de vegetação espontânea. repetir de 5 em 5 anos	Entre os 40 e 50 anos	Corte de realização
				Aos 35 anos	Poda/desramação		
6	312,41	Plantação Pinheiro bravo UI-036; UI-037; UI-038; UI-069; UI-070; UI-071	312,41	Entre a retancho e os 10 anos	2 a 3 limpezas de mato	Entre os 15 a 20 anos	1.º Desbaste
				Entre os 8 e os 10 anos	Limpeza de povoamento	Entre os 25 a 30 anos	2.º Desbaste
				Entre os 10 e os 15 anos	Desramação	Entre os 35 a 40 anos	3.º Desbaste
						Entre os 40 e os 45 anos	Corte final
7	44,61	Plantação Pb+Md	44,61	1º ano	Retancho	Entre os 15 a 20 anos	1.º Desbaste

		UI-033; UI-034; UI-035; UI-066; UI-067; UI-068		Entre os 2 a 10 anos	Limpeza de mato	Entre os 25 a 30 anos	2.º Desbaste
				3.º Ano	Poda de formação, eliminar os ramos débeis ou secos da base, de 5 em 5 anos (Md)	Entre os 35 a 40 anos	3.º Desbaste
				Entre os 4 a 6 anos	Limpeza de povoamento	Entre os 40 e os 45 anos	Corte final (Pb)
				Entre os 15 a 20 anos	Desramação		
8	127,35	Plantação Cupressus lusitanica UI-020; UI-021; UI-022; UI-053; UI-054; UI-055	127,35	Entre os 2 a 10 anos	Limpeza de mato	A partir dos 13 a 18 anos	Desbaste
				Entre os 4 a 6 anos	Limpeza de povoamento	Aos 45 Anos	Corte final
				Aos 5 anos, 10 anos, 15 anos	Desramação		
9	301,5	Plantação espécies ripícolas autóctones UI-006; UI-007; UI-008	301,5	As espécies ripícolas autóctones a instalar são as definidas no PROF-CL e listadas para as linhas de água da Tabela 32 - Matriz de transição para o Concelho de Sertã (Fonte: adaptada do PRGP-PIS)			
				1º Ano	Retanchar. Controlo de vegetação espontânea se necessário.		

				3º Ano	Controlo de vegetação espontânea e Podas e/ou Desramações sempre que necessário		
				Aos 5 anos, 10 anos, 15 anos	Controlo de vegetação espontânea. repetir de 5 em 5 anos		
10	137,19	Plantação Oliveiras UI-026; UI-027; UI-028; UI-059; UI-060; UI-061	137,19	Nos olivais instalados o controle de infestantes deverá ser anual ou bianual consoante o crescimento da vegetação espontânea. As podas de formação têm por finalidade a constituição de uma estrutura da planta (esqueleto), com boa orientação e posição das pernadas principais, tendo em conta o compasso a variedade e a mecanização. Nos primeiros anos as intervenções devem ser mínimas, eliminando ramos interiores, cruzados, ladrões e pendentes, para que a planta atinja volume de copa para produzir nos primeiros anos. Na poda de produção corta-se o mínimo possível, proporcionando determinado volume de copa, contudo é importante garantir a entrada de luz, a fim de manter elevada a relação folha/madeira. A poda deve ser regular de acordo com a disponibilidade de água no olival, para alcançar produções constantes com frutos de qualidade e de bom rendimento. A poda faz-se do Outono (após a colheita), ao fim do Inverno, fora da época de geadas, durante o período de dormência vegetativa, portanto, antes da floração. Produz na madeira do ano anterior, por isso não interessa guardar ramos velhos. Quanto mais intensa for a poda, maior vai ser a resposta de novas rebentações da oliveira. Por isso é melhor uma poda ligeira frequente do que uma poda drástica de anos em anos, optando por guardar os ramos com melhor exposição solar.			

11	604,27	Plantação outros carvalhos (alvarinho e negral) UI-029; UI-030; UI-031; UI-032; UI-062; UI-063; UI-064; UI-065	604,27	1º ano	Retancha	Aos 22, 35, 48 e 74	Desbaste
				Após a retancha até aos 10 anos	Limpeza de Mato	Aos 120 anos	Corte final
				Aos 6 e 9 anos	Poda de formação		
				Aos 12 e 18	Limpeza de povoamento		
				Aos 12 e 18	Desramação		
12	421,9	Plantação Md+Sb UI-023; UI-024; UI-025; UI-056; UI-057; UI-058	421,9	1º ano	Retancha	Aos 25 anos	Desbóia
				Após a retancha até aos 10 anos	Limpeza de mato	Aos 34 anos	Descortiçamento, repetir de 9 em 9 anos
				3º ano	Poda de formação (Md)		
				Após os 10 anos	Limpeza de povoamento, repetir de 5 em 5 anos.		
				Aos 15 anos	Pondas de manutenção Sb, repetir de 10 em 10 anos		
13	42,86	Plantação Pinheiro silvestris UI-042; UI-043; UI-075; UI-076	42,86	1º ano	Retancha	Entre os 20 e os 30 anos	1º Desbaste
				Após a retancha até aos 10 anos	Limpeza de mato	Entre os 30 e os 40 anos	2º Desbaste
				Entre os 10 e os 15 anos	Limpeza de povoamento	Entre os 40 e os 50 anos	3º Desbaste

				Entre os 10 e os 15 anos	1º Desramação	Aos 60 anos	Corte final
				Entre os 20 e os 30 anos	2ª. Desramação		
14	252,91	Plantação Pseudotsuga UI-044; UI-045; UI-046; UI-077; UI-078; UI-079	252,91	1º ano	Retancha	Entre os 20 e os 30 anos	1º Desbaste
				Após a retancha até aos 10 anos	Limpeza de mato	Entre os 30 e os 40 anos	2º Desbaste
				Entre os 10 e os 15 anos	Limpeza de povoamento	Entre os 40 e os 50 anos	3º Desbaste
				Entre os 10 e os 15 anos	1º Desramação	Anos 60 anos	Corte final
				Entre os 20 e os 30 anos	2ª. Desramação		
15	181,48	Plantação Pinheiro manso UI-039; UI-040; UI-041; UI-072; UI-073; UI-074	181,48	1º ano	Retancha	Entre os 15 e os 20 anos	1.º Desbaste
				Entre 2 e os 10 anos	Limpeza de mato	Entre os 20 e os 25 anos	2.º Desbaste
				Entre os 3 e os 5 anos	Enxertia	Entre os 25 e os 30 anos	3.º Desbaste
				Entre os 8 e os 10 anos	1.ª desramação	Entre os 35 e os 40 anos	4.º Desbaste
					2.ª desramação		Corte final

				Entre os 20 e os 25 anos	1.ª Poda	Entre os 80 e os 100 anos		
				Entre os 25 e os 30 anos	2.ª Poda			
				Entre os 50 e os 60 anos	3.ª Poda			
FGC	169,41	FGC (8) - Rede Primária - FIC UI_FGC	15,16	O modelo de gestão de Rede Primária (RPFGC) (UI-FGC) deverá atender ao seguinte: O limite exterior da faixa deverá preferencialmente apresentar um espaçamento entre copas de cerca de 2 m, garantindo a descontinuidade horizontal do estrato arbóreo (FRC); Segue-se uma segunda área menos densa, cujo espaçamento seja de cerca de 4 m (FRC). Junto à rede viária fundamental, numa faixa de 10 m para cada lado, o coberto arbóreo e subcoberto deverá ser removido (FIC). São de distinguir dois tipos de intervenção: - Faixa de redução de combustível (FRC) – remoção do combustível de superfície (herbáceo, subarbustivo e arbustivo), abertura de povoamentos e supressão da parte inferior das copas; - Faixa de interrupção de combustível (FIC) – remoção total dos combustíveis. A gestão de combustível do coberto arbóreo, arbustivo e subarbustivo devem cumprir os critérios: Estrato arbóreo - a distância mínima entre copas, como anteriormente referido deve situar-se entre os 2 e os 4m, a desramação deve ser de 50% da altura da árvore até que atinja os 8m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4m acima do solo;				
		FGC (8) - Rede Primária - FRC UI_FGC	82,94					

			Estrato arbustivo e subarbustivo, o fitovolume total não pode exceder os 2000m³/ha, devendo simultaneamente ser cumpridas as seguintes condições: • Garantir a descontinuidade horizontal dos combustíveis entre a infraestrutura e o limite externo da faixa de gestão de combustível; • A altura máxima da vegetação é a seguinte, variando em função da percentagem de cobertura do solo: 100cm para %cobertura do solo (CS) <20; 40 cm para %CS entre 20 e 50; 20 cm para %CS >50. Nas faixas arborizadas a percentagem de coberto arbóreo deve preferencialmente situar-se entre os 20% e os 30%, não podendo exceder os 50%. A redução de densidades deve ser gradual no tempo.
		FGC Rede Secundária - Proteção de Infraestruturas UI_FGC	71,32 Modelo de gestão de Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível (RSFGC) (UI-FGC) Para efeitos de gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustível aplicam-se os seguintes critérios: 1 - No estrato arbóreo, nos povoamentos de pinheiro bravo e eucalipto, a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 10 m, devendo estar desramadas em 50 % da sua altura até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo; 2 - No estrato arbóreo, nas espécies não mencionadas acima, a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 4 m e a desramação deve ser de 50 % da altura da árvore até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo. 3 - No estrato arbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 50 cm; 4 - No estrato subarbustivo a altura máxima da vegetação não pode exceder 20 cm.

Parcela 1a – Beneficiação de vegetação ripícola autóctone em espaços agrícolas, pomares, olival e pastagens

Pretende-se criar uma galeria ripícola com composição mista e estrutura irregular e ajardinada, mantendo as culturas (árvores) agrícolas existentes e valorizando a vegetação ripícola autóctone existente desta forma propõe-se o adensamento de 10% com espécies ripícolas autóctones. Realizar-se-á aproveitamento da regeneração natural de espécies ripícolas existentes e podas nos exemplares caso necessário. Será igualmente efetuada limpeza seletiva no estrato arbustivo, privilegiando espécies com interesse ecológico. Igualmente, e de acordo com o PROF, estes povoamentos deverão ser monitorizados ciclicamente para avaliação da estrutura, densidade e composição, por forma a aferir se os objetivos pretendidos foram atingidos e, se necessário propor medidas corretivas.

Nesta parcela deverão ser atendidas adicionalmente algumas normas de gestão para espaços de conservação:

- Preservar espécies arbustivas que poderão servir de alimento à fauna, nomeadamente medronheiro, lentisco, pereira-brava e pilriteiro;
- Manter algumas árvores mortas e troncos de madeira em decomposição no solo, para favorecer o desenvolvimento de micro habitats que servem de suporte a espécies de insetos, fungos, mamíferos e aves, sempre que não apresentem riscos fitossanitários
- Medidas de remoção ou contenção de espécies invasoras com intervenções periódicas e contínuas no horizonte temporal.

Parcela 2 – Beneficiação de florestas de *Eucalyptus globulus*

Esta área é ocupada por povoamentos de eucalipto, de diferentes idades, e apresentando diferentes graus de gestão, exibindo densidades elevadas, ausência ou deficiente seleção de varas e, de forma geral, reduzido grau de ordenamento. Parte desta área foi afetada pelo incêndio ocorrido em 2020.

Atendendo ao estado vegetativo e fitossanitário e ao potencial produtivo destes povoamentos, os mesmos deverão ser mantidos, constituindo-se uma área com função predominante de produção.

Aplica-se, nesta área, o modelo de silvicultura previsto no Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral para povoamento puro de eucalipto com objetivo principal produção de lenho para trituração para fabrico de pasta celulósica. A função principal dos espaços florestais nesta parcela é a função de produção.

O ponto de partida nesta parcela é heterogéneo. Existem vários povoamentos em diferentes idades e em rotações distintas. O presente modelo aplicar-se-á de acordo com a fase em que se encontre o povoamento.

INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Controlo de vegetação espontânea	Esta operação deve ser realizada para diminuição da competição entre a vegetação espontânea (maioritariamente heliófila) e as árvores. É também relevante em termos da redução do risco de incêndio por diminuição da carga combustível mais facilmente inflamável e eliminação de continuidades verticais e horizontais de combustíveis. Deverá ser realizada no mínimo de 5 em 5 anos. Devendo ser mais frequente nos casos em que o grau de coberto florestal é menor. Como indicação poderá ser feita entre os 2-3 anos após plantação ou corte de exploração e posteriormente aos 4-5 anos.
Adubações	Além da adubação de plantação feita no momento da instalação, deverão ser realizadas adubações de manutenção. Deverá ocorrer entre 2-3 anos após controlo da vegetação espontânea e no caso da 2.^a rotação e seguintes 2-3 anos após corte e após controlo de vegetação espontânea e seleção de varas. A segunda adubação de manutenção deverá ser feita entre 4-6 anos. Optar-se-á na fertilização de manutenção por adubação azotada.
Seleção de varas	A seleção de varas é realizada aos 2-3 anos, mantendo, preferencialmente um número de varas por hectare correspondente à densidade inicial de plantação. Nas árvores de bordadura poderão deixar-se mais varas (3-4) desde que apresentem bom desenvolvimento e fustes retos.
Corte de exploração	O corte de exploração deverá ocorrer entre os 10-12. Poderão fazer-se 3-4 ciclos de corte, mas atendendo à estação não deverão ser feitos mais de 4 cortes.

	Após o 3.º ou 4.º corte deverá proceder-se a rearborização, instalando novo povoamento
Instalação	Preparação do terreno, plantação e fertilização rica em fósforo. A densidade inicial deverá situar-se entre as 1100 e 1300 plantas/ha
Retancho (Sacha e Amontoa quando necessário)	Entre 0-1 anos deverá ser realizada a substituição das jovens plantas que, entretanto, não sobreviveram. Ter em atenção que não é conveniente atrasar esta operação pois, dado o crescimento rápido da espécie, poderia criar-se diferenças significativas de desenvolvimento entre árvores.

Parcela 3 – Beneficiação de *Pinus pinaster*

Para esta parcela aplica-se o modelo de silvicultura previsto no Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral para povoamento puro de Pinheiro-bravo cujo objetivo principal é a produção de lenho. A função principal dos espaços florestais nesta parcela é a função de produção. O presente modelo aplicar-se-á de acordo com a fase em que se encontre o povoamento.

Esta área é composta por povoamentos de Pinheiro-bravo provenientes de regeneração natural resultado dos incêndios ocorridos em 2003 e povoamentos adultos.

a. Beneficiação Pb 20 anos - Os povoamentos em questão podem considerar-se na fase de condução de bastio, existindo já indivíduos que se destacam em termos da sua qualidade futura. Será, assim, aconselhável efetuar a limpeza de matos, desbastes seletivos e desrama. Selecionam-se os indivíduos que poderão constituir-se como árvores de futuro. Serão eliminados todos os indivíduos secos ou malconformados. Como orientação a densidade será reduzida para cerca de 1300 a 1500 árvores/ha. Nas áreas de clareiras prevê-se a realização de adensamentos (10% da área).

b. Beneficiação Pb adulto – Os povoamentos em questão podem considerar-se na fase de condução de fustadio. Será, assim, aconselhável efetuar a limpeza de matos, desbastes e desrama.

INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Controle de vegetação espontânea	Esta operação deve ser realizada para diminuição da competição entre a vegetação espontânea (maioritariamente heliófila) e as árvores. É também relevante em termos da redução do risco de incêndio por diminuição da carga combustível mais facilmente inflamável e eliminação de continuidades verticais e horizontais de combustíveis.
Desramação	Pretende-se melhorar a qualidade da madeira, através do aumento da proporção de lenho sem nós. Desramação das árvores selecionadas previamente como árvores de futuro, feita até aos 3-4 m de altura. Realizar em 2 a 3 intervenções. Desramam-se árvores com DAP compreendido entre os 10 e os 15 cm. Não se devem cortar ramos com mais de 2 a 3 cm de diâmetro de base. Na segunda desramação faz-se a escolha definitiva das árvores de futuro, até 300-500 por hectare.
Desbaste	Seleção das árvores que chegarão a corte final. Realizar a operação quando houver contacto entre as copas das árvores. Remover árvores mortas, doentes e malconformadas (com forma deficiente, com ramos muito grossos ou sem dominância apical). Permite obter receitas intermédias.
Corte de realização	Corresponde ao termo de explorabilidade e à obtenção da receita principal do povoamento. A realizar aos 40. Densidade final: entre 300 a 500 árvores por hectare
Retanchas	A realizar no ano seguinte à plantação para reposição de plantas que não sobreviveram.

Parcela 4 – Beneficiação espécies ripícolas autóctones

Estas áreas estão associadas a galerias ripícolas, as intervenções deverão ser as mínimas suficientes para garantir o seu bom desenvolvimento, devido à sensibilidade ecológica destes espaços florestais.

A primeira intervenção a realizar deverá ser a eliminação do material sem interesse ecológico e remoção de eventual material ardido presente nas margens das linhas de água. Igualmente os resíduos florestais que estejam no leito deverão ser também removidos. Caso não haja possibilidade de retirar este material vegetal das margens (frequentemente estes locais são de difícil acesso), o mesmo deverá ser colocado em cordão no limite exterior da margem, de modo a constituir uma estrutura de contenção dos solos e zona de refúgio da fauna.

A segunda fase de intervenção, a realizar no seguimento da anterior, será a realização de limpezas seletivas, preservando as espécies com interesse ecológico. Simultaneamente, e no estrato arbóreo, poderão ser realizadas podas e desramações. O adensamento das espécies arbóreas a conservar, sempre que tal seja necessário, deverá ser feito após a conclusão das operações de limpeza. No adensamento deverão ser efetuadas plantações manuais e o uso de fertilizantes deve ser evitado.

A execução das limpezas seletivas não deverá igualmente recorrer ao uso de herbicidas, procedendo-se unicamente ao corte e destroçamento da vegetação sem interesse ecológico com recurso a meios motomanuais.

As manutenções posteriores deverão ser realizadas com periodicidade mais alargada, no mínimo de 5 em 5 anos, reduzindo-se este período apenas se estritamente necessário, atendendo ao caráter sensível destas áreas.

Nesta parcela deverão ser atendidas adicionalmente algumas normas de gestão para espaços de conservação:

- Preservar espécies arbustivas que poderão servir de alimento à fauna, nomeadamente medronheiro, lentisco, pereira-brava e pilriteiro;
- Manter algumas árvores mortas e troncos de madeira em decomposição no solo, para favorecer o desenvolvimento de micro habitats que servem de suporte a espécies de insetos, fungos, mamíferos e aves, sempre que não apresentem riscos fitossanitários;
- Medidas de remoção ou contenção de espécies invasoras com intervenções periódicas e contínuas no horizonte temporal.

Esta área é composta maioritariamente por espécies ripícolas (essencialmente constituídas por amieiros, salgueiros e choupos).

Ano Intervenção	Descrição da Intervenção
0	Eliminação do material sem interesse ecológico Remoção de eventual material ardido e resíduos florestais no leito da linha de água Limpeza seletiva e Podas e/ou Desramações
0+1	Adensamentos com plantação manual
0+2	Retanchas. Controlo de vegetação espontânea seletiva e localizada para diminuição da competição com as jovens plantas.
0+5	Controlo de vegetação espontânea
0+10	Controlo de vegetação espontânea. Subsequentemente repetir de 5 em 5 anos

Parcela 5 - Beneficiação Castanheiro

Para esta parcela aplica-se o modelo de silvicultura previsto no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral – Sub-região homogénea Floresta da Beira Serra para povoamento de Castanheiro, em alto fuste, cujo objetivo principal é a produção de fruto. A função principal dos espaços florestais nesta parcela é a função de produção.

Intervenção	Descrição da Intervenção
Limpeza da vegetação espontânea	O objetivo é reduzir a concorrência da água e elementos minerais. Realizar manualmente nas linhas de plantação, antes da rebentação.
Poda/Desramação	Quando as árvores abrandam a frutificação convém proceder a podas de rebaixamento da copa, que evitam a entrada em decrepitude.
Colheita do fruto	A apanha da castanha deverá ser realizada na altura da queda natural dos frutos ou quando estes caem ao sacudir os ramos. Convém evitar a

prática, muitas vezes seguidas, de fustigar os ramos, uma vez que isto pode danificar os raminhos, afetando as produções futuras.

Parcela 6 – Plantação de *Pinus pinaster*

Para esta parcela aplica-se o modelo de silvicultura previsto no Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral para povoamento puro de Pinheiro-bravo cujo objetivo principal é a produção de lenho. A função principal dos espaços florestais nesta parcela é a função de produção.

Esta área, atualmente, é composta maioritariamente por povoamentos de Eucalipto, Pinheiro-bravo que arderam no ano de 2018 e 2020 e matos. Esta área também foi afetada por um incêndio no ano de 2003 pelo que não se prevê a existência de regeneração natural de qualquer espécie florestal, não sendo expetável a existência de banco de sementes. Propõe-se assim a plantação de Pinheiro-bravo com uma densidade inicial de 1300 plantas/ha e um compasso de plantação aproximado de 4x2 metros.

INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Plantação	Em linhas, entre outubro e novembro.
Controle de vegetação espontânea	Esta operação deve ser realizada para diminuição da competição entre a vegetação espontânea (maioritariamente heliófila) e as árvores. É também relevante em termos da redução do risco de incêndio por diminuição da carga combustível mais facilmente inflamável e eliminação de continuidades verticais e horizontais de combustíveis.
Desramação	Pretende-se melhorar a qualidade da madeira, através do aumento da proporção de lenho sem nós. Desramação das árvores selecionadas previamente como árvores de futuro, feita até aos 3-4 m de altura. Realizar em 2 a 3 intervenções. Desramam-se árvores com DAP compreendido entre os 10 e os 15 cm. Não se devem cortar ramos com mais de 2 a 3 cm de diâmetro de base. Na segunda desramação faz-se a

	escolha definitiva das árvores de futuro, até 300-500 por hectare.
Desbaste	Seleção das árvores que chegarão a corte final. Realizar a operação quando houver contacto entre as copas das árvores. Remover árvores mortas, doentes e malconformadas (com forma deficiente, com ramos muito grossos ou sem dominância apical). Permite obter receitas intermédias.
Corte de realização	Corresponde ao termo de explorabilidade e à obtenção da receita principal do povoamento. A realizar entre os 40 e os 45 anos. Densidade final: entre 300 a 500 árvores por hectare
Retanchas	A realizar no ano seguinte à plantação para reposição de plantas que não sobreviveram.

Parcela 7 – Plantação Pinheiro bravo + Medronheiro (Pb+Md)

Aplica-se o modelo de silvicultura previsto no Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral – Sub-Região Homogénea Floresta do Meio para povoamento misto de pinheiro bravo e de medronheiro cujo objetivo é a produção de lenho e fruto. A função principal dos espaços florestais nesta parcela é a função de produção, de lenho e de fruto.

Esta área, atualmente, é composta maioritariamente por povoamentos de Eucalipto, Pinheiro-bravo que arderam no ano de 2020 e matos. Esta área também foi afetada por um incêndio no ano de 2003 pelo que não se prevê a existência de regeneração natural de qualquer espécie florestal, não sendo exetável a existência de banco de sementes. Propõe-se assim a plantação de Pinheiro-bravo com uma densidade inicial de 1300 plantas/ha e um compasso de plantação aproximado de 4x2.

INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Plantação	É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. Dispensa a limpeza

	intraespecífica precoce. Densidade inicial 1000 plantas por hectare,
Limpeza do mato	Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas. Realizada mecânica ou manualmente, nas entrelinhas e manualmente nas linhas de plantação.
Limpeza do povoamento	Realizada com o objetivo de reduzir a densidade do povoamento, assegurando uma distribuição mais equilibrada das árvores do povoamento, privilegiando sobretudo a remoção de árvores doentes e mal conformadas, especialmente no caso dos pinheiros.
Poda de formação	A realizar nos medronheiros a partir do 2º ano. Atarraque moderado dos ramos verticais, de modo a dar à copa uma forma arredondada.
Desramação	Desramação dos pinheiros bravos que atingirão o corte final, feita até aos 3-4 m de altura. Realizar em 2 a 3 intervenções. Desramam-se árvores com DAP compreendido entre os 10 e os 15 cm. Não se devem cortar ramos com mais de 2 a 3 cm de diâmetro de base. Nos medronheiros, eliminar os ramos débeis ou secos da base, de 5 em 5 anos.

Parcela 8 – Plantação de *Cupressus lusitanica*

Para esta parcela aplica-se o modelo de silvicultura previsto no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral para povoamento puro de cipreste do Buçaco, objetivo principal produção de lenho. A função principal dos espaços florestais nesta parcela é a função de conservação.

Nesta parcela deverão ser atendidas adicionalmente algumas normas de gestão para espaços de conservação:

- Preservar espécies arbustivas que poderão servir de alimento à fauna, nomeadamente medronheiro, e outras que podem servir de alimento;

- Manter algumas árvores mortas e troncos de madeira em decomposição no solo, para favorecer o desenvolvimento de micro habitats que servem de suporte a espécies de insetos, fungos, mamíferos e aves, sempre que não apresentem riscos fitossanitários.

A área desta parcela encontra-se ocupada por áreas por eucalipto, Pinheiro-bravo que arderam no ano de 2020 e matos. Propõe-se a plantação de cipreste do Buçaco, com uma densidade de 1200 plantas/há, com um compasso de plantação aproximado de 3x3 metros.

MOMENTO DA INTERVENÇÃO	INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Instalação	Plantação	A realizar durante o período de repouso vegetativo.
Entre os 2 e os 10 anos	Limpeza de mato	Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas. Realizada mecânica ou manualmente, nas entrelinhas e manualmente nas linhas de plantação.
Entre os 4 a 6 anos	Limpeza de povoamento	Realizada com o objetivo de reduzir a densidade do povoamento, assegurando uma distribuição mais equilibrada das árvores deste e privilegiando a eliminação de árvores mortas, doentes e mal conformadas.
Aos 5 anos, 10 anos, 15 anos	Desramação	A realizar em sucessivas operações espaçadas de cerca de 5 anos, até 1/3 da altura total.
A partir dos 13 a 18 anos	Desbastes	Pelo baixo espaçados de aproximadamente 10 anos e retirando de cada vez 30 a 40% das árvores (apenas 20 a 30% no último

		desbaste da série), conduzindo o povoamento a uma densidade final de cerca de 300 a 500 árvores por hectare.
45 Anos	Corte final	A realizar pelos 40 a 50 anos, abatendo cerca de 300 a 500 árvores por hectare.

Parcela 9 – Plantação de espécies ripícolas

As operações serão elaboradas de forma a manter a integridade e a estabilidade das margens e taludes dos cursos de água, corredores ecológicos, assim como, devendo sempre apontar para a mitigação dos riscos naturais, nomeadamente a erosão.

Salienta-se que a regeneração natural de espécies nativas características da vegetação ripícola será aproveitada. Em linhas de água – onde a disponibilidade hídrica é superior e a recuperação da vegetação nativa é normalmente mais rápida – realizar-se-á a recuperação do coberto ribeirinho unicamente através da sucessão ecológica.

Serão tidos em consideração as boas práticas do Restauro Fluvial e o Estudo Estratégico para intervenções de Reabilitação na Rede Hidrográfica da ARH Centro e Guia de Orientação para a Intervenção em Linhas de Água, elaborados pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, abril de 2013, ambos disponíveis em Reabilitação da rede hidrográfica | ARH Centro | Agência Portuguesa do Ambiente (apambiente.pt).

Haverá uma especial atenção na aquisição das plantas ripícolas autóctones de forma a prevenir doenças como a *Phytophthora alni* que causa a podridão letal da raiz e do colar em amieiros e que parece estar a ser disseminada maioritariamente através dos viveiros.

Nestas deverão ser atendidas algumas normas de gestão para espaços de conservação:

- Manutenção da estrutura irregular e jardinadas;
- Preservar espécies arbustivas que poderão servir de alimento à fauna, nomeadamente medronheiro, lentisco, pereira-brava e pilriteiro;
- Manter algumas árvores mortas e troncos de madeira em decomposição no solo, para favorecer o desenvolvimento de micro habitats que servem de suporte a espécies de insetos, fungos, mamíferos e aves, sempre que não apresentem riscos fitossanitários;

- Medidas de remoção ou contenção de espécies invasoras com intervenções periódicas e contínuas no horizonte temporal.

Esta parcela é constituída por áreas nas margens dos cursos de água. Esta rede constitui uma oportunidade para a implementação de barreiras naturais contra a progressão do fogo e criação de descontinuidade dos povoamentos florestais e simultaneamente são elementos essenciais da paisagem para a promoção da biodiversidade e conectividade ecológica. Quanto ao estrato arbustivo, encontra-se também muito degradado, pelo que na execução de controlo de vegetação espontânea deverão ser eliminados exemplares de silvas, estevas e giestas e salvaguardados os exemplares de pilriteiros, medronheiros, folhado, adernos, troviscos, murtas e gilbardeiras. No estrato arbóreo serão preservadas as espécies amieiro, salgueiro, choupo existentes nas margens das linhas de água. Nas áreas ocupadas atualmente por eucaliptos, Pinheiro-bravo, matos. Propõe assim a reconversão com a plantação de espécies folhosas ripícolas autóctones definidas no PROF-CL e listadas para as linhas de água da Tabela 32 - Matriz de transição para o Concelho de Sertã (Fonte: adaptada do PRGP-PIS), com um aproximado de compasso de 3x3,5 e uma densidade de 950 plantas/ha.

INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Plantação	Pode ser realizada com recurso a estacaria ou plantas com torrão, quando as plantas se encontram em dormência vegetativa e condições hídricas favoráveis (final do outono). Quando é necessário proceder à preparação do terreno é necessário reduzir tanto quanto possível as movimentações do solo de modo a limitar as perdas de solo.
Controlo da vegetação	Tem como objetivo reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais. Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas e sempre que necessário, de modo a controlar a carga combustível. O controlo da vegetação deve ser realizado sem recurso à mobilização do solo, privilegiando-se intervenções leves e mais frequentes.

Desramação	A efetuar, sempre que necessário, de forma a evitar ramos pendentes que acumulam detritos carregados pelo escoamento ou que obstruam a passagem de maquinaria.
Desbaste	A efetuar, sempre que necessário, em função do grau de coberto e/ou densidade. Selecionar, nos desbastes, as árvores potencialmente melhores produtoras. Estas operações devem ter em conta o grau e a forma de mistura.
Regeneração	Tem como objetivo a manutenção de grau de coberto contínuo de forma a manter a sustentabilidade económica e ecológica do sistema. O regime de regeneração deve ser definido otimizando o momento, intensidade de regeneração e distribuição espacial das árvores de acordo com os objetivos definidos para o povoamento.
Corte de realização	Corresponde ao termo de explorabilidade em função da qualidade da estação e objetivos de produção, privilegiando os cortes salteados de forma a garantir um coberto contínuo

Parcela 10 - Plantação outros carvalhos (alvarinho e negral)

Aplica-se, nesta área, o modelo de silvicultura previsto no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Sub-região homogénea Floresta da Beira Serra para povoamentos de carvalho alvarinho e carvalho português, em alto fuste, com o objetivo principal de produção de lenha e/ou lenho, no entanto a função principal dos espaços florestais nesta parcela é a função de conservação.

Nestas deverão ser atendidas algumas normas de gestão para espaços de conservação:

- Manutenção da estrutura irregular e jardinadas;
- Preservar espécies arbustivas que poderão servir de alimento à fauna, nomeadamente medronheiro, e outras que podem servir de alimento;
- Manter algumas árvores mortas e troncos de madeira em decomposição no solo, para favorecer o desenvolvimento de micro habitats que servem de suporte a espécies de insetos, fungos, mamíferos e aves, sempre que não apresentem riscos fitossanitários.

A área desta parcela encontra-se ocupada por áreas de eucalipto, pinheiro-bravo e matos. Propõe-se a plantação de carvalho alvarinho e negral, com um compasso aproximado de 3x3,5 e uma densidade de 950 plantas/ha.

INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Plantação	É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. Dispensa a limpeza intraespecífica precoce. Permite a utilização de plantas selecionadas. No outono, após as primeiras chuvas. Densidade inicial: 800 a 1600 árvores por hectare.
Controlo de vegetação espontânea	A realizar quando a vegetação infestante entra em concorrência diretamente com as jovens plantas. Realizar manualmente, nas linhas de plantação. A efetuar quando as árvores têm entre 1 a 6 m de altura total.
Limpeza do povoamento	Pretende-se reduzir a densidade do povoamento, assegurando uma distribuição mais equilibrada das árvores do povoamento. A efetuar quando as árvores têm entre 3 a 6 m de altura total.
Poda de formação	A realizar nas plantas mais vigorosas e mais bem conformadas, bem distribuídas no povoamento, até um máximo de 400 por hectare. Pode efetuar-se em duas passagens: a 1ª quando as árvores têm entre 1,5 e 2 m de altura, a 2ª quando as árvores têm cerca de 3 m.
Desbaste	A iniciar simultaneamente com uma nova seleção de árvores de futuro (60 a 100 por hectare). Realizar a operação quando houver contacto entre as copas das árvores. Os primeiros desbastes deverão ser desbastes seletivos pelo alto mistos, retirando 15 a 25% das árvores no primeiro e 25 a 30% nos seguintes. Mais tarde deverão ser desbastes seletivos pelo baixo, com a preocupação de não danificar os indivíduos provenientes da regeneração natural, conduzindo o povoamento para uma densidade final de 70 a 90 árvores por hectare. Devem iniciar-se

	cerca dos 20 anos e repetir-se a intervalos de cerca de 10 anos, eventualmente mais espaçados a partir dos 60 anos.
--	---

Parcela 12 – Povoamento misto de *Quercus suber* e *Arbutus unedo*

Nesta parcela aplica-se o modelo de silvicultura previsto no Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral – Sub-Região Homogénea Floresta do Meio para povoamento misto de sobreiro e pinheiro manso (adaptado para misto com medronheiro) cujo objetivo principal é a produção de cortiça (sobreiro) e de fruto (medronheiro).

A área desta parcela encontra-se ocupada por áreas de eucalipto, pinheiro-bravo, matos. Propõe-se a plantação de um povoamento misto de sobreiro e medronheiro, com uma densidade de 950 plantas/ha com um compasso aproximado de 3x3,5 metros.

INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Instalação	Densidade inicial entre 400 e 834 árvores por hectare, a repartir entre as duas espécies. Povoamento misto por manchas, utilizando os povoamentos em manchas. Utilizar protetores individuais para proteção das plantas jovens para melhorar as condições de desenvolvimento.
Controle de vegetação espontânea	Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas. Controlar apenas em redor das mesmas, pelo efeito protetor da restante vegetação acompanhante.
Desramação	Efetuar nas plantas com tendência para ramificar e que tenham porte arbustivo (2 intervenções no máximo). Não ultrapassar 1/3 da altura total da planta. Será feito igualmente para o medronheiro, sobretudo para a remoção de ramos secos.
Poda de formação	A aplicar no sobreiro, para garantir árvores com fuste direito e sem bifurcação, até uma altura de 3 m. A realizar em plantas bem distribuídas. Selecionar 2 a 4 pernadas bem distribuídas em redor do tronco para constituir uma copa em forma de uma taça aberta.
Poda de manutenção	A efetuar no sobreiro e eventualmente também no medronheiro, com objetivos sanitários ou de

	favorecimento da frutificação, removendo-se os ramos secos e enfraquecidos, ou para melhorar a iluminação interna da copa. Efetuar sempre que necessário e nunca nos 3 anos imediatamente anteriores ou posteriores ao descortiçamento, no caso dos sobreiros. Não cortar mais de 30% da copa viva.
Desbastes	Seleção das melhores árvores (com melhor conformação e com maior produção de bolota e cortiça). Eliminar as árvores mais próximas das selecionadas. Não danificar a regeneração natural. Grau de coberto após desbastes: entre 30% e 40%.
Desbóia e Descortiçamento	O PAP (perímetro do tronco a 1.30 m do solo) mínimo é de 70 cm e a altura máxima a descorticar não pode exceder o dobro do PAP. Respeitar as alturas máximas de descortiçamento e a idade mínima de criação de cortiça fixadas pela legislação em vigor. O intervalo mínimo entre descortiçamentos é de 9 anos
Retanchas	A realizar no ano seguinte à plantação para reposição de plantas que não sobreviveram.

Parcela 13 – Plantação de *Pinus sylvestris*

Aplica-se, nesta área, o modelo de silvicultura previsto no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral para povoamento puro de *Pinus sylvestris* para produção de lenho. A função principal dos espaços florestais nesta parcela é a função de conservação.

Nestas deverão ser atendidas algumas normas de gestão para espaços de conservação:

- Manutenção da estrutura irregular e jardinadas;
- Preservar espécies arbustivas que poderão servir de alimento à fauna, nomeadamente medronheiro, e outras que podem servir de alimento;
- Manter algumas árvores mortas e troncos de madeira em decomposição no solo, para favorecer o desenvolvimento de micro habitats que servem de suporte a espécies de insetos, fungos, mamíferos e aves, sempre que não apresentem riscos fitossanitários.

A área desta parcela encontra-se ocupada por áreas de eucalipto e matos. Propõe-se a plantação de pinheiro silvestre com um compasso de 4x2 e uma densidade aproximada de 1300 plantas/ha.

MOMENTO DA INTERVENÇÃO	INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Instalação	Plantação	Plantação em linha a realizar no período de repouso vegetativo. Retancha na época de plantação seguinte.
Após a retancha até aos 10 anos	Limpezas de mato	Limpezas de mato a realizar manualmente, nas linhas de plantação, quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas. Limpeza de mato suplementar a realizar mecanicamente ou manualmente, nas entrelinhas, para reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais. Limpeza de mato a realizar quando o estrato arbustivo entra em contacto com a parte inferior da copa, a fim de diminuir o risco de incêndio (a realizar nos locais de maior risco de ignição).
Entre os 10 e os 15 anos	Limpeza de povoamento 1º Desramação	Limpeza de povoamento para reduzir a densidade para 800 a 1000 árv./ha, usando um critério seletivo, que consiste na remoção das árvores mortas, doentes e de pior qualidade (com forma deficiente, com ramos muito grossos ou sem dominância apical). Seguidamente, fazer uma pré-seleção de árvores de futuro (200- 300) Realizar esta operação nas árvores pré-escolhidas. Desramar cerca de 1/3 da altura para melhorar a qualidade da madeira, através do aumento da proporção de lenho limpo

Entre os 20 e os 30 anos.	1º Desbaste 2ª. Desramação	Desbaste seletivo pelo alto misto, retirando entre 30% e 40% das árvores, para seleção das árvores que chegarão a corte final. Realizar a operação quando houver contacto entre as copas das árvores. Desramar até 1/3 da altura total as árvores escolhidas (150 a 220), para melhorar a qualidade da madeira, aumentando da proporção de lenho limpo
Entre os 30 e os 40 anos.	2º Desbaste	Desbaste seletivo pelo alto misto, retirando entre 20% e 30% das árvores. Realizar a operação quando houver contacto entre as copas das árvores. Seleção das árvores que chegarão a corte final.
Entre os 40 e os 50 anos.	3º Desbaste	Desbaste seletivo pelo baixo, retirando entre 20% e 30% das árvores. Seleção das árvores que chegarão a corte final.
60 anos.	Corte final.	Corte raso, a partir dos 60 anos. Densidade final: 150 a 220 árvores por hectare.

Parcela 14 – Plantação de *Pseudotsuga menziessi*

Aplica-se, nesta área, o modelo de silvicultura previsto no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral para povoamento puro de *Pseudotsuga menziessi* para produção de lenho. A função principal dos espaços florestais nesta parcela é a função de Conservação.

Nestas deverão ser atendidas algumas normas de gestão para espaços de conservação:

- Manutenção da estrutura irregular e jardinadas;
- Preservar espécies arbustivas que poderão servir de alimento à fauna, nomeadamente medronheiro, e outras que podem servir de alimento;
- Manter algumas árvores mortas e troncos de madeira em decomposição no solo, para favorecer o desenvolvimento de micro habitats que servem de suporte a espécies de insetos, fungos, mamíferos e aves, sempre que não apresentem riscos fitossanitários.

A área desta parcela encontra-se ocupada por áreas de eucalipto, pinheiro-bravo e matos. Propõe-se a plantação de Pseudotsuga com um compasso de 4x2 e uma densidade aproximada de 1300 plantas/ha.

MOMENTO DA INTERVENÇÃO	INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Instalação	Plantação	Plantação em linha. Retancha na época de plantação seguinte.
Após a retancha até aos 10 anos	Limpezas de mato	Limpezas de mato a realizar manualmente, nas linhas de plantação, quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas. Limpeza de mato suplementar a realizar mecanicamente ou manualmente, nas entrelinhas, para reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais. Limpeza de mato a realizar quando o estrato arbustivo entra em contacto com a parte inferior da copa, a fim de diminuir o risco de incêndio (a realizar nos locais de maior risco de ignição).
Entre os 10 e os 15 anos	Limpeza de povoamento 1º Desramação	Limpeza de povoamento para reduzir a densidade para 800 a 1000 árv./ha, usando um critério seletivo, que consiste na remoção das árvores mortas, doentes e de pior qualidade (com forma deficiente, com ramos muito grossos ou sem dominância apical). Seguidamente, fazer uma pré-seleção de árvores de futuro (200- 300) Realizar esta operação nas árvores pré-escolhidas. Desramar cerca de 1/3 da altura para melhorar a qualidade da madeira, através do aumento da proporção de lenho limpo

Entre os 20 e os 30 anos.	1º Desbaste 2ª. Desramação	Desbaste seletivo pelo alto misto, retirando entre 35% e 45% das árvores, para seleção das árvores que chegarão a corte final. Realizar a operação quando houver contacto entre as copas das árvores. Desramar até 1/3 da altura total as árvores escolhidas (150 a 220), para melhorar a qualidade da madeira, aumentando da proporção de lenho limpo
Entre os 30 e os 40 anos.	2º Desbaste	Desbaste seletivo pelo alto misto, retirando entre 30% e 40% das árvores. Realizar a operação quando houver contacto entre as copas das árvores. Seleção das árvores que chegarão a corte final.
Entre os 40 e os 50 anos.	3º Desbaste	Desbaste seletivo pelo baixo, retirando entre 30% e 40% das árvores. Seleção das árvores que chegarão a corte final.
60 anos.	Corte final.	A densidade final deverá ser de 150 a 220 árvores/ha. Corresponde ao termo de explorabilidade e à obtenção da receita principal do povoamento

Parcela 15 – Plantação de *Pinus pinea*

Esta área é composta por povoamentos de Pinheiro-bravo a maioria ardeu nos anos de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020. Sendo que esta área também foi afetada por um incêndio no ano de 2003 não se prevê a existência de regeneração natural, não sendo exetável a existência de banco de sementes. Neste sentido, propõe-se a plantação de Pinheiro-manso com um compasso de 4x4 e uma densidade inicial de plantação de 625 plantas/ha.

MOMENTO DA INTERVENÇÃO	INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
-------------------------------	--------------------	---------------------------------

Instalação	Plantação	Preparação da estação com desmatação mecanizada, nas zonas de declive inferior a 25%, com corta-matos de facas, correntes ou martelos; nas zonas com declive superior a 25%, a desmatação deve ser feita com recurso a meios moto-manuais segundo as curvas de nível em faixas de largura de 2 metros. Plantação entre outubro e novembro.
Entre 1 e os 10 anos	Limpeza de mato	2 a 3 limpezas de mato. Motomanual na linha de plantação, podendo ser mecanizada na entrelinha. A realizar quando a vegetação entra em concorrência com as jovens árvores. Quando o estrato arbustivo entra em contato com a parte inferior da copa.
Entre os 3 e os 5 anos	Enxertia	Para otimizar a produção de fruto pode-se recorrer à enxertia para obtenção de melhores frutos.
Entre os 8 e os 10 anos	1.ª desramação	A efetuar sobre o fuste, removendo apenas o terço inicial dos ramos.
Entre os 15 e os 20 anos	1.º desbaste: remover 20% das árvores	A efetuar sobre o fuste, removendo apenas o terço inicial dos ramos desbaste seletivo pelo baixo, realizar quando houver contato entre copas.
Entre os 20 e os 25 anos	2.º desbaste: remover 20% das árvores 2.ª desramação	Desbaste seletivo pelo baixo, a realizar quando houver contato entre copas. A efetuar sobre o fuste e a copa (terço inicial dos ramos). Nas árvores em

	1. ^a poda	frutificação cortar os ramos inferiores, que não produzem flores femininas.
Entre os 25 e os 30 anos	3. ^o desbaste: remover a 20% das árvores	A efetuar sobre o fuste, removendo apenas o terço inicial dos ramos, desbaste seletivo pelo baixo, realizar quando houver contato entre copas.
Entre os 35 e os 40 anos	4. ^o desbaste: remover 20% das árvores 2. ^a poda	A efetuar sobre o fuste, removendo apenas o terço inicial dos ramos e que não contenham flores femininas, desbaste seletivo pelo baixo, realizar quando houver contato entre copas.
Entre os 50 e os 60 anos	3. ^a poda	Cortar os ramos que não produzem flores femininas.
Entre os 80 e os 100 anos	Corte final	

B.3 Modelo de Intervenção em Áreas Agrícolas

Para as unidades de intervenção com ocupação do solo da COS (nível 1) 2. Agricultura, a manter e proposta, o modelo de intervenção é a agricultura tradicional pois trata-se de culturas destinadas sobretudo para autoconsumo das populações locais. A condução destas áreas seguirá as normas técnicas estabelecidas e de boas práticas agrícolas. Nestas áreas, serão efetuadas ações periódicas de controlo de vegetação espontânea, bem como aos tratamentos sanitários mais adequados em função de avaliação contínua do desenvolvimento destas áreas.

A aplicação de novos modelos de gestão agrícola de grande escala nestes territórios, não é possível atendendo à dimensão das propriedades, contudo a sua importância enquanto manutenção da atividade agrícola tradicional e seu contributo para os chamados Serviços de Ecossistemas, merecem ser alvo de valorização.

Na OIGP Ermida e Figueiredo, a complexidade da ocupação atual não permite o elencar, em fase de planeamento, todas as operações que possam vir a ser necessárias, tendo-se optado por propor aquelas que presentemente e em avaliação vão ao encontro das necessidades e aspirações do proprietário.

Optou-se por juntar as áreas agrícolas, exceto olival e pomares, em que as intervenções necessárias fossem as mesmas. Os olivais e pomares carecem de intervenções específicas como as podas de manutenção, despesa elegível associadas a tipologia agricultura, segundo a OT, recuperação de olivais tradicionais, pelo que constituem unidades de intervenção em separado.

Na OIGP está proposta a plantação 466,5ha de medronheiro coassociado com o sobreiro (421,9ha) e também com o pinheiro bravo (44,6ha) que estão classificados como florestas de outras folhosas. Estas áreas devem ser observadas como áreas onde futuramente poderá considerar-se áreas com classificação agrícola (pomares de medronheiro) ou agroflorestal (SAF de outras espécies). Está também proposto a plantação de Carvalho negral e Carvalho alvarinho em 604,26ha que futuramente poderá ser classificado em SAF de outros carvalhos. Ao longo da execução da OIGP e em função da evolução da gestão no território será ponderada a promoção da multifuncionalidade de sistemas agroflorestais com a introdução da silvo pastorícia em articulação com o Sistema de Gestão de Fogos Rurais, nomeadamente no que respeita aos usos compatíveis para as redes de defesa, rede primária e secundária.

Após a aprovação da presente OIGP, na instalação das espécies agrícolas preconizadas na proposta, será efetuado o estudo das necessidades hídricas das culturas a instalar.

Acresce, ainda, que existe um limite financeiro para os investimentos, pelo que outras operações a realizar que não têm enquadramento financeiro serão, em caso de necessidade, realizadas condicionadas à existência de outras fontes de financiamentos que possam vir a ser disponibilizadas.

O corte das oliveiras está regulamentado pelo Decreto-Lei 120/1986 de 28 de maio, pelo que será solicitada à Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, a prévia autorização para o arranque e corte raso de oliveiras.

O modelo de intervenção em áreas agrícolas será complementado em fase de execução do projeto.

As UI de agricultura estão separadas tendo em conta as que pertencem ao EE -Sistema húmido.

Parcela 1a – Beneficiação de vegetação ripícola autóctone em agricultura, olival, pomares e pastagem

A área desta parcela é ocupada por povoamentos agrícolas, nomeadamente povoamentos com as seguintes ocupações: agricultura com espaços naturais e seminaturais, culturas temporárias e /ou pastagens melhoradas associadas a olival, olivais, pastagens naturais, pomares. Estas culturas encontram-se maioritariamente geridas pelos proprietários e serão para manter e valorizar. Sendo estas áreas pertencentes ao sistema húmido, integradas na Estrutura Ecológica, pretende-se criar uma galeria ripícola com composição mista e estrutura irregular, mantendo as culturas (árvores)

agrícolas existentes e valorizando a vegetação ripícola autóctone existente, desta forma propõe-se o adensamento de 10% com espécies ripícolas autóctones definidas no PROF-CL e listadas para as linhas de água da Tabela 32 - Matriz de transição para o Concelho de Sertã (Fonte: adaptada do PRGP-PIS). Realizar-se-á aproveitamento da regeneração natural de espécies ripícolas existentes e podas nos exemplares existentes, sejam oliveiras ou árvores de fruto, sejam espécies folhosas de com interesse ecológico e para a conservação, caso necessário. Será igualmente efetuada limpeza seletiva no estrato arbustivo, privilegiando espécies com interesse ecológico. Será efetuada a remoção de eventual material ardido e resíduos florestais no leito da linha de água.

De acordo com o PROF, estes povoamentos deverão ser monitorizados ciclicamente para avaliação da estrutura, densidade e composição, por forma a aferir se os objetivos pretendidos foram atingidos e, se necessário propor medidas corretivas. Nestes espaços agrícolas heterogéneos, o tipo de agricultura praticada é familiar, agricultura de subsistência, em que são cultivados os bens essenciais para as famílias para consumo próprio. Propõe-se assim o aproveitamento da regeneração natural com 10% de adensamento que será realizada no 1º e podas para as áreas de olival e pomares. O controlo da vegetação espontânea deverá ser realizado anualmente e as podas realizadas sempre que necessário.

Nestas deverão ser atendidas adicionalmente algumas normas de gestão para espaços de conservação:

- Manutenção da estrutura irregular e jardinadas;
- Preservar espécies arbustivas que poderão servir de alimento à fauna, nomeadamente medronheiro, lentisco, pereira-brava e pilriteiro;
- Manter algumas árvores mortas e troncos de madeira em decomposição no solo, para favorecer o desenvolvimento de micro habitats que servem de suporte a espécies de insetos, fungos, mamíferos e aves, sempre que não apresentem riscos fitossanitários;
- Medidas de remoção ou contenção de espécies invasoras em 50% da área com intervenções periódicas e contínuas no horizonte temporal.

Parcela 1b - Beneficiação espaços agrícolas, olival tradicional e pomares

A área desta parcela é ocupada por povoamentos agrícolas, nomeadamente povoamentos com as seguintes ocupações: agricultura com espaços naturais e seminaturais, culturas temporárias e /ou pastagens melhoradas associadas a olival, olivais, pomares. Nestas áreas existem várias culturas que se encontram geridas pelos proprietários e serão para manter e valorizar.

Estão previstas ações de controlo de vegetação espontânea (desmatação), e também a realização das podas de formação nos olivais e pomares. Nestas áreas, posteriormente, serão efetuadas estas

operações de forma periódica, anualmente, bem como aos tratamentos sanitários mais adequados em função de avaliação contínua e do desenvolvimento destas áreas.

Parcela 10 – Plantação Oliveiras

Pretende-se incrementar as áreas de olival, mais concretamente, junto ao edificado existente, na FGC das áreas edificadas e edifícios.

O Olival dará um contributo fundamental para a preservação da biodiversidade, conservação de habitats e paisagens. É uma cultura que contribui para a mitigação dos efeitos das alterações climáticas e é um importante sumidouro de carbono.

Propõe assim a plantação com um compasso aproximado de 7x7 metros e uma densidade de 230 plantas/ha. Nas UI de Plantação oliveiras, declive >25 foi preconizada a ação de preparação de terreno. O valor compreende o terraceamento e a ripagem. No entanto refere-se que nas áreas que incidam em REN não serão realizadas as ações de terraceamento e ripagem, optando-se pelo controlo de vegetação espontânea e abertura de covas manuais. O mesmo critério aplica-se nos locais onde já exista terraceamento e em outras condições onde não seja possível as ações com máquinas pesadas (afloramentos rochosos). Na ação de terraceamento a base do terraço terá no mínimo 3 metros e será construída com uma inclinação lateral para o interior de cerca de 2% e uma inclinação longitudinal de cerca de 2%. A ripagem, quando preconizado a armação em terraços, esta será realizada com dois ou três dentes de ripper, servindo o de fora, na zona mais exterior do terraço, para criar a linha de plantação.

A gestão posterior destas áreas compreende o controlo anual da vegetação espontânea infestante e podas a ser realizadas anualmente. Na poda de produção deve cortar-se o mínimo possível, proporcionando determinado volume de copa, contudo é importante garantir a entrada de luz, a fim de manter elevada a relação folha/madeira, deve ser regular de acordo com a disponibilidade de água no olival, para alcançar produções constantes com frutos de qualidade e de bom rendimento. Deve ser realizada no Outono (após a colheita), ao fim do Inverno, fora da época de geadas, durante o período de dormência vegetativa, portanto, antes da floração. Produz na madeira do ano anterior, por isso não interessa guardar ramos velhos. Quanto mais intensa for a poda, maior vai ser a resposta de novas rebentações da oliveira. Por isso é melhor uma poda ligeira frequente do que uma poda drástica de anos em anos, optando por guardar os ramos com melhor exposição solar.

C. INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO

C.1 Ações de Reconversão e Valorização da Paisagem

a. Investimento estimado em ações de reconversão e valorização da paisagem

A informação respeitante a este capítulo está contida no Quadro 3 do “Quadro de referência de apoio à elaboração das propostas” e é incluído em anexo à presente proposta de OIGP. A informação apresenta o investimento estimado em ações de reconversão e valorização da paisagem (investimento inicial) identificando o tipo de intervenção, o grupo e a denominação das operações a realizar e a densidade das árvores a plantar ou a beneficiar, de acordo com o Anexo I – Tabelas Normalizadas de Custos Unitários da Orientação Técnica (OT) nº 03/ C08-I01.01/2022, versão final 5.0 de 24 de maio de 2024 ou de acordo com os custos unitários presentes nas tabelas da Comissão de Acompanhamento das Operações Florestais (CAOF) ou com base em valores de mercado praticados, a área a intervencionar e estimativa dos custos para as unidades de intervenção.

b. Investimento global estimado para a reconversão e valorização da paisagem

A informação respeitante a este capítulo está contida no Quadro 4 do “Quadro de referência de apoio à elaboração das propostas” e é incluído em anexo à presente proposta de OIGP. A informação apresenta a síntese do investimento global estimado para a reconversão e valorização da paisagem, por tipologia de ocupação do solo ou outros elementos estruturais (de acordo com a POSP).

C.2 Sistemas culturais elegíveis para a remuneração dos Serviços dos ecossistemas

a. Sistemas culturais elegíveis para a remuneração dos Serviços dos ecossistemas

A informação respeitante a este capítulo está contida no Quadro 5 do “Quadro de referência de apoio à elaboração das propostas” e é incluído em anexo à presente proposta de OIGP. A informação contém o sistema cultural elegível nos termos do Anexo I da OT dos apoios a 20 anos, a área total, as áreas inseridas em declives entre 15% e 25% e superiores a 25%, a área inserida em Estruturas da Paisagem, a área inserida nas tipologias da REN identificadas e os valores de remuneração estimados, por unidade de intervenção.

D. GESTÃO E CONTRATUALIZAÇÃO

D.1 Levantamento cadastral e da situação da adesão

A eBUPi criou um DASHBOARD que reúne informação, visível na figura, para monitorização das ações a desenvolver no âmbito das RGG nos perímetros delimitados para as AIGP, sendo disponibilizada a informação e atualizada quinzenalmente. Desta forma, consegue-se obter

informação rápida e ter perceção da quantidade de informação necessária para monitorização da área já identificada.

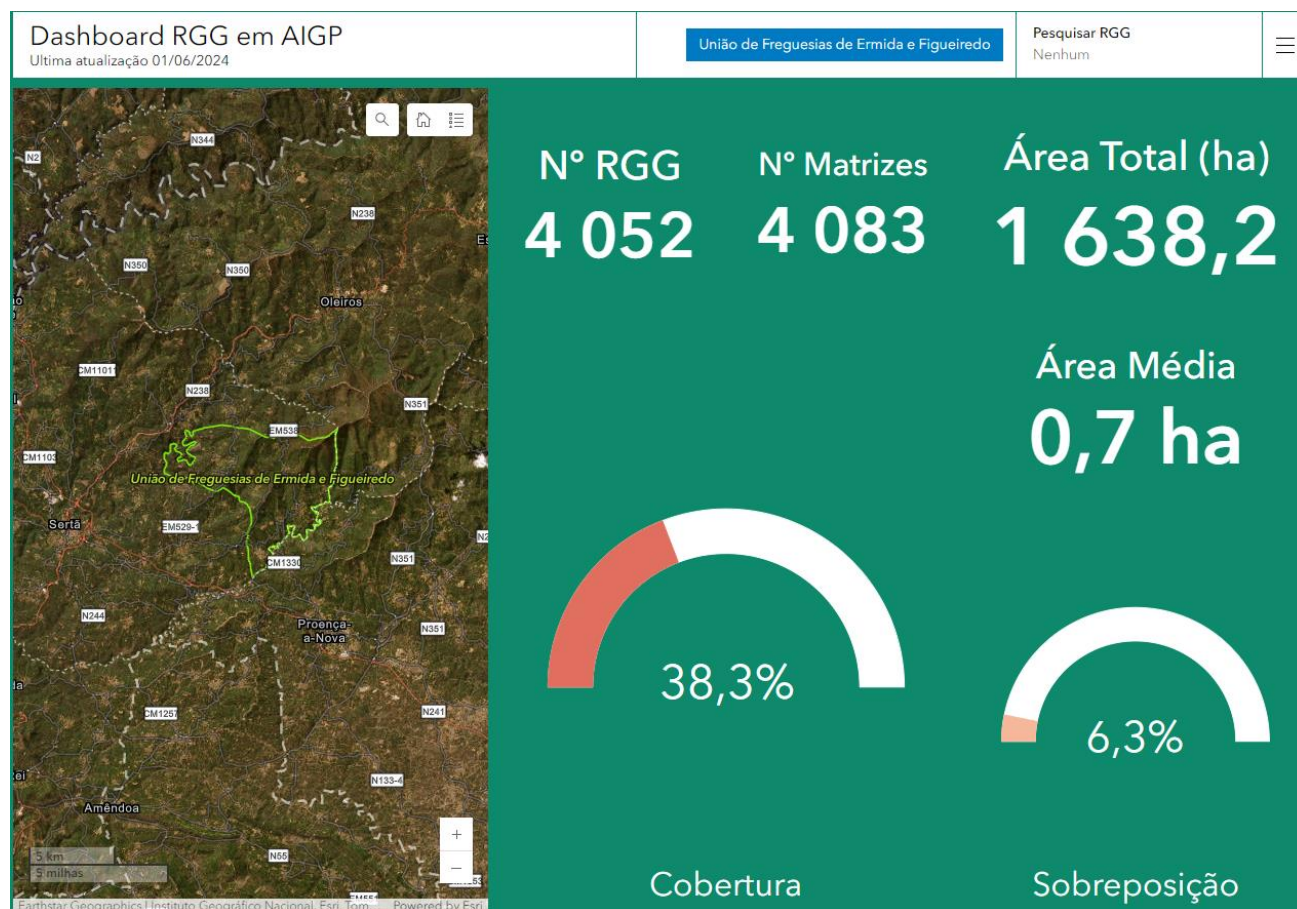


Figura 43 – Dashbord RGG na AIGP Ermida e Figueiredo, acedido a 05/04/2024 (Fonte: BUPi)

Da análise conclui-se que 1638,2ha do total da área da AIGP Ermida e Figueiredo (4274,2ha) já se encontra abrangida por RGGs, representado 38,3%, sendo a dimensão média da propriedade das áreas já identificadas de 0,7 ha.

Desta forma estão evidenciados os prédios rústicos que já foram alvo de registo no Balcão do BUPi. Igualmente para as áreas com desconhecimento da titularidade, foram afixados os editais respetivos e o processo de registo dos prédios no balcão BUPi continua a decorrer.

Assim, no momento presente é viável apenas indicar a área já com RGG efetuados e área ainda não coberta por RGG, prevendo-se que os proprietários com RGG efetuado sejam aderentes.

Tabela 40 – Resumo do ponto de situação da adesão

Ponto de Situação da Adesão (à data 15/09/2023)	
N.º Proprietários da AIGP	-

N.º Proprietários com perspetivas de adesão	-
% área da AIGP com perspetivas de adesão	38,3
N.º proprietários ainda sem perspetiva de adesão	-
% área da AIGP ainda sem perspetivas de adesão	61,7
N.º prédios da AIGP ¹⁾	10 667
Prédios sem dono conhecido para efeitos de início do procedimento ²⁾	-
% área da AIGP com desconhecimento da titularidade ²⁾	-

1) Estimativa com base na dimensão média da propriedade (dados balcão BUpi)

2) Presentemente não é possível estimar este valor pois o procedimento, segundo a legislação em vigor à data, é aplicável apenas a partir do final da gratuitidade.

D.2 Modelo de Gestão e Contratualização

a. Modelo de organização e funcionamento da entidade gestora

A entidade Gestora da OIGP é a Pinhal Natural Pinhal Natural - Serviços De Consultoria E Comércio De Produtos Regionais, Unipessoal, Lda., tendo sido reconhecida como Entidade de Gestão Florestal pelo ICNF a 07/02/2023 (EGF nº. 28/EGF/2023).

Sendo uma empresa por cotas, o seu funcionamento é assegurado pelos seus órgãos sociais, nomeadamente o seu Gerente o Dr. Augusto Fernandes Nogueira.

Para promover a elaboração e implementação da OIGP, a Pinhal Natural dotou-se de um corpo técnico com vários anos de experiência no setor florestal, nomeadamente a Eng.^a Teresa Cardoso e a Eng.^a Raquel Ribeiro Alves, que foram contratadas para o efeito.

Adicionalmente a Pinhal Natural, subcontratou os serviços da Gkapital – Consulting and Investment, Lda., de modo a reforçar a sua capacitação técnica na elaboração das OIGP.

Com a elaboração da OIGP, a Pinhal Natural pretende desenvolver e propor um Modelo de Gestão Agroflorestal para a área da AIGP.

Previamente à sua implementação, a Pinhal Natural procederá à apresentação do Modelo de Gestão aos proprietários locais de modo a compatibilizar, o mesmo com os seus interesses. Pretende-se que a auscultação dos proprietários da AIGP promova alterações ao Modelo de Gestão da OIGP de modo que este, represente dentro do possível, o interesse de todos os intervenientes.

No âmbito da execução / implementação da OIGP a Pinhal Natural será confrontada com duas situações distintas:

- 1) Proprietários aderentes à OIGP e que pretendem gerir e concordam com o modelo de gestão definido;
- 2) Proprietários não aderentes:
 - a) Proprietários não identificados – terrenos sem dono conhecido;
 - b) Proprietários identificados, mas que não pretendem gerir ou implementar o Modelo de Gestão da OIGP – transmissão de gestão à entidade gestora.

Enquanto em 1) a Pinhal Natural funcionará como uma entidade que, para além de supervisionar a gestão do proprietário, agiliza o processo de recolha de financiamento e aplicação no terreno. Em 2) a Pinhal Natural terá de se sobrepor à gestão dos Proprietários, seja através da implementação do modelo de arrendamento de terrenos ao Banco de Terras / Florestgal, seja através do arrendamento coercivo das propriedades.

Sublinha-se que, no Modelo de Gestão desenvolvido pela Pinhal Natural, é estimada, para a área sob gestão a renda justa para a remuneração dos proprietários que não pretendam exercer a gestão das suas áreas.

b. Modelo de acesso a execução dos Financiamentos

Tendo em consideração a sua capacitação técnica a Pinhal Natural assumirá na área da AIGP, a elaboração e submissão de todas as candidaturas com vista à recolha de apoios para a implementação das OIGP, independentemente das fontes de financiamento.

A utilização dos apoios por parte dos proprietários privados será acompanhada pelos técnicos da Pinhal Natural de modo a assegurar a regular aplicação dos mesmos e precaver situações de incumprimento.

A deteção de irregularidades na aplicação dos Apoios por parte de proprietários privados deverá ser reportada pela Pinhal Natural às Entidades Gestoras dos Apoios, caso se verifique uma impossibilidade de corrigir ou reverter a situação.

O proprietário deverá ser sempre responsabilizado pelas respetivas irregularidades, quer monetariamente quer judicialmente, não podendo a Pinhal Natural ou outros proprietários da AIGP verem a sua atividade prejudicada por terceiros.

c. Modelo de contratualização de compromissos

Nas áreas com proprietários conhecidos, e tal como anteriormente já referido, a Pinhal Natural tentará compatibilizar o seu modelo de Gestão Agroflorestal da AIGP com os interesses dos proprietários.

No caso dos proprietários aderentes com transmissão de gestão à entidade gestora, a Pinhal Natural, celebrará um contrato de arrendamento das propriedades com base numa renda e período acordados.

No caso de proprietários aderentes com gestão própria, será celebrado um protocolo no qual o proprietário assume o cumprimento do Modelo de Gestão acordado e a Pinhal Natural assume prestar o apoio técnico e comercial necessário à boa execução do modelo bem como assume a recolha de apoios e o acompanhamento da sua utilização.

d. Modelo de Intervenção para áreas sem dono conhecido e para áreas de arrendamento forçado

O Modelo de Gestão Agroflorestal desenvolvido pela Pinhal Natural para a OIGP, contempla, como já mencionado, um modelo de gestão económico e financeiro das áreas sob gestão. Este modelo, como já referido, calcula entre outros indicadores, o valor da renda justa a pagar anualmente aos proprietários das áreas sob gestão.

Assim, a Pinhal Maior pretende elaborar contratos de arrendamento a 25 anos + 15 anos com o Banco de Terras / Florestgal para os terrenos sem dono conhecido bem como para as áreas submetidas ao arrendamento forçado.

e. Modalidades de adesão

Quanto à situação de adesão dos proprietários, com base nas sessões de divulgação e esclarecimento desenvolvidas no território e na resposta positiva dos participantes, prevemos que os proprietários com processo de Representação Gráfica Georreferenciada (RGG) realizado venham a aderir à OIGP. Contudo, à data, não houve ainda formalização dessa intenção.

Nesta fase não é ainda perceptível quais os prédios cujos proprietários não aderirão, no entanto, a informação respeitante a este capítulo está contida no Quadro 6 “Modalidades de contratos” e é incluído em anexo à presente proposta de OIGP.

E. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

Esta é a primeira versão de OIGP. Esta OIGP deve ser revista e alterada, caso se verifiquem ocorrências inesperadas que afetem a gestão futura, haja desvios significativos nas previsões aqui descritas ou tenham sido identificados prejuízos graves no ambiente ou comunidade local, decorrentes da atividade florestal.

Deve-se ter em conta que as florestas estão sujeitas a mudanças que podem ter origem ambiental ou humana, assim como podem existir alterações significativas à situação atual do ponto de vista

económico ou político e que estas alterações podem afetar o potencial produtivo, as técnicas utilizadas ou a rendibilidade.

Neste âmbito, deve ser identificado o conjunto de indicadores de execução física e financeira e as metas a considerar, incluindo da incidência de incêndios, relativamente ao número de ocorrências e áreas ardidas, prevendo metas parcelares de avaliação aos 2 anos (investimento inicial), e de cinco em cinco anos até 20 anos, para acompanhamento do grau de concretização das ações de reconversão e valorização da paisagem e das ações de manutenção e gestão face aos grandes objetivos de OIGP.

Para investimentos no âmbito das operações florestais o financiamento será através do PRR e outros fundos eventualmente postos à disposição.

Para os serviços de ecossistemas no que respeita aos apoios anuais à manutenção será financiado pelo Fundo Ambiental.

Metas/indicadores a dois anos

Meta Área intervencionada				
UI	Meta aprovada (ha)	Meta executada (ha)	Desvio	Taxa de Realização
UI-001				
UI-002				
UI-003				
...				

Indicadores de execução material e financeira a dois anos

Indicador de Execução Material				
UI	Operações Previstas	Área aprovada (ha)	Área executada (ha)	Desvio
UI-001	Op. 1			
	Op.2			
	...			
UI-002	Op. 1			
	Op.2			
	...			
...				

Indicador de Execução Financeira				
UI	Operações Previstas	Investimento aprovado	Investimento realizado	Desvio
UI-001	Op. 1			
	Op.2			
	...			
UI-002	Op. 1			
	Op.2			
	...			
...				

Indicadores e metas a considerar de cinco em cinco anos até vinte anos

Meta	Ano 5	Ano 10	Ano 15	Ano 20
N.º ignições	Redução do valor em 10% face ao período anterior	Redução do valor em 10% face ao	Redução do valor em 10% face ao período anterior	Redução do valor em 10% face ao

		período anterior		período anterior
Área ardida (ha)	< 200	<100 ha	<50 ha	< 20 ha

Indicador	Ano 5		Ano 10		Ano 15		Ano 20
N.º ignições	N.º de ignições registadas no período	Desvio face à meta	N.º de ignições registadas no período	Desvio face à meta	N.º de ignições registadas no período	Desvio face à meta	N.º de ignições registadas no período
Área ardida (ha)	Área ardida contabilizada no período	Desvio face à meta	Área ardida contabilizada no período	Desvio face à meta	Área ardida contabilizada no período	Desvio face à meta	Área ardida contabilizada no período

F. ANEXOS

- ✓ Ficheiro PDF e TIFF georreferenciado da ocupação do solo atual à escala 1:10.000 (incluindo os elementos da cartografia de base);
- ✓ Ficheiro PDF e TIFF georreferenciado da ocupação do solo proposta à escala 1:10.000 (incluindo os elementos da cartografia de base, a EE, ER e elementos estruturais);
- ✓ Ficheiro PDF e TIFF georreferenciado das unidades de intervenção à escala 1:10.000 (incluindo os elementos da cartografia de base);
- ✓ Ficheiro PDF e TIFF georreferenciado da situação cadastral e de adesão, à escala 1:10.000 (incluindo os elementos da cartografia de base);
- ✓ Ficheiro PDF e TIFF georreferenciado da situação cadastral e de adesão sobre a ocupação do solo proposta, à escala 1:10.000 (incluindo os elementos da cartografia de base, a EE, ER e elementos estruturais);
- ✓ Ficheiro PDF e TIFF georreferenciado da situação cadastral e de adesão sobre as unidades de intervenção, à escala 1:10.000 (incluindo os elementos da cartografia de base);
- ✓ Ficheiro PDF e TIFF georreferenciado dos serviços dos ecossistemas à escala 1:10.000 (incluindo os elementos da cartografia de base);
- ✓ Ficheiro PDF e TIFF georreferenciado da situação cadastral e de adesão sobre os serviços dos ecossistemas, à escala 1:10.000 (incluindo os elementos da cartografia de base);
- ✓ Shapefile da área de intervenção e elementos de referência (nos termos do modelo de dados);
- ✓ Shapefile da estrutura ecológica (EE);

- ✓ Shapefile da estrutura de resiliência (ER);
- ✓ Shapefile dos elementos estruturais;
- ✓ Shapefile da planta da ocupação do solo atual (POSA);
- ✓ Shapefile da planta da ocupação do solo proposta (POSP);
- ✓ Shapefile das unidades de Intervenção (UI) e valores de investimento;
- ✓ Shapefile dos serviços dos ecossistemas;
- ✓ Shapefile da situação cadastral e de adesão;
- ✓ Ficheiro Excel e PDF dos Quadros 1, 2, 3, 4, 5 e 6 do QR;
- ✓ Ficheiro Excel e PDF dos Quadros do Anexo 3 do QR - Modelo de exploração Florestal.